

Terça-feira
2 de Janeiro de 1990

60\$00

Director
Vicente Jorge Silva
Director-adjunto
Jorge Wemans

Rua Amílcar Cabral, Lt 1
1700 LISBOA
Rua N. S. de Fátima, 177-1
4000 PORTO

PÚBLICO



Hoje
LEITURAS
A ESCRITA
DAS ALEMANHAS

Dos nossos enviados a Praga, Berlim e Bucareste

Liberdade, ano zero

CARLOS LOPES/LUIS VASCONCELOS/ALFREDO CUNHA



Na passagem do ano, o PÚBLICO esteve nas zonas mais “quentes” do Leste Europeu: em Berlim, na gigantesca celebração da queda do muro; em Praga, com Vaclav Havel — que nos concedeu a sua primeira entrevista à imprensa estrangeira; e em Bucareste, seguindo os passos da Roménia pós-Ceauscescu. É dessas impressões que damos conta nesta edição. *p. 2*

Governo recua nas privatizações
p. 12

Distritais do PSD pressionam Cavaco Silva *p. 12*

Suplemento especial
Anos 90

Sondagem
Portugueses optimistas *p. 12*

As ruas do perigo

HA ONZE RUAS e cruzamentos lisboetas no top do perigo. São os locais onde condutores e peões da cidade mais sofrem. E é bom saber quais são, mesmo quando se não tem hipóteses de lhes fugir.

LOCAL LISBOA

PUBLICO

DIRECÇÃO EDITORIAL

Vicente Jorge Silva (director), Jorge Wemans (director-adjunto), Joaquim Fidalgo (Porto), José Manuel Fernandes, Nuno Pacheco (subdirectores), Lucília Santos (adjunta direcção), Gabriela Neto, Isabel Alvim, Madalena Rhodes Sérgio, Maria José Palmeirim (secretariado Lisboa), Irene Leite, Teresa Freitas (secretariado Porto)

GABINETE GRANDE REPORTAGEM

Adelino Gomes, Rogério Gomes (Porto), Teresa de Sousa (redactores principais), Fernando Dacosta, José Amaro Dionísio, Regina Louro (grandes reporteres)

REDACÇÃO LISBOA

POLÍTICA NACIONAL: Aúrea Sampaio (editora), Ana Roby Amorim (secretariado), Ana Sá Lopes, César Camacho, Duarte Moral, Jerónimo Pimentel, João Mesquita, Joaquim Trigo Nogueira, Pedro Rodrigues, São José Almeida
POLÍTICA INTERNACIONAL: Carlos Santos Pereira (editor), João Carlos Silva (subeditor), Graça Lancastre (secretariado), Ana Navarro Pedro (enviada permanente em Paris), Alexandra Prado Coelho, Bárbara Reis, Clara Viana, Fernando Sousa, Isabel Vilela, Jorge Heitor, Miguel Vieira, Margarida Santos Lopes, Paulo Moura

SOCIEDADE: Eduardo Rebelo (editor), Maria Antónia Ascensão (secretariado), Ana Henriques, António Marujo, Fernando Semedo, José Fragoço, Luís Pedro Nunes, Nuno Ferreira, Nuno Ribeiro, Paula Torres de Carvalho, Ricardo Garcia, Rogério Rodrigues, Rogério Vidigal, Rui Cardoso Martins, Vítor Bandarra

ECONOMIA: Francisco Azevedo Silva, João Cândido da Silva (editores), Cristina J. Silva (secretariado), Cristina Ferreira, Graça Franco, João Seabra, José Gomes Ferreira, Lurdes Ferreira, Maria Manuel Stocker, Rute Vasco

DESPORTO: Leonor Pinhão, Nelson Veiga (editores), Paula Alexandra (secretariado), António Matos, Jorge Baptista, Luís Francisco, Manuel Abreu, Manuela Freitas, Mário Guerreiro, Martins Morim, Sérgio Veiga

CULTURA: Torcato Sepúlveda (editor), Sónia Campos (secretariado), Ana Ferreira, António Melo, Carlos Câmara Leme, David Lopes Ramos, Isabel Braga, João Pinharanda, Luís Maio, Tereza Coelho, Vasco Câmara

CIÊNCIA E TECNOLOGIA: José Vítor Malheiros (editor), Lurdes Dias (secretariado), António Granado, Carlos Pessoa, Isabel Salema

LOCAL LISBOA: Francisco Neves (editor), Paula Dias (secretariado), Ana Fernandes, Ana Sousa Dias, Anabela Natário, Clara Barata, Fernando Ribeiro, João Paulo Velez, João Rocha, José António Cerejo, Mercês Magalhães

FOTOGRAFIA: Alfredo Cunha, Luis Vasconcelos (editores), Paulo Carriço, Rui Vasconcelos (secretariado), Carlos Lopes, Luís D'Orey, Luís Ramos

COPY-DESK: Fernando Cruz, Rui Jorge Cruz (coordenadores), Ana Barradas, Glória Santos, José Imaginário, Manuela Barreto, Manuela Gomes, Paulo Madeira, Rita Veiga

AGENDA: José Mário Costa (coordenador), Fátima Vale (secretariado), Anabela Anselmo, Eunice Andreia, Vasco Colares Pereira

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Paula Lopes (coordenadora), Helena Melo, Maria Ângela Carrascalão, Ruth Serrano, Susana Meireles

DEPARTAMENTO GRÁFICO: Henrique Cayatte (editor), Susana Bicho (secretariado), Cristina Sampaio (ilustração por computador), Ana Carvalho, Aníbal Cornie Fischer, Helena Cabral, Inês Costa, Ivone Ralha, Jorge Barbosa, Lígia Pinto, Maria José Viana, Maria Paula Rego, Margarida Casola, Sofia Barbosa

DIGITALIZAÇÃO E IMAGEM: Mário Villas-Boas (coordenador), António Tobias, Delfim Machado, Fátima Rita, Gonçalo Jara, Paula Martins, Vítor Gaspar

REDACÇÃO PORTO

Editores: José Queirós (Local Porto) Manuel Tavares
Secretariado: Ana Mendes, Ana Paula Leite, Irene Leite

POLÍTICA NACIONAL: João Queirós, José Alberto Lemos, Luís Miguel Viana, Raposo Antunes
SOCIEDADE: António Lage, António Moura, António Soares, Bárbara Simões, David Pontes, Fernando Marques, Luís Costa, Margarida Portugal

ECONOMIA: Cesaltina Pinto, Daniel Deusdado, Luísa Bessa, Manuel Carvalho
DESPORTO: Bruno Prata, Jorge Marmelo, Leonor Moreira, Manuel Queiroz
CULTURA: Luís Miguel Queirós, Mário Santos, Pedro Rosa Mendes, Sérgio C. Andrade

FOTOGRAFIA: Fernando Veludo, José Rocha
COPY-DESK: Aurélio Moreira, Carlos Leite, Ricardo Neves
AGENDA: José Augusto Moreira

DEPARTAMENTO GRÁFICO: João Almeida, Pedro Almeida, Sérgio Braga

DELEGAÇÕES

COIMBRA: Eduardo Dâmaso, Graça Ribeiro
ALGARVE: José Júdice, Branca Franqueira

CORRESPONDENTES INTERNACIONAIS

Andras Gellei (Budapeste), Burton Bolla (Genebra), Carlos Castilho (Rio de Janeiro), Carlos Hartmann (Estocolmo), Chris Christello (Sydney), Chris Osage-Okoje (Lagos), Deborah Pugh (Cairo), Derek Brown (Nova Deli), El-Hadi Diouf (Dacar), Fernando Gil Evara (Cidade da Praia), Finlay Salles (Port-Louis), Hector Silva (Caracas), Jean Claude Antoine (Port-Louis), João Santa Rita (Joanesburgo), José Milhazes (Moscou), José Pinto Amaral (Madrid), José Rodrigues (São Paulo), Juan Yuste (Madrid), Kathy Evans (Isamabade), Lina Delgado (Berlim Oeste), Luis Costa Ribas (Nova Iorque), Manuel Correia (Lomé), Manuel Dende (São Tomé), Maria Ermelinda Pedrosa (Bona), Maria Laura Avignolo (Buenos Aires), Monica Yanakiev (Bruxelas), Nikos Georgiades (Belgrado), Notis Papadopoulos (Atenas), Nuala McCann (Belfast), Pedro Correia (Macau), Pedro Vale (Vaticano), Pierre Ah-Pat (Nairobi), Raul Sohr (Santiago do Chile), Seydou Sissouma (Dacar), Teresa Lima (Maputo), Toni Tcheka (Bissau), Tony Figueira (Windhoek), Tor Vaaland (Oslo), Vítor Silva (Luanda)

COLONISTAS E CARTOONISTAS

Adriano Moreira, Arnaldo Saraiva, Augusto M. Seabra, Augusto Mateus, David Levine, Eduardo Lourenço, Eduardo Prado Coelho, João Carlos Espada, João Ferreira do Amaral, José Manuel Nobre-Correia, Lino Fernandes, Maria Filomena Mónica, Mário Cesariny, Rogério Martins, Sam, Vasco, Vasco Paulo Valente, Vítor Constâncio

COLABORADORES

Abel Barros Baptista, Abel Mendes, Anabela Mendes, Ana Gerschenfeld, António Barreto, António Costa Pinto, António Curvelo, António Franco Alexandre, Bernardo Vasconcelos e Sousa, Carlos Vidal, Conceição Rego, Diogo Ramada Curto, Edison de Castro, Eduardo Velloso, Eunice Cabral, Fernando Fraga, Fernando Magalhães, Fernando Pinto do Amaral, Filipe Rego, Francisco Melro, Francisco Velaço, Glenn Zorpette, Graça Videira Lopes, Gustavo Rubim, Helena Amaral, João Barreiros, João Barrento, João Branquinho, João Fernandes, João Serra, João de Pina Cabral, Jon Van, Jonuel Gonçalves, Jorge Pedreira, José Carlos Alvarez, José Eduardo Agualusa, José Mariano Gago, José Miguel Júdice, José Paulo Viana, José Vítor Henriques, Lúcia Novais, Luís M. Alves, Luís Pignatelli, Manuel Cintra Ferreira, Manuel João Gomes, Maria Ângela de Sousa, Maria Augusta Gonçalves, Maria João Brilhante, Mário Jorge Torres, Maurício Ley, Miguel Vale de Almeida, Nuno Júdice, Nuno Monteiro, Nuno Nabais, Nuno Teixeira, Nuno Vieira de Almeida, Paulo de Paoli, Paula Morão, Pedro Miguel Frade, Pedro Tavares de Almeida, Raul Tavares, Ricarte Dácio de Sousa, Richard Knox, Rita Costa Gomes, Rui Santos, Serge Berg, Silvina Rodrigues Lopes, Telmo Baptista

PUBLICO COMUNICAÇÃO SOCIAL, SA

DIRECÇÃO: Nuno Vitorino (presidente), António Saraiva, Joaquim Fidalgo, Jorge Wemans, Vicente Jorge Silva (vogais), Isabel Rhodes Sérgio (secretariado Lisboa), Filomena Carvalho (secret. Porto)

DEPARTAMENTO PUBLICIDADE: Teresa Campos (chefe departamento), Carlos Oliveira, Elisabete Lopes, Júlio Nunes, Miguel Dias (Lisboa), Alberto Velloso, Elizabete Varziela, Julieta Ferreira, Manuel Filipe (Porto)

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO: Maria Amélia Pais (chefe departamento), Alda Alexo, Francisco Godinho, Maria José Palmeirim, Odete Calças

INFORMÁTICA: João Trigo (coordenador de sistemas) Henrique Nabais, José Xavier (Porto)

DISTRIBUIÇÃO: Jorge Oliveira, Maria do Céu

TELEF. LISBOA: 7596523/7599135 (PPCA 80 linhas) FAX: 7597638 (Direcção); 7587138 (Direcção Editorial); 7587685 (Agenda); 7587373 (Redacção); 7587531 (Publicidade) TELEF. 61593 (Agenda); 60773 (Direcção Editorial)

TELEF. PORTO: 6003196/6003269 (PPCA 30 linhas) FAX: 6003261/6003248 (Redacção); 6003249 (Direcção Comercial); 6003250 (Publicidade) TELEF. 24892 (Redacção); 24890/24891 (Publicidade)

AGÊNCIAS NOTICIOSAS: Lusa (serv. noticioso e telefotográfico), Associated Press (gráficos e serv. telefotográfico), Agence France Press, Ópera Mundi, Reuters

IMPRESSÃO: Lisgráfica — Impressão e Artes Gráficas, SA; Casal de Santa Leopoldina, 2745 Queluz; telef: 4354170

DISTRIBUIÇÃO: Interpress — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda; Rua do Norte, 115-1, 1200 Lisboa; telef: 322100/322204/320784; Fax: 371467

Rua de Santa Catarina, 312 — 4000 Porto; Telef: 2000693/4/5; Fax: 2000680

Praça Dr. Alberto Oliveira, 4 — 3000 Coimbra; Telef: 713577

DESTAQUE

Praga festeja o dissidente

Das nossos enviados Clara Viana e Luis Vasconcelos (fotos)

Praga, Berlim, Bucareste. Três cidades na passagem da década. Três capitais onde a História acelerou vertiginosamente, desafiando toda a capacidade de previsão dos acontecimentos. Três lugares onde o comunismo declarou a sua falência e se abrem agora ao desafio da democracia. Seis jornalistas do PÚBLICO viveram a transição dos anos 80 para os anos 90 no coração de uma Europa em mudança.

Um novo ano. Uma nova década. Na Checoslováquia, um novo tempo. A passagem do ano em Praga foi, em simultâneo, uma gigantesca manifestação de apoio a Vaclav Havel, o antigo dissidente e dirigente do Fórum Cívico, eleito presidente no passado dia 29, e uma autêntica celebração da liberdade. O medo pertence ao passado.

Os muitos milhares de pessoas que na noite de 31 de Dezembro para 1 de Janeiro saíram à rua em Praga parecem acreditar que a democra-

cia veio para ficar. Eram sobretudo jovens os checos que se concentraram na Praça de São Venceslau (semelhante à Avenida dos Aliados, no Porto) e na Praça Velha de Praga para saudarem o novo ano. Durante a noite, à semelhança dos últimos dias, a polícia esteve completamente ausente.

Os problemas de "organização", quando os havia, eram resolvidos pelos membros do "controlo estudantil", os mesmos que montaram segurança ao Castelo de Praga, onde Havel foi eleito.

Na estátua da Praça de São Venceslau, as fotografias de Alexander Dubcek, em 1968, de Vaclav Havel e de Jan Palach, o estudante que se imolou pelo fogo em protesto contra a invasão soviética da Checoslováquia.

Perto da meia-noite, a praça encontrava-se cheia e iluminada pelas velas que muitos levaram consigo, em conjunto com a bandeira nacional, o fogo-de-artifício e até um cartaz onde se lia "Stop Aids [sida]".

E foi um autêntico duche de champanhe que à meia-noite do dia 31 de Dezembro caiu dos degraus da estátua de São Venceslau, onde dezenas de jovens se encontravam, trocando garrafas, agitando a bandeira nacional e fazendo com os dedos o sinal de vitória. O novo ano chegou ao som

do hino nacional checoslovaco e aos gritos de "Viva Havel".

Um pouco de Paris

Durante horas foi esta a frase mais ouvida na parte antiga Praga. Grupos de pessoas circulavam ininterruptamente entre a estátua de São Venceslau, a nova sede do Fórum Cívico — um edifício onde dantes estava instalada a Associação de Amizade Checoslováquia-URSS e que fica situado no extremo oposto — e a praça velha da capital.

A Praga da passagem do ano tinha um pouco de Paris,

expontâneo, com os grupos que se formavam em torno de alguém que tocasse um instrumento musical — violas e contrabaixos, passando por violas e saxofones. Entoavam canções checas e também, por exemplo, "Give Peace a Chance" (Dêem uma oportunidade à paz), de John Lennon.

E eram muitas as garrafas vazias (e solenemente partidas) que juncavam as ruas desta parte da cidade.

"Deus está com a Checoslováquia", disse-nos um jovem, ao passar-nos uma garrafa para a mão. Para ele, Portugal é um país amigo (a visita de Mário Soares e as acções do Comité



Nas ruas de Praga: para muitos foi a sua

Havel ao PÚBLICO: "Não tenho tempo

"NÃO TENHO tempo para me sentir surpreendido", afirmou Vaclav Havel, novo Presidente da Checoslováquia, numa entrevista concedida ao PÚBLICO — a primeira à imprensa estrangeira —, na manhã seguinte à da sua eleição, a 29 de Dezembro.

Havel não parece assustado com a vertiginosa sucessão de acontecimentos que transformaram o dissidente, várias vezes preso, no primeiro chefe de Estado não comunista do bloco de Leste. Com a experiência dos últimos tempos, o novo Presidente terá antes aprendido, como disse mais tarde a Mário Soares, que em política é fundamental tomar decisões muito rapidamente.

Vaclav Havel é um homem pequeno, com um ar tímido e um olhar simultaneamente irónico e sonhador. Tem 53 anos, alguns dos quais passados na prisão. É dramaturgo, mas, como muitos intelectuais checos, foi forçado a passar por uma experiência "operária" após a invasão soviética, em Agosto de 1968.

A sua atitude calma contrasta com o ambiente de agitação visível na sede do Fórum Cívico, o movimento de oposição de que Havel foi líder, e no seu próprio apartamento.

Entrar no apartamento de Havel é equivalente a fazer uma viagem à década de 60. A decoração da casa é tipicamente a de um "intelectual progressista". Entre as cassetes de vídeo (mui-

tas), filmes como Os Amigos de Alex, Ragtime ou Amadeus (os dois últimos do seu compatriota Milos Forman).

Os colaboradores do Presidente, que no dia da entrevista andavam num autêntico corropio por todo o apartamento, fazem lembrar a geração de há vinte anos.

Os anos 60 parecem ser, de facto, a referência comum à Checoslováquia de hoje: os estudantes que reactualizam em Praga as imagens do Maio de 1968; os homens de Havel, sufocados durante décadas, e que hoje saltam para o poder, mantendo paradigmas comportamentais que fazem deles representantes de uma geração de 60... envelhecida.

A entrevista com Havel, combinada no dia da sua eleição, durou cinco minutos. Foi esse o tempo estabelecido pelo novo Presidente da Checoslováquia.

PÚBLICO — Pensa que a sua eleição veio reforçar o que o que Milan Kundera disse sobre a vida de Vaclav Havel ou seja, que esta "se parecia com uma obra de arte", uma ficção?



Na sua casa

nte presidente



Primeira festa em liberdade

Português de Solidariedade para com os Movimentos Democráticos dos Países de Leste deixaram ecos em Praga). Depois de beijar uma imitação da bandeira checoslovaca que transportava consigo, acaba por nos dizer: "Os comunistas odeiam os cristãos e eu odeio os comunistas".

Um sentimento que parece ser partilhado por muitos. Ivan Gabal, actual número dois do Fórum Cívico, afirmou-nos, uma hora antes, ao responder a uma pergunta sobre a Primavera de Praga de 1968: "Foi, sem dúvida, um grande movimento. Mas na sua origem estava o sonho da renovação do

socialismo e do comunismo. Esse sonho pertence definitivamente ao passado. Agora o nosso objectivo é a democracia".

Sociólogo, de 38 anos, Gabal era membro do Círculo de Intelectuais Independentes, um dos grupos que integrou o Fórum Cívico. Como muitos outros dirigentes do Fórum, sente-se dividido entre a vontade de continuar a fazer o seu trabalho e as necessidades do movimento. Já optou. Nos próximos seis meses vai estar a tempo inteiro no Fórum Cívico, mas não esconde o desagrado pelos políticos profissionais, cuja presença marcante

novo governo romeno é uma das razões por que diz: "A ditadura acabou na Roménia, mas o futuro deste país é ainda uma incógnita". As outras razões são a pobreza e o medo, que pôde observar quando, na semana passada, se deslocou a Bucareste.

Não aos partidos

Ivan Gabal afirma ainda que é necessário "evitar a todo o custo que o Fórum Cívico se transforme num partido político", e acrescenta: "Tanto a democracia como o pluralismo são bons, mas a intervenção cívica ainda é melhor". Encorajar esta intervenção será o principal objectivo de uma fundação que o Fórum Cívico pretende constituir em breve.

No modo como fala e se movimenta pressente-se uma sensação de vertigem, provocada pela rapidez dos acontecimentos que em dois meses puseram fim ao regime comunista. "Tivemos que tomar uma decisão que poderia ser fatal em poucos minutos", diz, ao referir-se à participação do Fórum Cívico no governo empossado no dia 10 de Dezembro.

Falta de quadros

"Antes mantínhamos contactos com o Solidariedade e dizíamos entre nós que era necessário evitar o caminho seguido

pelo sindicato polaco de assumir responsabilidades governamentais. E pouco depois aconteceu-nos o mesmo a nós. Mas não tínhamos alternativa", afirma Gabal. "Os comunistas acabaram-se a si próprios", diz, para acrescentar: "A sua incapacidade de decisão abria a porta a uma intervenção do exército. Foi isso que nós quisemos evitar".

O Fórum Cívico está agora no Governo (dos 21 ministros, apenas dez são comunistas) e na Presidência da Checoslováquia. O aparelho de base é o do antigo regime. A batalha, agora, segundo afirma Gabal, é a de encontrar pessoas que possam ocupar postos de responsabilidade nos ministérios e nas embaixadas, o que considera uma tarefa difícil. O Fórum Cívico, criado em Novembro passado, não tem quadros suficientes para, por exemplo, poder nomear, a curto prazo, 25 novos embaixadores, como consta do programa do actual ministro dos Negócios Estrangeiros, Jiri Dienstbier.

Gabal diz-nos ainda que o Fórum quer evitar que na Checoslováquia se passe o mesmo que na Polónia, totalmente empenhada no exterior. "Vamos, sem dúvida, fazer parte integrante de uma Europa unida, mas mantendo as características nacionais", afirma.

Vestígios do passado

Este dirigente do Fórum Cívico é mais cauteloso do que as pessoas com quem nos cruzámos nas ruas. Afirma que o passado ainda não está morto, que os telefones, por exemplo o seu, continuam sob escuta e que é impossível saber-se o que se passa dentro do Ministério do Interior.

A noite de 31 de Dezembro para 1 de Janeiro passava-se na rua "Espero que seja o último jornalista que vejo este ano". ■

mpo para me sentir surpreendido"



Praga: "Continuarei a ser um escritor"

Vaclav Havel — As coisas inesperadas parecem ser uma constante da minha vida. Estou habituado a que seja assim. Não estou surpreendido. Não só porque estou habituado a enfrentar situações inacreditáveis, mas também porque não tenho tempo para me sentir surpreendido. Tenho demasiado trabalho para isso.

P. — Foi eleito ontem por um parlamento com maioria comunista. Pensa que a sua eleição é reflexo de um pacto ou representa antes o fim do comunismo?

R. — É verdade que fui eleito por uma maioria comunista. Mas esses deputados elegeram-me porque era essa a vontade dos cidadãos. São responsáveis perante as pessoas que trabalham para eles.

Penso que compreenderam isso e que foi essa a razão que os levou a votarem em mim [N.R.: Havel era o único candidato à presidência e foi eleito por unanimidade]. Quanto à segunda parte da pergunta não lhe posso responder se é ou não o fim do comunismo, pela simples razão de que não sei o que é o comunismo.

P. — Sendo Presidente da Checoslováquia, vai continuar a pertencer ao Fórum Cívico?

R. — Continuarei a colaborar com o Fórum e os meus amigos do Fórum Cívico trabalharão comigo no Castelo. Mas serei >>

EDITORIAL

Vicente Jorge Silva

A década da democracia

1989 foi o ano que fez explodir as inércias históricas herdadas da segunda guerra mundial. Desde há mais de quatro décadas que o mundo não vivera, a um ritmo tão vertiginoso e incontável, e com uma concentração tão explosiva, uma sucessão de acontecimentos extraordinários, que reduziram a pó em algumas semanas os castelos da ordem de Ialta.

A partir do momento em que Gorbatchov quis enfrentar o bloqueamento trágico a que chegara a segunda maior potência mundial — buscando saídas que permitissem libertar a União Soviética da asfixia económica e política do sistema totalitário —, o terramoto não podia deixar de começar. A vulnerabilidade intrínseca da utopia comunista revelou-se então, desamparada, à luz do dia. Através das sucessivas brechas abertas pelo movimento da "perestroika", os artificios ideológicos que sustentavam a ficção do comunismo desvaneceram-se subitamente, ao mesmo tempo que as populações dos países periféricos do império impunham na rua o desejo, já irreprimível, de democracia.

Só que esse desejo, que irá constituir o grande desafio da década que agora se inicia, se vê confrontado, a Leste como a Oeste, com o regresso de velhos fantasmas. No preciso momento em que caem as fronteiras, renascem, aqui e ali, manifestações de um nacionalismo que evoca antigos pesadelos. Entre a reivindicação da identidade nacional, que tantos povos viram sufocada pela opressão centralizadora do Estado, e a crispação chauvinista ou religiosa, a distância é por vezes mais curta do que seria desejável. Essa confusão de valores instala-se como uma ameaça à expansão efectiva do espaço da democracia e da convivência entre os povos. É o perigo que espreita na sombra da desagregação do império soviético.

Por outro lado, se a aspiração dos povos à democracia é cada vez mais uma realidade na nossa aldeia global, as condições do seu sucesso tornaram-se também cada vez mais dramáticas, sobretudo nas áreas do mundo onde a espiral da crise económica se veio mostrando aparentemente incontável. Se 1989 assinalou o regresso do Chile à democracia — embora ainda em regime de vigilância militar —, rasgando novos horizontes de liberdade no espaço latino-americano, essa conquista permanece largamente ilusória quando as manchas de pobreza não cessam de alastrar no continente. E o exemplo da América Latina é apenas uma expressão explosiva das situações desesperadas que marcam mais de dois terços do planeta. A perspectiva exaltante da década da democracia poderá ser, nessas circunstâncias, apenas uma miragem do fim do milénio. ■

>> o Presidente de todos os cidadãos. Durante todo o tempo em que permanecer na Presidência [Acrescenta com um sorriso irónico] não usarei o emblema com o OF [Obcanske Forum, Fórum Cívico em checo].

P. — Quando foi eleito Presidente, apontou como prioritária a realização de eleições livres para o parlamento. Tem alguma data prevista?

R. — Espero que se realizem eleições livres em Junho.

P. — O que o preocupa mais na Checoslováquia de hoje? A crise moral de que falou em artigos seus?

R. — Penso que o meu país está a atravessar uma crise, uma grande crise. Só que agora temos a oportunidade de resolver todos os problemas.

Havel é um homem com um pensamento ético. Num artigo, recentemente publicado, afirmava que sempre esteve convencido de que a origem de todas as crises que têm afectado a Checoslováquia "é a crise moral da sociedade". "A resignação dos homens e dos cidadãos" do seu país é apontada por ele como exemplo dessa crise. Agora Havel quer mudar a Checoslováquia.

P. — Qual é o seu maior desejo para o futuro?

R. — Espero que a Checoslováquia seja muito em breve um Estado democrático, com bem-estar e justiça social. Espero também que o caminho a percorrer, até atingirmos esse ideal, seja pacífico.

P. — Como vão ser as suas relações com o Governo? Com o primeiro-ministro comunista?

R. — O que é importante para mim é quem é quem, e não a que partido pertence.

P. — Vai continuar a escrever?

R. — Continuarei a ser escritor. Mas receio que, mesmo estando neste escritório [o da sua casa], apenas tenha tempo para escrever os meus discursos.

Há mais de 20 anos que Vaclav Havel não vê uma peça sua representada em Praga. Quando da sua emergência como líder da oposição, o agora Presidente sempre afirmou que era um escritor e não um político.

Segundo os seus colaboradores, as circunstâncias obrigaram Havel a optar, pelo menos momentaneamente, pela segunda profissão. E Havel é, pelo menos, o Presidente desejado pelos jovens checos que, no dia 29, de braço no ar "participaram" na sua eleição pelo Parlamento. Os mesmos jovens que celebraram o Ano Novo gritando em uníssono "Viva Havel", "Viva o Presidente". Havel, que amanhã visitará as duas Alemanhas, na sua primeira deslocação oficial enquanto Presidente, parece ser um homem que não gosta muito de falar do seu passado de combatente. Tem, contudo, a sua própria maneira de o recordar. No dia em que, com Mário Soares, e na sua qualidade de chefe de Estado, depositou flores na estátua da praça de São Venceslau, levava vestido o casaco com que, em Janeiro de 1989, tinha sido detido no mesmo local. Foi a 16 de Janeiro de 1989, 20 anos após a imolação pelo fogo de Jan Palach, o estudante checo que se matou em protesto pela ocupação soviética da Checoslováquia. ■



"Não sei o que é o comunismo"

Berlim: as doze estrelas sobre o muro

Dos nossos enviados José Queirós e Carlos Lopes (fotos)

A poucos minutos do início de 1990, um grupo de jovens içou a bandeira das Comunidades Europeias no mastro da Porta de Brandeburgo, em território leste-alemão. Esvoaçando sobre a quadriga de bronze que encima o mais conhecido monumento de Berlim, as doze estrelas sobre fundo azul esconderam por momentos o martelo e o compasso da bandeira da RDA, despertando o aplauso entusiástico das centenas de milhares de outros jovens que ali tinham afluído — vindos do Leste e do Oeste — para celebrar, com o Ano Novo, a liberdade de atravessar uma das fronteiras mais absurdas e mortíferas do mundo.

Uns cantavam, outros choravam de alegria, e nenhum parecia partilhar as preocupações de M. Thatcher sobre o alcance geoestratégico desse outro abraço simbólico trocado, pouco depois, à meia-noite, sob nuvens de "confetti" regadas a espumante, entre milhares de cidadãos dos dois Estados alemães — uma multidão compacta sobre o chão coberto de cacos de garrafas e restos de foguetes do recinto murado na "terra de ninguém", que outrora fez parte da grande praça fronteira ao Reichstag.

E, no entanto, esse novo espectro que parece assolar a Europa — a acreditar nos temores que se vão manifestando em Londres, Paris, Varsóvia e Moscovo — mostrava-se tão vivo nas saudações de Ano Novo trocadas no antigo centro de Berlim como doze dias antes, em Dresden, entre a multidão que vitorizou o chanceler Kohl, na sua visita à RDA, com gritos de "Alemanha, Alemanha, Pátria unida".

Casa alemã tecto europeu

Também aqui, sob a porta de Brandeburgo, o mote emblemático da primeira revolução pacífica da história alemã — o "Wir sind das Volk" ("Nós somos o povo") gritado até à exaustão nas ruas de Leipzig durante os dias que precederam a queda de Honecker — começou já a ser transformado em "Wir sind ein Volk" ("Nós somos um só povo"), exprimindo as aspirações populares à "Wiedervereinigung" (reunificação).

Neste clima de euforia nacionalista — que as principais

forças políticas da RFA estão a cultivar, mas querem manter dentro dos limites da "paciência imposta por um processo erigido de dificuldades" —, o hasteamento da bandeira dos Doze na fronteira entre os dois Estados alemães poderá simbolizar o acolhimento da tese comum a vários dirigentes de Bona e Berlim-Leste, que Helmut Kohl resumiu há dias na fórmula "A casa alemã tem de ser construída sob um tecto europeu".

Na madrugada de ontem, junto ao Muro, a palavra mágica ainda não era "Einheit" (unidade), mas, "Freiheit" (liberdade). Os alemães de Leste repetem-na incansavelmente, com o misto de perplexidade e gozo de quem saboreia um prazer recente, alternando-a com cânticos de alegria que celebram "o dia mais lindo" que já viram. Vieram de todas as partes da RDA, foram a maioria na imensa festa da juventude europeia que atraiu a Berlim franceses e espanhóis, italianos e russos, e a que a presença de numerosos asiáticos — sobretudo os vietnamitas que o eufemismo oficial de Berlim-Leste designa ainda por "trabalhadores convidados" — empresta maior universalidade.

"Freiheit" palavra mágica

São ainda muito novos para integrarem as legiões de concidadãos que, desde 9 de Novembro, estão a transformar Berlim-Oeste numa amálgama dos povos do Leste. A maior parte deles pisou ontem pela primeira vez a metade oculta da capital do país onde nasceram. Duplamente oculta, porque nos mapas e roteiros que circulam na RDA, Berlim-Oeste é ainda um espaço em branco, sem ruas nem prédios, nem linhas de metropolitano.

Fizeram quase todos a pé o percurso entre Alexanderplatz (no centro de Berlim-Oeste) e a Porta de Brandeburgo, cantando, dançando e agitando bandeiras da RFA, cruzando-se com uma vaga de visitantes em sentido contrário — eram também muitos os alemães ocidentais que nunca haviam percorrido os quarteirões monumentais da antiga capital imperial, apontando uns aos outros — ao longo da avenida Unter den Linden — os

edifícios vistos apenas em livros e filmes: aqui a Ópera, ali a Universidade de Humboldt, mais além o Museu da História Alemã...

Viviam-se ainda as últimas horas de 1989 quando a pressão festiva sobre as exiguas passagens fronteiriças abertas neste ponto do Muro pouco antes do Natal tornou infrutíferos os últimos arremedos de esforço burocrático por parte da polícia leste-alemã. Quando o fogo de artifício começou a iluminar a Porta de Brandeburgo, já ninguém mostrava documentos na fronteira e a polícia fingia ignorar os escadotes encostados à parede de betão, sobre a qual uma solitária bandeira sul-coreana lembrava aos jovens europeus que há mais muros neste mundo.

"Picapaus"

Os tambores e os foguetes começaram a sobrepor-se, ao fim da tarde, à impressionante sinfonia de martelos, escopros e picaretas que tem sinalizado a secção do Muro entre o Reichstag e o descampado que é hoje a imponente Praça de Potsdam. São milhares os "picapaus" (novo termo na gíria berlinense) que se dedicam à tarefa de extrair pequenos pedaços do Muro — uns porque não resistem à ideia de levar para casa um "souvenir" do mais célebre troço da "cortina de ferro", outros para os venderem aos que não se armaram de martelo e escopro. O preço é variável, conforme o tamanho e o colorido de cada peça, subindo a níveis surpreendentes quando o "pedaço do Muro" oferecido contém uma inscrição...

Mas os "picapaus" têm os dias contados: o Governo de Berlim-Oeste já decidiu que quer entrar no negócio, e, mais ainda, monopolizá-lo, concessionando a venda do Muro (para exportação) à firma Limex, que comercializará não só os pequenos pedaços mas irá dedicar-se à venda de secções inteiras do Muro — para as quais há já ofertas de dezenas de milhares de contos, e que poderão ver-se, em breve, em museus e casas particulares dos Estados Unidos e do Japão. Do lado ocidental, a legitimidade do monopólio não foi posta em causa — "Final, o Muro é deles"...

O muro como memória

Erguem-se já, contudo, algumas vozes sugerindo a pre-

servação "in situ" de alguns troços do Muro, como testemunho da história da cidade. É, pois, natural que seja conservada uma pequena secção desta muralha moderna nas imediações do Reichstag, perto do local onde se encontra um memorial em honra das dezenas de cidadãos da RDA caídos em tentativas frustradas de fuga através do Muro. É ali que a mais recente de uma série de cruzes nos recorda que, há apenas nove meses, o desespero ainda podia mais que a esperança: em Março de 89, Winfried Freudenberg perdeu a vida ao tentar passá-lo num balão.

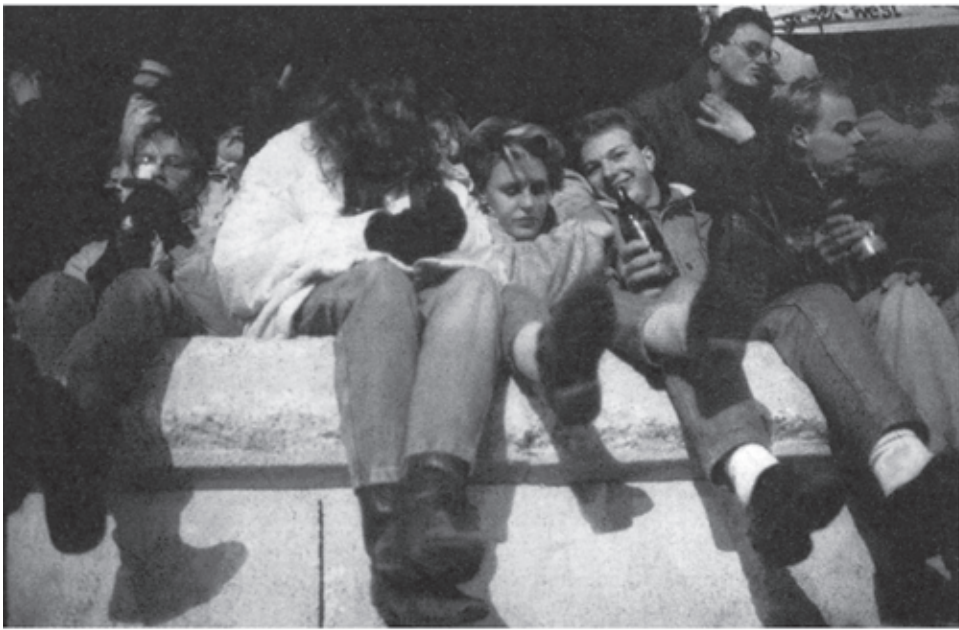
Uma nova periferia

A demolição do Muro não alterará o estatuto singular da antiga capital do Reich no actual espaço alemão. Poderá até reforçá-lo. O fim da situação de insularidade provocada pela barreira de betão está já a dotar Berlim-Oeste da periferia que lhe faltava: milhares de pessoas passarão a atravessar diariamente, em direcção a Potsdam, a ponte de Glienicke.

Na parte ainda formalmente administrada por EUA, Grã-Bretanha e França, sente-se cada vez mais um desejo de maior independência, quer das orientações do Governo de Bona, quer da tutela das potências ocupantes. No debate político avulta a polémica entre os defensores da "solução alemã" e os adeptos do "caminho europeu" para o futuro desenvolvimento da cidade: deve Berlim-Oeste tornar-se parte da capital de uma Alemanha reunificada, ou manter uma identidade própria (forjada, afinal pelo Muro), de grande metrópole vocacionada para centro das relações Leste-Oeste e guarda avançada da CEE na Europa Central e Oriental?

Não é uma escolha que possa fazer-se fora do quadro mais geral da resolução da "questão alemã" — e essa, antes de pesar fortemente na escolha do novo parlamento federal, em finais deste ano, poderá decidir, já em 6 de Maio próximo, a sorte das primeiras eleições livres na RDA.

Embora as primeiras sondagens indiquem que a nova Câmara do Povo leste-alemã dificilmente gerará uma maioria governamental estável, dada a provável dispersão de intenções de voto entre os comunistas reformistas, os seus antigos aliados >>



"O dia mais lindo que eu já vi"

>> (partidos-satélites que agora tentam privilegiar as relações com os seus homólogos da RFA) e as novas formações políticas — onde se destacam o Novo Fórum, a Renovação Democrática e o recém-fundado Partido Social-Democrata. Mas tudo poderá mudar se um ou mais partidos leste-alemães decidirem mostrar-se favoráveis à ideia de reunificação a curto prazo, que (as sondagens também o mostram) é apoiada por uma parte substancial da população da RDA.

Nesse caso, poderá assistir-se a uma aproximação paradoxal entre os comunistas

do agora intitulado Partido do Socialismo Democrático e os seus principais adversários durante o processo revolucionário: os dirigentes do Novo Fórum, que se afirmam dispostos a defender "a soberania da RDA", e a sua "identidade socialista".

O regresso da águia

Se, como parece, a maioria da população da RDA se revelar menos sensível a esses fatores que as elites que dominam o actual leque partidário em Berlim-Leste, então o verda-

deiro vencedor das eleições de Maio poderá ser — nas palavras duma activista do Fórum — a República Federal, através das forças políticas que vierem a contar com o apoio dos partidos representados no Parlamento de Bona. E a reunificação tornar-se-ia irreversível.

E há mesmo quem não espere por ela para repor os símbolos da grandeza passada da Alemanha unida: as autoridades berlinenses já decidiram voltar a colocar, sobre a quadriga da Porta de Brandemburgo, a águia prussiana que dali fora removida há mais de trinta anos. ■

Sombras na festa

CERCA DAS DUAS horas da manhã de ontem, um grave acidente ensombrou a grande festa do Ano Novo, que reuniu — segundo cálculos policiais — cerca de meio milhão de pessoas em torno do Muro de Berlim, para comemorarem a recente abertura das fronteiras.

Milhares de jovens utilizaram, ao longo da noite, uma estrutura de madeira que suportava, junto à Porta

de Brandemburgo, um "écran" de vídeo gigante, montado pela televisão estatal da RDA, para subir à plataforma superior do monumento.

O peso excessivo fez ruir os vigamentos, que arrastaram na queda algumas pessoas e tombaram sobre muitos outros participantes na festa. Informações recolhidas à tarde apontavam para um número de cerca de 150 feridos, evacuados através de uma acção conjunta das polícias de Berlim Leste e Berlim Oeste.

Um jovem ocidental foi, entretanto, encontrado morto num local próximo, mas, segundo as autoridades berlinenses, não foi possível estabelecer ainda as causas do falecimento. ■ J.Q.

Bucareste: os vivos e os mortos

Dos nossos enviados José Amaro Dionísio e Alfredo Cunha (fotos)



Arrancar ao calendário a folha do medo

Domingo de manhã, no cemitério de Belu, o corpo de Paul Iohascu, 20 anos, assassinado por uma rajada de metralhadora algures no centro da cidade, vai a enterrar. Uma fila de padres aos pés do caixão entoia em latim o cântico fúnebre. Neva. Destacada do pequeno grupo de pessoas à cabeceira de Paul, a mãe grita e gesticula fixando intensamente o seu rosto tapado por uma renda branca. Como se pela última vez quisesse saber as razões desta morte improvável. De súbito, a cabeça destapada, a água da neve a cair-lhe dos cabelos, a senhora Iohascu, silenciosa, encosta o ouvido ao coração do filho. Depois ergue-se, retira da cruz de madeira a bandeira tricolor da Roménia, corta meticulosamente com uma tesoura o emblema do Partido Comunista, estende-a sobre o corpo morto e, na circunferência que com as suas mãos fez, deposita um ramo de cravos vermelhos. Volta-se em seguida para o marido, dá-lhe o braço, levanta a cabeça, olha em frente numa espécie de declaração de que está pronta para a cerimónia final.

Esta imagem concentra em si um outro sentimento geral que hoje se vive na Roménia: enterrar os mortos para cuidar dos vivos. Os mortos são em número indeterminado (tal como os feridos) desde que, no dia 17 de Dezembro em Timisoara e depois por todo o país, uma sublevação popular — a que se juntou rapidamente o Exército — está a pôr fim ao regime de

Ceausescu.

Os vivos têm pela frente um país à beira da miséria, uma administração pública desarticulada, um vazio de poder que o Conselho de Salvação Nacional e o governo de transição até às eleições de Abril ainda não preencheram. E que, apesar da execução do "conducator" e de sua mulher, Elena, permanece uma incógnita a resistência de que ainda será capaz a polícia do antigo regime. O número dos seus efectivos, a sua complexa e misteriosa estrutura, os meios de que dispunha não foram oficialmente divulgados — sabe-se que eram o suporte secreto da ditadura, com quadros educados numa fidelidade cega a Ceausescu.

Provocações e sabotagens

Criaram uma rede subterrânea de corredores pelo menos no centro da cidade e de que só eles possuem o segredo. Os acessos dessa rede à superfície de Bucareste desembocam quase sempre dentro de casas controladas pela organização. Outros dão para o interior de edifícios públicos, para a rua e até para sítios como os hotéis Athe-

nea e Bucaresti ou o Museu Nacional de Arte e a Biblioteca Nacional. Foi destes "bunkers" estrategicamente colocados na Praça da República, em pleno centro da cidade, que organizaram a resistência ao Exército e atiraram sobre populares, numa gigantesca operação de "antes morrer que ceder".

O estigma da suspeita

Os corredores da rede subterrânea foram construídos ao longo dos anos do regime de Ceausescu sob a responsabilidade de diferentes técnicos, que ignoravam as obras anteriores, de modo a que ninguém pudessem possuir a chave das ligações. O Conselho de Salvação Nacional apelou à presença de pessoas que tenham participado na construção da rede, a fim de tentar reconstituir o seu traçado. Ontem ainda, os militares não se atreviam a lá entrar, e as autoridades ignoravam com que meios deveriam actuar para obrigar à evacuação dos quadros da Securitate que ainda lá estivessem.

À superfície, sucessivos pontos de ruas e praças de Bucareste acumulam mon->>



Os vivos têm pela frente um país à beira da miséria



>> tes de flores, cobertas de neve, envolvendo uma cruz. Assinalam o lugar onde os mortos caíram sob o fogo das armas ou esmagados pelos tanques.

“Estamos a viver uma tragédia” — diz o ensaísta e professor universitário Mihai Zamfir. “Por um lado temos as pessoas que morreram, pessoas de família, amigos, alunos. Mas, ao mesmo tempo, começamos a ter um pouco de esperança, uma esperança que a minha geração e a geração a seguir à minha nunca conheceram. E tudo isto foi de repente, estalou de um dia para o outro, nem sequer havia uma oposição na Roménia, mesmo clandestina. Havia dissidentes, havia exilados, mas não uma oposição”.

Zamfir explica que este facto resulta da própria natureza policial do regime de Ceausescu: “Os romenos não falavam uns com ou outros. Nós tínhamos medo

de falar uns com os outros, até no estrangeiro. Em qualquer encontro, em qualquer conversa, estava sempre entre nós o estigma da suspeita, o medo desse monstro chamado Securitate”.

Rares Diam — um professor de Matemática de 28 anos que nasceu e sempre viveu em Bucareste — entrou ontem pela primeira vez no Hotel Intercontinental, no centro da cidade, quando veio falar com o jornalista do PÚBLICO. Antes não podia. Se o tentasse, teria que ser identificado à entrada por um funcionário da Securitate (fardado ou à civil) que, de seu livre arbítrio, o deixaria entrar ou não. Foi também na quinta-feira à noite, em companhia deste repórter, que Rares Diam pisou pela primeira vez na sua vida o passeio em frente do Palácio Presidencial e atravessou de lado a lado a Praça da República. Para ele, como para a ge-

neralidade dos 23 milhões de romenos, era um espaço interdito. Para ir à Biblioteca agora destruída, numa das esquinas da praça, Diam teria que contornar o palácio do Presidente Ceausescu pelas ruas vizinhas. Este, se lhe apetecesse, chegava ao palácio por um túnel subterrâneo com dois quilómetros, expressamente construído para si.

Mihai Zamfir afirma que o regime, sobretudo nos últimos anos, atingiu um nível de opressão tal que aniquilou toda a vida em comunidade. A televisão romena transmitia apenas três horas por dia, nos últimos meses. Antes eram duas as horas de emissão, preenchidas com imagens da inauguração de obras pelo casal Ceausescu, pela recepção a diplomatas e por viagens presidenciais.

“Nem sequer os ministros apareciam na televisão”, diz Mihai Zamfir. “Os romenos não co-

nheciam a cara dos seus ministros, ou mesmo os seus nomes. Aliás, nós víamos mais as televisões dos países vizinhos — da Bulgária, da Hungria, da Jugoslávia — do que a própria televisão romena.” Nas livrarias, parte substancial dos títulos era a compilação dos discursos de Ceausescu e as obras de investigação científica da primeira dama, apresentada como especialista em biologia molecular. “Os livros publicados com o nome dela eram escritos por outras pessoas, verdadeiras mas anónimas”, afirma Rares Diam.

Em 1988, um grupo de escritores romenos fez um abaixo-assinado exigindo direito de reunião para a sua associação. Todos foram proibidos de publicar livros no país e os seus nomes não podiam sequer ser mencionados nos jornais. À data da revolta de Dezembro, mais de 200 autores romenos esta-

vam exilados no estrangeiro, e também a referência a esses era interdita no país. “Um dos grandes ódios do regime, ou talvez o maior, era contra a cultura”, afirma Mihai Zamfir. “Os intelectuais aqui viviam de maneira desastrosa”, acrescenta, explicando que um professor universitário ganha à volta de 400 lei (menos de 5000 escudos).

Michaela Scinteia é uma senhora de aproximadamente 50 anos. No princípio dos anos 80, professora de Francês no liceu, começou a praticar yoga num restrito grupo de pessoas. Colocada sob suspeita por essa simples razão, acabou por ser expulsa do ensino em 1981. “Mas antes”, afirma, “a Securitate disse-me que, se eu quisesse colaborar com a polícia, podia continuar no emprego”. Recusou. “Eu não seria capaz de trair os meus amigos.” Desde então, Michaela Scinteia tem vivido de

explicações, difíceis de arranjar num país pobre como a Roménia. Uma pobreza que vinha atingindo a própria economia de sobrevivência da população.

“Ultimamente, até a electricidade no Inverno era racionada”, diz Rares Diam. “Várias horas por dia tínhamos de passar sem aquecimento. Em casa não podíamos usar lâmpadas com mais de 40 watts. Havia cada vez menos alimentos, medicamentos, produtos elementares como o leite para mulheres grávidas. Mas o pior de tudo era o frio no Inverno. Houve pessoas que morreram”. E Mihai Zamfir afirma: “Havia uma espécie de miséria programada. Ceausescu sabia que um povo com medo, frio e fome é muito submisso”.

Na viragem da década, os romenos arrancaram ao calendário a folha do medo. Falta agora ver até que ponto conseguem erradicá-lo do fundo do coração. ■

Mistérios macabros

UMA DAS INCOGNITAS da revolução romena é o número dos seus mortos. Fala-se de 60 mil vítimas, mas é difícil precisar a que realidade corresponde esta soma. O número foi lançado pelo Tribunal Militar Extraordinário que, no dia 25 de Dezembro, julgou e condenou à morte Nicolae Ceausescu e Elena Ceausescu. Uma das cinco acusações era exactamente a de que seriam responsáveis por um “genocídio” com aquelas proporções. Mas quando, onde e como morreram essas pessoas são perguntas que ainda estão sem resposta. Tudo o que publicamente se viu deste julgamento foram as imagens passadas pela televisão romena. Partes fragmentadas de um filme que nunca foi mostrado na íntegra, alegadamente por razões de segurança.

É presumível que os 60 mil mortos invocados pelo Tribunal digam respeito aos 25 anos de regime. Ou a uma parte dele. Mas, no

contexto em que foram referidos, rapidamente se confundiram com os “mártires da liberdade” dos dias de Dezembro. Aliás, muito do que se passou em Bucareste entre 21 e 27 de Dezembro, sobretudo nos três primeiros dias, continua sem resposta. Qual o papel do exército nas primeiras horas da revolta? Quando e porquê se passou para o lado do movimento popular?

Também não há informações precisas sobre os feridos. Muitos números são lançados, mas nenhum é seguro. O director do hospital de urgência de Bucareste, Adrian Fivica, disse no sábado ao PÚBLICO que não fazia ideia nenhuma de quantas pessoas teriam sido gravemente feridas nos confrontos: “Não tive tempo para os contar”.

É num dos quartos deste hospital, com o reboco das paredes a cair, carente de medicamentos apesar da ajuda intensa da Cruz Vermelha Internacional, que está a senhora Elena Petruscu (mãe de Helena Ceasescu), en-

contrada abandonada no Palácio Presidencial. Agoniza agora num quarto, sozinha, alimentada a soro, incapaz de falar, paredes-meias com as vítimas do regime de que a sua filha e genro eram as figuras todas-poderosas.

Dúvidas também sobre a Securitate: quantos eram, quantos morreram, quantos foram presos? São perguntas sem resposta do Conselho da Frente de Salvação Nacional. E as especulações são alucinantes: ascendiam os informadores a 30 mil ou a 700 mil? O total de quadros da organização atingia a soma de milhões de pessoas?

O que parece indesejável é que a Securitate era uma sombra omnipresente e onipotente na sociedade romena. Não foi extinta. O Conselho da Frente de Salvação Nacional passou-a do Ministério do Interior para o Ministério da Defesa. Diz-se que comandos de elite fugiram em helicópteros militares para os Cárpatos, na montanha, onde têm bases secretas. ■

POLÍTICA

Cavaco reúne-se hoje com distritais

Bases do PSD: remodelação já

Jerónimo Pimentel
e Joaquim T. de Negreiros*

Mais ou menos abertamente, todas as distritais do PSD vão pedir hoje a Cavaco Silva uma remodelação do Governo. Esta descida às bases foi uma ideia que a JSD lançou na última reunião da comissão política. Cavaco aceitou-a. O PÚBLICO já as ouviu. Em suspense fica apenas a resposta do líder.

Açores. As oito Câmaras perdidas pelo PSD não deixam margem para dúvidas. É o próprio Mota Amaral que o admite: "As eleições correram mal. O partido sofreu um sério revés na região e no plano nacional". O dirigente açoreano relativiza a influência do desgaste do governo - "cada concelho é um caso por si" -, mas entende que o executivo e o partido têm de se "explicar melhor". Sem se referir à remodelação, o dirigente social-democrata açoreano enfatiza a necessidade de "revitalizar as relações entre o PSD nacional e as estruturas das Regiões Autónomas".

AVEIRO. A aposta da distrital em Ernesto Lopes Marques, que nunca se havia candidatado a qualquer cargo autárquico, fracassou. O PSD quedou-se pelos 25% dos votos. Subiu a votação em relação às últimas "autárquicas", mas ficou muito aquém das expectativas criadas nas últimas eleições legislativas (61,7%).

A candidatura de Lopes Marques sofreu a contestação de um sector significativo dos social-democratas do município, levando à demissão do presidente da concelhia do PSD de Aveiro. A comissão política distrital tem vindo, neste cenário, a tomar uma posição prudente, evitando até hoje

engrossar o coro dos que exigem publicamente uma remodelação governamental.

BEJA. A resolução das dificuldades organizativas do PSD na região não apaga a preocupação dos dirigentes em relação aos resultados nacionais. Graça Lopes, vice-presidente da Distrital, atribui o fraco desempenho eleitoral a dois factores fundamentais: o "natural" desgaste do governo e o impacto nacional da aliança PS-PCP em Lisboa, que "descomplexou" o eleitorado da CDU. Para reverter o quadro, defende a remodelação. Mas entende que Cavaco Silva deve escolher o momento, sem ceder a "pressões da oposição".

BRAGA. "O desgaste da política do Governo afectou as eleições autárquicas". A opinião de Fernando Alberto Ribeiro da Silva, governador civil e presidente da comissão política distrital de Braga, não foge à regra ao atribuir também os maus resultados eleitorais à queda de popularidade do Executivo. Mais moderado que outros dirigentes social-democratas nortenhos, o presidente do PSD/Braga diz que "não responsabiliza ninguém". Considera que as reformas estruturais levadas a cabo pelo Governo afastaram do partido um eleitorado flutuante entre o PS e o PSD, mas espera que os social-democratas "sob a liderança de Cavaco Silva", poderão recuperar nas legislativas de 1991.

BRAGANÇA. De Bragança chegará também hoje o conselho para "mexer em algumas pedras do governo". Duarte Lima, presidente desta distrital, mostra-se favorável à remodelação como primeira consequência a tirar dos resultados das autárquicas. No seu entender o "governo cumpriu o ciclo das grandes reformas" e entra-se agora no "ciclo da sua consolidação". Neste período de transição, considera "razoável" avançar para alterações na equipa de Cavaco Silva.

CASTELO BRANCO. "Há alguns meses eu já tinha mostrado a minha preocupação pelo PSD estar a ser orientado por uma vertente tecnocrática desprezando a vertente humanista. Os resultados foram patentes nas eleições autárquicas". Quem o diz é Pe-

reira Lopes, presidente da distrital do PSD de Castelo Branco e da UGT. Para Pereira Lopes a descida do seu partido nas últimas eleições deve-se "à imobilidade do governo e de alguns dos dirigentes que, devido à falta de visão política, só olham para a rigidez dos números". Perante este quadro vai defender esta tarde frente a Cavaco Silva "a remodelação do governo e a alteração das políticas". Sublinha mesmo que "o PSD teve sempre uma grande dinâmica quando o seu líder utilizou uma linguagem para a classe média e para certa esquerda" contrapondo que, hoje, "se desprezam as confederações sindicais, só se olha para os empresários, não se dá atenção aos reformados e houve ainda a inabilidade de deixar passar os aumentos dos titulares dos cargos políticos". Glosando com uma afirmação recente de Cavaco Silva afirma ser a altura "do primeiro ministro perguntar ao presidente do PSD as orientações a seguir".

COIMBRA. Uns querem claramente uma remodelação do Governo e pedem mesmo a queda de Leonor Bezeza, Miguel Cadilhe e Silva Peneda. Outros não são tão peremptórios e limitam-se a admitir a necessidade de uma reestruturação do Executivo. Estas são, em síntese, as opiniões correntes na distrital de Coimbra. O respectivo presidente, Alexandre Gouveia, defende a necessidade de uma reestruturação que não implique necessariamente a queda de ministros. Mas enfrenta uma tendência mais dura, que defende a necessidade de afastar ministros "politicamente esgotados", ainda que "tecnicamente competentes".

ÉVORA. Para Luis Capoulas, presidente da distrital de Évora, os resultados das eleições europeias tinham sido já "um reflexo do desgaste do governo, depois de implementadas as reformas, estruturais sobre as quais não foi dada uma explicação". Para si "o povo manifestou um descontenta-

O que vai Cavaco responder às distritais?

mento relativo a algumas áreas governativas e, em democracia temos de aceitar o veredicto popular". Defende a remodelação do governo, porque "se tem de alterar" as áreas em que, apesar do desempenho técnico poder ser positivo, faltou a capacidade política para comunicar com o eleitorado". Hoje irá aconselhar que se "se intensifique a actividade política" do governo, preparando-o desde já para as eleições legislativas de 1991.

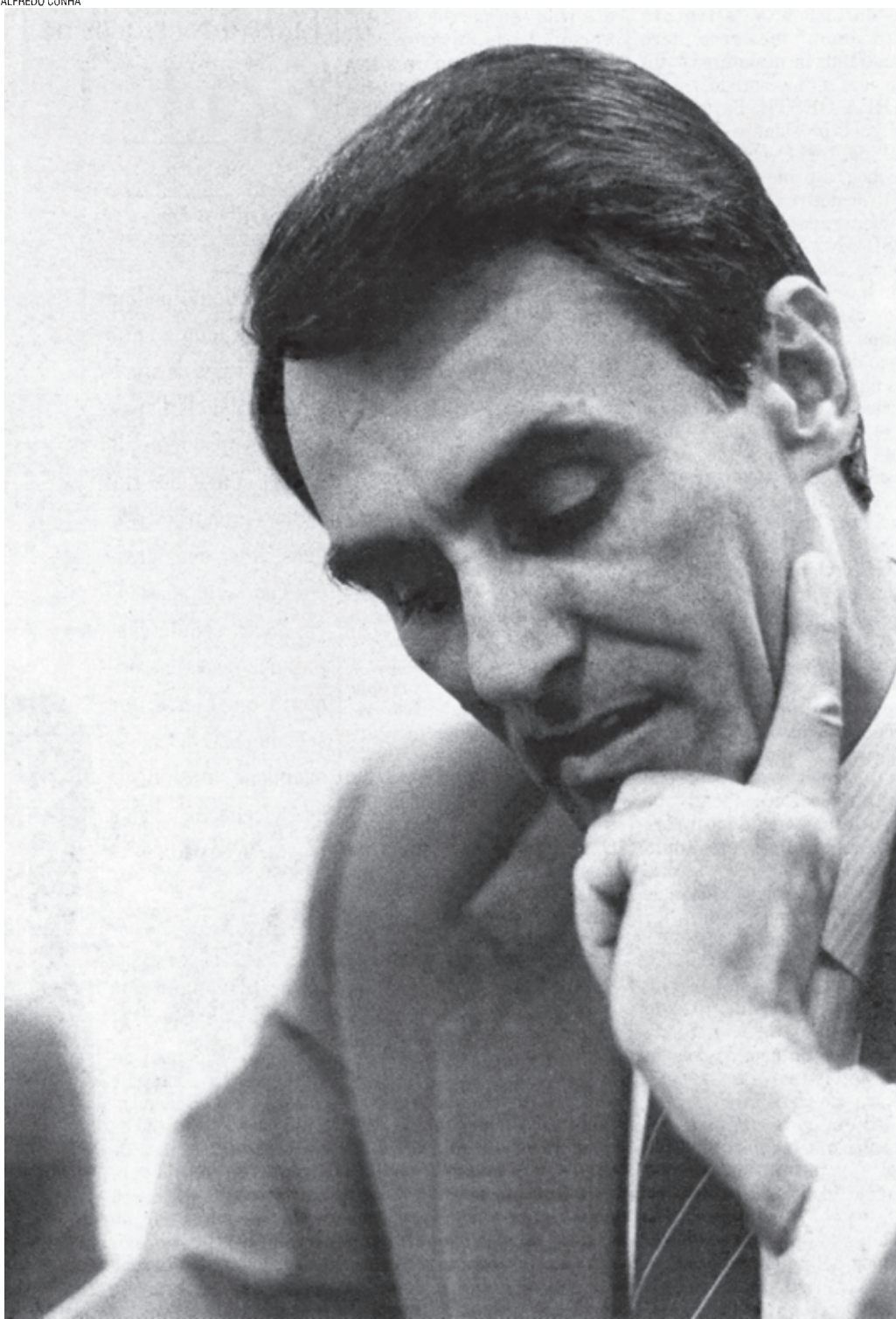
FARO. Os resultados do PSD no Algarve apresentam aspectos contraditórios. Houve a derrocada em Faro, S. Brás e Loulé, mas a votação global foi a maior de sempre. O que leva o presidente da Distrital de Faro, Mendes Bota, a concluir que a influência negativa do "factor governo" não foi decisiva. Mesmo assim, defende a remodelação. Convencido de que a "fase tecnocrática" afastou o eleitorado, aposta na valorização das "componentes social e cultural" na acção e no discurso do PSD.

GUARDA. A distrital da Guarda, liderada por Marília Raimundo, não tomou ainda qualquer posição pública sobre a situação no PSD, sendo previsível que venha a adoptar um comportamento passivo na discussão de uma eventual remodelação. Fontes locais contactadas pelo PÚBLICO admitem que a distrital da Guarda apoie "toda e qualquer atitude que Cavaco Silva venha a adoptar. Se o primeiro ministro fôr muito criticado não será certamente pela distrital da Guarda", afirmou um dos dirigentes locais dos sociais democratas, lembrando que a atitude habitual dos responsáveis distritais tem sido marcada pelo apoio "ineflectível ao presidente do partido".

LEIRIA. Para Poças Santos, dirigente local, a repercussão nacional da aliança PS-PCP em Lisboa foi o factor decisivo nos resultados eleitorais. E exemplifica com dois casos "domésticos": Bombarral e Marinha Grande, concelhos onde a transferência de votos

do PCP para o PS definiu a votação. Admite ter havido uma influência negativa do "factor governo" e, para "reverter a tendência negativa", entende ser necessário "recuperar a componente emocional e simbólica no discurso social democrata".

LISBOA. António Pinto Leite, o homem forte da distrital de Lisboa, defende, claramente, a necessidade de remodelar o governo para este "poder dar de si uma nova imagem" sendo para tal necessário "mexer nos sectores-chaves" da equipa ministerial. É uma convicção que diz mesmo "já não poder esconder", e aponta-a como uma das primeiras consequências que o PSD deve tirar dos resultados das últimas eleições autárquicas. No entanto, diz ser a Cavaco Silva que compete escolher "os termos e o espaço de manobra" para a remodelação se efectuar. Deixa ainda uma palavra para a forma como respondeu a estrutura do PSD durante o período eleitoral. Para si, e referindo-se ao caso



>> de Lisboa, a "estrutura funcionou" mas reconhece que também nesta área "tudo deve ser melhorado".

ÁREA OESTE. Para Vasco Miguel, presidente da distrital da Área Oeste da Grande Lisboa, a primeira conclusão a tirar dos resultados é que "o eleitorado quis penalizar o PSD". No seu entender o governo tem que "de se acautelar face ao seu desgaste" e, por isso, deve proceder a "uma remodelação". Na reunião de hoje vai tecer críticas ao modo de funcionamento do aparelho do partido. Sublinha que "funcionou mal" tanto que "falta uma ligação entre o centro e as estruturas locais" sublinhando ainda que o "PSD tem de ouvir as bases".

PORTALEGRE. Animado com a conquista da Câmara de Portalegre ao PS, o presidente da distrital, José Manuel Barradas, não deixa de manifestar preocupação com os resultados em termos nacionais. Acha que os eleitores mostraram "um nítido cartão amarelo ao governo". Em relação à remodelação, pensa que "este é o momento ideal para fazê-la". Considera ainda que o PSD deve rever a composição dos órgãos nacionais do partido, onde "o interior tem sido esquecido".

PORTO. Brochado Coelho, presidente demissionário da comissão política distrital do Porto, atribui à "má imagem, justificada ou não, de dois ou três ministros" e à "transferência de votos do PCP para o PS em consequência dos acontecimentos nos países de Leste" a derrota infligida ao seu partido nas eleições autárquicas.

O líder do PSD portuense, esquivou-se, no entanto, a precisar abertamente uma remodelação governamental. "Transmitirei a minha opinião apenas ao primeiro-ministro", afirmou ao Público. A semana passada a comissão política portuense decidiu, demitir-se em bloco e convocar para o próximo dia 5 uma assembleia distrital com o objectivo de marcar eleições para a nova CPD.

SANTARÉM. Apesar de classificar como "muito razoáveis" os resultados do PSD no distrito, Pereira da Silva, o dirigente local, manifesta preocupação com as "derrotas significativas" em termos nacionais. Não vê a impopularidade do governo como factor determinante, mas insiste na necessidade de mudanças na imagem e no discurso dos sociais-democratas: "É preciso falar mais de política e menos de números".

SETÚBAL. António José Carvalho, vice-presidente da distrital de Setúbal, confessa ter "dificuldades em aceitar algumas das medidas estruturais" e, adianta mesmo não gostar "de determinadas mudanças" operadas pelo governo. É este o único comentário que arrisca fazer para explicar os maus resultados obti-

dos pelo seu partido a nível nacional nas autárquicas. Concretamente sobre a necessidade ou não de uma remodelação evita falar. Cauteloso com as palavras, prefere sublinhar o ganho de número de vereadores alcançados pelo seu partido em Setúbal.

VIANA DO CASTELO. Assumindo claramente o desaire eleitoral dos social-democratas, Oliveira Amaral, presidente da distrital de Viana do Castelo, afirmou ao Público que Cavaco Silva está em condições de ajuizar da necessidade de uma reestruturação do partido que "poderá passar por uma remodelação ministerial".

Oliveira Amaral considera que os resultados eleitorais no distrito "não são tão maus" como os obtidos pelo PSD a nível nacional. Apesar de ter perdido duas Câmaras (Ponte da Barca e Vila Nova de Cerveira), o partido conquistou a maioria absoluta no concelho de Viana do Castelo. Esta vitória no principal centro urbano do distrito, onde seria de esperar que a imagem do Governo condicionasse mais fortemente os resultados, leva Oliveira Amaral a admitir que a derrota não pode ser só imputada à queda de popularidade do Executivo: "Assumimos uma quota-parte da responsabilidade".

VILA REAL. A comissão política distrital de Vila Real, vai hoje defender a remodelação do elenco governativo. A justificação adiantada para esta posição, prende-se com o "desgaste da imagem do governo junto da opinião pública", pelo que "é urgente uma operação de charme" que consistirá na substituição de alguns dos seus membros. A posição da distrital, votada por unanimidade em reunião realizada na passada sexta-feira, circunscreve-se a uma remodelação, deixando à consideração de Cavaco Silva a eventualidade de uma reestruturação, assim como os nomes que poderão sair ou entrar numa próxima equipa governativa.

VISEU. A distrital de Viseu, reconhecendo o revés eleitoral sofrido pelo partido a nível nacional, não exige publicamente a "cabeça" de nenhum ministro, pronunciando-se, mais brandamente, pela necessidade de uma "reestruturação" capaz de devolver ao Governo a popularidade seriamente abalada pelas duas últimas consultas eleitorais.

Próximo de Dias Loureiro, o presidente da distrital de Viseu, Luis Martins, apresenta um saldo duplamente positivo: não só ganhou a Câmara como soube contornar a situação criada pela recusa do primeiro nome para a presidência do município proposto pelo PSD, Canto Moniz, solidário com Antas de Barros, governador civil demitido pelo Governo. ■

*com João Queirós e Eduardo Dâmaso

Líder dos críticos no Porto defende

Cunhal presidente do PC

JOSÉ ROCHA

José Alberto Lemos

Álvaro Cunhal poderá ser substituído a curto prazo no cargo de secretário-geral do PCP, passando a presidente do partido. A tese é de Horácio Guimarães, 41 anos, líder dos "críticos" no Porto, afastado em 88 do comité central, que revela, na primeira entrevista que aceitou conceder nessa qualidade, a estratégia da "terceira via" para a renovação do partido.

P — Que tipo de divergências tem com a linha oficial do partido?

R. — As minhas divergências são sobretudo relativas ao funcionamento do partido, ao estilo de trabalho e às formas de intervenção. As diferenças de opinião sobre a orientação mais geral, até agora, nunca assumiram um carácter antagonico. Fui-as manifestando ao longo dos anos e sempre procurei resolvê-las pela discussão frontal, a todos os níveis de direcção.

P. — O "grupo dos seis" e a "terceira via" têm posturas algo diferentes quanto à direcção do partido. Qual delas considera mais correcta?

R. — Não gosto de rótulos quando estes simplificam de forma grosseira a realidade que tentam caracterizar. É o caso da designação "críticos", utilizada inicialmente para referir o chamado "grupo dos seis" e que hoje significa centenas de camaradas que não subscrevem as posições e atitudes daquele grupo e estão sinceramente empenhados na renovação e unidade do partido.

Já a chamada "terceira via" me parece mais consensual, embora não abarque o conjunto das opiniões críticas dentro do partido, que são muito vastas e diversificadas. Mesmo a nível da direcção do partido, são conhecidas sensibilidades diferentes, o que é perfeitamente natural e enriquecedor. Na minha opinião, temos apenas que alargar o debate a todos os militantes interessados e encontrar os consensos necessários, preservando a unidade em torno do projecto político por que nos te-



Horácio Guimarães: "Não receio vir a ser expulso"

mos batido e adaptando os métodos à realidade actual.

P. — Parece-lhe que a renovação pode ser feita com Álvaro Cunhal em secretário-geral ou defende a sua substituição?

R. — A renovação pode e deve ser feita com o camarada Álvaro Cunhal. Ele é indiscutivelmente um dos maiores referenciais da luta pelo socialismo, com um prestígio nacional e internacional que nem os nossos adversários regateiam. Contribuiu decisivamente, no bom e no mau, para o partido que temos, por isso pode e deve participar. Tal não é incompatível com a necessidade de ser substituído a curto prazo no cargo de secretário-geral do partido, sendo-lhe cometidas novas funções. Uma hipótese possível seria, no próximo congresso, criar o cargo de presidente do partido e ser apresentada a candidatura de Álvaro Cunhal a esse cargo. Temos de saber renovar sem subestimar a importância da colaboração dos camaradas mais velhos, conscientes de que num dado momento o melhor secretário-geral pode não ser o secretário-geral melhor.

P. — Mas isso não seria transformá-lo apenas numa figura decorativa?

R. — Não. É apenas uma questão de definir as funções do presidente do partido sem esva-

ziar as do secretário-geral. Mais uma vez, o bom senso e o equilíbrio podem ajudar.

P. — As últimas notícias dão Cunhal como algo distanciado dos mais ortodoxos na direcção. Parece-lhe possível que ele ainda venha a promover uma certa renovação, isolando a ala mais dura até ao congresso?

R. — Álvaro Cunhal, com os seus 76 anos, dá provas de maior realismo político do que muitos outros camaradas de direcção. A confirmá-lo está a posição que assumiu quanto à convocação do congresso extraordinário, que, ao contrário de muitos outros, não foi determinada pelo preconceito de o mesmo ter sido proposto por 158 camaradas com opiniões críticas, em carta enviada ao comité central, mas fundamentalmente pela necessidade e justiça da sua convocação.

Importa agora definir claramente como vai ser preparado o anunciado congresso e quais os seus objectivos, pois, tal como afirmámos na carta ao comité central, não faria sentido promover um amplo debate sem um congresso que assumisse, no plano ideológico, político, orgânico e de direcção, as suas conclusões.

P. — O que lhe parece a hipótese de Ângelo Veloso vir a suceder a Cunhal?

R. — Pessoalmente, gosto da frontalidade do Veloso, penso que é um camarada com grande capacidade e qualidade de trabalho, nunca tive dificuldades de relacionamento com ele, posso mesmo dizer que gostei de trabalhar com ele. Sei que

há quem não tenha exactamente esta opinião, mas o que é facto é que a DORP enquanto foi dirigida por ele teve um dinamismo e uma intervenção política que hoje claramente não tem. Digamos que é uma hipótese a considerar, mas sinceramente não sei se será mais do que isso.

P. — Vai ser fundador do Ines?

R. — Sim, aceitei ser fundador, porque o Ines pode vir a ser um espaço importante para discussão dos problemas ideológicos que se põem ao movimento comunista internacional e à esquerda em geral. É importante que sejam os comunistas a criá-lo. Deve, no entanto, ser sublinhado que, ao contrário do que malevolamente se insinua, não se trata de uma organização parapartidária, embrião de novo partido ou tribuna de ataque à direcção do partido.

P. — Não receia vir a ser expulso do partido por fraccionismo?

R. — Não, de modo nenhum. Espero que tais "soluções" nunca venham a ser adoptadas. Precisamos de alargar a influência do partido e não restringi-la ainda mais, precisamos de um partido

unido na base de uma prática plural, e não de um partido depurado. São já tantas e significativas as vozes críticas, é tão claro e construtivo o papel de muitas delas, que se torna inviável "resolver" a situação com expulsões. Pessoalmente, nada fiz que objectivamente o justificasse. A minha vida tem-se confundido em grande parte com a militância no partido e faço questão de preservar essa ligação.

P. — Porque é que os críticos do Porto só agora vêm a público?

R. — No que me diz respeito, só o faço agora por considerar que me foram retiradas internamente todas as possibilidades que até há uns meses tinha de debater as minhas ideias em vários organismos. Como sabe, era membro do comité central, da DORP e do seu executivo, e hoje, após ter sido afastado destes órgãos, estou, tal como a maioria dos membros do partido, confinado às reuniões da célula, que ainda por cima tem funcionado mal. Nesta altura, a prioridade das prioridades é o debate de ideias, e considero as tomadas de posição públicas de militantes como um acto natural e legítimo, sobre cuja oportunidade cada um deve ponderar. Eu, por exemplo, dou agora esta entrevista, mas não acharia oportuno tê-la dado há um mês. ■

Descontentes com governo

Militares queixam-se ao Presidente

AS CHEFIAS militares pretendem avistar-se com o Presidente da República para lhe darem conta do descontentamento provocado nas Forças Armadas pelo novo estatuto remuneratório. Esse descontentamento foi já transmitido ao primeiro-ministro pelo chefe de Estado-Maior General e chefes de Estado-Maior dos ramos, sem que Cavaco Silva tivesse mostrado intenção de acolher as reclamações da hierarquia militar.

A questão está em que as tabelas retributivas aprovadas pelo Governo — que entraram ontem em vigor — não correspondem à matriz que tinha sido negociada pelas chefias militares e aceite pelo ministro Eurico de Melo.

O apelo que os chefes de Estado-Maior pretendem levar ao Presidente da República é no sentido de obter do Governo o compromisso de corrigir rapidamente as discrepâncias criadas pelas alterações introduzidas à margem das negociações havidas com o ministro da Defesa.

O decreto-lei que regulará o novo sistema remuneratório tem que ser promulgado pelo Presidente da República, e as chefias militares desejam que, antes dessa formalização, Mário

Soares use as suas competências, provavelmente recomendando a reavaliação do processo.

Reclamam os chefes militares que a escala indiciária foi alterada, para pior, em relação ao que tinha sido acordado. O índice 100, que rege as remunerações da categoria de praças, foi fixado em 63 mil escudos, o que representa descida substancial face ao que tinha sido negociado.

Os sargentos e os oficiais dos escalões intermédios manifestam-se claramente prejudicados, nomeadamente a partir do posto de major (capitão-tenente), caso em que a proposta negociada previa um vencimento de 217 contos (238 com o suplemento de 10 por cento da condição militar) contra os 204 e 215 contos que o Governo acabou por aprovar. Na categoria de sargentos, no topo da carreira (sargento-mor), o vencimento proposto era de 189.600 escudos, incluindo o suplemento de condição militar — e o Executivo aprovou 172 contos. Um 1 cabo estava à espera de 91.300\$00, e a tabela fixou esta remuneração em 86 contos.

O novo regime é retroactivo a Outubro, e vigorará até 31 de Dezembro de 1990. ■

César Camacho

Reunião do secretariado

PS vai fazer convenção para apoiar Soares

Duarte Moral

O PS entra em 1990 embalado com a vitória autárquica de Dezembro. Sampaio quer aproveitar. Vai reformular o programa e “apanhar boleia” da campanha para a reeleição de Soares.

Jorge Sampaio, secretário-geral do PS, encontrar-se-á amanhã individualmente com todos os membros do secretariado. Após as suas pequenas férias de Sintra, vai anunciar-lhes uma remodelação daquele órgão e as suas ideias para o futuro, tentando aproveitar a onda de vitória que se instalou no partido.

Destes encontros e da reunião do secretariado deverá sair a convocação de uma convenção com uma única e exclu-

siva finalidade: lançar, em clima de alguma euforia, o apoio socialista à recandidatura presidencial de Mário Soares. O PS não quer deixar de aproveitar o que se prevê seja a “maré soarista” de 1991, aliada ao clima de vitória com que o partido inicia a década de 90. Mas pretende antecipar-se igualmente a uma decisão de Cavaco Silva sobre o assunto. Querendo ser protagonistas do MASP-2, os

socialistas marcarão a convenção para uma data anterior ao congresso do PSD, que debaterá igualmente a estratégia social-democrata para as presidenciais de 1991.

Ao contrário do que chegou a pensar-se na fase final da campanha autárquica, não haverá entradas e saídas nos órgãos directivos do partido. Antecipado o congresso para o mês de Junho, entende Jorge

Sampaio que mexidas mais significativas só aí deverão ser efectuadas. Mas, finda a campanha eleitoral, os seus responsáveis directos — António Costa e Lopes Cardoso — têm de ser recuperados para as tarefas normais do secretariado. António Costa voltará a exercer, como o fazia antes das eleições autárquicas, o pelouro das relações com as federações do partido. A Lopes Cardoso deverá ser entregue a responsabilidade pela estrutura e administração.

António Barreto é um dos “homens bons” que Sampaio irá ouvir no dia da reabertura do Parlamento, na próxima quinta-feira, ainda antes da reunião do secretariado dessa noite. Jaime Gama, Almeida Santos e António Guterres serão outros. A eles será pedida uma participação activa na tarefa de reformular o programa do partido até à data do congresso — eventualmente integrando uma comissão, que ao agrupar elementos exte-

riores à área do secretário-geral, quererá indiciar a vontade de pacificar a família socialista.

Entretanto, o PS prepara-se já para a presidência portuguesa das Comunidades, no primeiro semestre de 1992: diversas iniciativas no campo das relações de Portugal com a CEE estão a ser estudadas pelo departamento de assuntos europeus, sob a responsabilidade do eurodeputado João Cravinho. ■

ALFREDO CUNHA



Sampaio ajuda a preparar "maré soarista" de 1991

TV privada

Governo dá canal à Igreja, mas...

O GOVERNO vai atribuir, em regime de concessão, o segundo canal da RTP à Igreja Católica e colocará a concurso público outros dois canais, a atribuir a entidades privadas, apurou o PÚBLICO de fonte governamental.

O Executivo, preocupado em “minorar a contestação ao favorecimento da Igreja como parte neste processo”, defende algumas restrições à angariação de publicidade. A justificar estas restrições está a tese de que a Igreja, enquanto concessionária privilegiada em relação a outros concorrentes, não poderá explorar o canal de TV como “mera fonte de financiamento”, colocando-se ao nível de qualquer operador privado.

O recurso ao mecanismo da concessão surge, por outro lado, como uma forma de tornar as regras constitucionais que submetem a atribuição de canais privados de TV a concurso público. Para inverter este cenário basta, com efeito, que o PSD consagre algumas “regras de excepção” sobre as quais a Constituição é omissa.

A oportunidade para começar a lançar este debate poderá surgir dentro de dias, quando o Parlamento discutir a proposta de lei do Governo da Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS).

Este órgão contará, entre as suas competências, emitir pareceres vinculativos sobre a atribuição de canais de TV, pelo que a sua regulamentação esboçará o “regime de excepção” que o PSD pretende consagrar para garantir a concessão de um canal à Igreja.

A extinção do Conselho de Imprensa é outra questão que promete polémica, por ocasião do debate sobre a Alta Autoridade. O primeiro-ministro deixou transparecer, há alguns dias, o que pensa sobre o assunto quando anunciou a AACS como um órgão que irá integrar as competências que agora cabem ao Conselho de Comunicação Social (CCS) e ao Conselho de Imprensa (CI). A extinção do CCS é um dado adquirido, que consta do texto constitucional revisto, mas sobre o CI a Constituição nada diz, e tanto o PS como

responsáveis daquele órgão consideram que o seu desaparecimento não é líquido.

O Partido Socialista vai consagrar no seu projecto um leque de atribuições que não esgotam as do CI, enquanto o Governo definirá as competências do novo órgão por forma a esvaziar o Conselho de Imprensa, cujo presidente, Gonçalves Pereira, afirmou, entretanto, ao PÚBLICO que aquele “tem funções deontológicas e uma composição representativa da classe jornalística que a matriz constitucional da AACS não assegura”.

A constituição da Alta Autoridade será das questões mais complicadas do processo em causa. O PS quer os jornalistas directamente representados, por forma a evitar “o desastre do Conselho da Rádio, em que os representantes da Comunicação Social eram empresários do sector”, e o Governo não renuncia posições diferentes das que na altura consagrou para o licenciamento das rádios.

No que toca às competências da Alta Autoridade, o PS pretende consagrar-lhe o direito de participar na nomeação de membros do conselho de administração dos órgãos públicos de Comunicação Social, o que a proposta do Governo não prevê e o PSD considera uma hipótese “sem sentido”. ■

Ângela Silva

AGORA EM PORTUGAL *
ORGANISER REXEL
 Uma alternativa à agenda clássica. Para gente dinâmica: Executivos, Secretárias, Profissionais Liberais, etc.

OFERTA UTIL

Em pele-preto e castanho
 Em pvc-preto e bordaux
 Em 11x18cm ou 14x20cm

“contact report”
 “diário bi-anual”
 “agenda telefónica e moradas”
 “bloco de notas”
 “bolsa plástica com autocolantes”

livro de despesas
 “divisórias para “business card”
 régua graduada
 caneta com sublinhador
 e marcador

um produto **BÜROGAL**
 telf. (1) 7593909

COMENTÁRIO

Carlos Santos Pereira

1990
lágrimas e sorrisos

ANO NOVO, vida nova—diz o ditado. Dificilmente uma máxima popular encaixaria tão à medida no clima de viragem antecipada de século que despediu o ano louco de 1989. Mas, entre lágrimas e sorrisos, entre promessas e apreensões, poucas vezes um ano novo terá recebido herança mais pesada.

Retomando um hábito inaugurado pelo saudoso Ronald Reagan, os inquilinos—mor da casa Branca e do Kremlin trocaram mensagens de Ano Novo.

George saudou em Micha um “amigo da paz”, prometeu apoiar a perestroika no País dos Soviéticos, afirmando que russos e americanos construiriam, de mãos dadas, “um novo milénio de paz e prosperidade”

Mais sóbrio e—adiante se verá, não lhe faltariam razões—Gorbachov proclamou defunta a guerra fria e votou a divisão europeia aos escombros do passado.

No Leste, a festa foi rija. Em Praga, foi noite de risos e lágrimas. Em Berlim Leste, estouraram foguetes de lágrimas e dançou—se à volta do muro, como que escarnecendo da parede em ruínas, símbolo impotente de eras mortas.

Bucareste, ainda a viver o sobressalto da libertação, dividiu as lágrimas entre os vivos e os mortos. Muitos romenos celebraram o Ano Novo recolhidos em suas casas a velar os parentes caídos. Lá fora, os tanques em frente do Ministério dos Estrangeiros recordavam que a batalha prossegue, e uns quantos disparos ouviram—se depois da meia noite, alertando de que a Securitate não se rendeu ainda e preparará mesmo talvez um kamikaze final.

O ano ora encetado promete ser tão cheio como o anterior na Europa além Elba. Tal como os seus vizinhos checos e polacos, os romenos terão pela frente tarefas tão árduas como desmantelar resquícios encarniçados do estalinismo, sarar os traumatismos do passado, e responder ao grande teste das primeiras eleições livres em meio—século.

Enquanto se dançava em Praga e Berlim, mais a Leste, o burgo siberiano de Sverdlovsk vivia horas azedas depois de a população ter proclamado a “guerra do vinho” em protesto contra o esgotamento da razão de vodka nas lojas.

Menos eufórico, Gorbachov surgiu nos ecrãs soviéticos de sorriso a meia—haste, reconhecendo que a perestroika acabara de viver o ano mais negro da sua jovem existência: reformas atoladas num pertinaz faz—que—anda—mas—não—anda, agravamento da penúria, trabalhadores em greve, exarcebamento das relações “interétnicas”... Quanto aos seus vizinhos de Leste, Gorbachov não se esqueceu de saudar as mudanças em curso na RDA, Checoslováquia ou Roménia. Mas os seus aplausos à “combinação do socialismo e da democracia” soam como uma nota em falso no momento em que polacos, húngaros, checos e alemães se esforçam para enterrar de uma vez por todas o seu passado comunista.

Ano de risos... ano de lágrimas. Em Pequim, Zhao Ziyang, o líder chinês, jurou luz verde ao capital estrangeiro, mas deixou bem claro aos seus súbditos que a abertura só valia para o satânico dólar. Mais apelou o vermelho mandarim a que o Império do Meio lambesse as suas feridas em “estabilidade social”, prometendo duras sanções aos que ousassem sonhar com uma nova Primavera.

Em Israel, no Líbano, em Angola ou na Etiópia as armas ignoraram mais uma vez a noite de ano novo—como que a recordar que nem os votos das superpotências chegam para silenciar as trombetas da guerra. No Panamá reina ainda e sempre a ordem americana e as ondas de tensão que vêm crispando a América Central recordarão aos mais incautos que a paz é um bem precioso e que o antigo milénio não terá ainda dado o seu último extertor. ■

INTERNACIONAL

Coligação israelita à beira do fim

"Pombas" e "falcões":
o combate final

JIM HOLLANDER/LUSA

Margarida S. Lopes

Com a demissão do Ministro da Ciência, Ezer Weizman, o primeiro-ministro Yitzhak Shamir leu a sentença de morte do governo israelita e deixou uma mensagem clara: não se pode negociar com a OLP.

Shamir, o “falcão” do Bloco Likud, acusou Weizman, a “pomba” do Partido Trabalhista, de ajudar a Organização de Libertação da Palestina a boicotar um plano de eleições para a Cisjordânia e Faixa de Gaza, ocupadas por Israel. Weizman confessou ontem ao seu partido que aconselhou a OLP, através de um intermediário, a impor condições antes de aceitar um plano de paz dos Estados Unidos, que facilitaria a realização de eleições nos Territórios Ocupados, como propôs Shamir. Uma coisa agora é certa, se a coligação Likud-Trabalhistas morrer, as eleições nos Territórios Ocupados, previstas para 14 de Maio, poderão não chegar a ver a luz do dia. Para tentar salvar a coligação, o líder trabalhista Shimon Peres exigiu a Shamir a reintegração de Weizman, demitido no domingo na habitual reunião semanal do governo. Mas Shamir rejeitou ontem a exigência dos seus parceiros para evitar o colapso. O rabi Yitzhak Peretz, líder do Partido Religioso Shas, que serviu de mediador, teve dificuldades em conciliar as posições do Likud e dos Trabalhistas. “É duro dizer isto, mas não vejo nenhuma solução”, disse. Shamir recusou qualquer compromisso, até mesmo uma fórmula que permitia a Weizman permanecer no governo, embo-



Weizman: o arquitecto da Paz com o Egipto demitido por falar com a OLP

ra sem nenhum cargo de decisão. O líder do Likud não perdoa a Weizman ter mantido contactos “nas costas do primeiro-ministro com os mais perigosos inimigos” de Israel. “Ele encontrou—se com representantes da OLP, enviou mensagens a Yasser Arafat e recebeu mensagens de Yasser Arafat. É demais para mim”, queixou—se Shamir. Por lei, os israelitas estão proibidos de qualquer contacto com a OLP para, diz ele, prejudicar o plano de eleições para os Territórios Ocupados. O fim da coligação governamental vai deixar em suspenso a questão das eleições palestinianas enquanto se aguarda a formação de um novo governo ou de eleições. Para já, tanto o

Likud como os trabalhistas começaram a cortejar os partidos religiosos e os da oposição para o caso de o governo de unidade, criado há 14 meses, não ter salvação. “Se eu me encontrei ou não com alguém (da OLP) não é importante. O que é importante é que esta é uma crise positiva que vai forçar o Partido Trabalhista a decidir o seu caminho”, comentou Weizman. O influente diário MAARIV concorda: “A crise Weizman vai forçar todos os participantes no cenário político israelita a adoptar uma posição definitiva em relação a uma questão importante: Sim ou não a negociações com a OLP”. Os Trabalhistas, com as suas “pombas”, como Weizman, e os seus “falcões”, como o ministro da Defesa Yitzhak Rabin, terão de ser os primeiros a abandonar a posição dúbia que sempre adoptaram: em privado falam com a OLP, em público negam esses contactos. Weizman acusou Shamir e ou-

tros ministros do Likud de terem mantido contactos com a OLP quando se encontraram com líderes nacionalistas palestinianos dos Territórios Ocupados, como Jamil Tarifi, Sari Nusseibeh e Faisal Husseini. No entanto, para Shamir, falar com os líderes da OLP em Tunes e os dirigentes palestinianos na Cisjordânia e em Gaza não é bem a mesma coisa.

O primeiro-ministro não identificou os membros da OLP com quem Weizman se encontrou, mas a Rádio do Exército israelita citou o nome de Nabil Ramlawi, representante daquela organização em Genebra. Segundo a emissora, o encontro teve lugar há poucas semanas. O chefe de gabinete de Shamir, Yossi Ahimeir, admitiu que o primeiro-ministro já há muito sabia dos contactos de Weizman com a OLP, mas só decidiu demiti-lo depois de ter recebido “provas duras contra ele, nos últimos dias”. “Vou dar—vos uma pista—pensem na próxima visita do senhor Weizman a Moscovo”. Este comentário de Ahimeir sugere que Weizman tencionava en-

contrar—se com líderes da OLP na União Soviética. A inesperada demissão de Weizman, o arquitecto do tratado de paz israelo—egípcio de 1979, surgiu um dia depois de a polícia israelita ter reprimido uma manifestação de 15.000 pessoas em Jerusalém convocada para apoiar a criação de um Estado Palestino. A polícia foi acusada de atirar indiscriminadamente contra activistas israelitas, palestinianos e europeus, causando pelo menos 70 feridos. O governo defendeu—se, afirmando que a polícia só interveio quando os manifestantes ergueram bandeiras palestinianas. O receio de novas manifestações levou também o Exército israelita a colocar sob recolher obrigatório quase um milhão de palestinianos na Cisjordânia e em Gaza. É que ontem celebrava—se o 25.º aniversário da Fatah, a maior facção da OLP, criada três dias depois de ter lançado o seu primeiro ataque militar contra Israel. ■

Mundo Árabe

Reencontro de irmãos

DIZ O ditado que "se Maomé não vai à montanha, vai a montanha a Maomé". Se estivesse vivo, Anwar Sadat regozijaria. A sua profecia concretizou-se: depois de mais de dez anos de boicote, os Árabes que condenaram o Egípto ao ostracismo, por ter assinado a paz com Israel, sentiram-se obrigados à reconciliação com o Cairo.

Sadat, que foi assassinado por ter ousado estabelecer relações com o Estado judaico, sempre se mostrou convencido de que seriam os árabes a aceitar as condições do Egípto, e nunca o contrário.

O primeiro a desenterrar o machado de guerra foi a Jordânia, em 1984, e logo outros Estados árabes lhe seguiram o exemplo. Até mesmo o Iraque, o arquitecto da Frente de Firmeza e Rejeição, foi obrigado, por força das circunstâncias, a aproximar-se do Cairo.

A preciosa ajuda militar egípcia a Bagdad na guerra contra o Irão fez esquecer muitas animosidades. As armas que o Egípto enviou a Yasser Arafat quando esteve se encontrava cercado pelas tropas israelitas no Líbano, em 1982, também contribuíram para uma reconciliação com o OLP.

Confrontados com as novas iniciativas diplomáticas do presidente Hosni Mubarak, a Líbia e a Síria decidiram quebrar também o seu isolamento. Mas, enquanto Moammar Khadafy se

limitou a abrir um "escritório de representação" no Cairo, Hafez Assad optou por reabrir a sua embaixada na capital egípcia.

Depois de afirmar publicamente que o seu país está arrependido de ter ajudado grupos terroristas, Khadafy revelou que vai fazer as pazes com a Jordânia e que está a tentar reconciliar a Síria e o Iraque.

Uma coisa é certa, se não foi fácil para Hafez Assad perdoar ao Egípto o pecado de ter feito a paz com Israel, vai ser preciso muito sangue frio para aceitar uma reaproximação com os rivais de Bagdad.

Abandonada pela URSS nos seus desígnios para conquistar a "paridade militar" com Israel e considerando-se marginalizada no processo de paz no Médio Oriente, a Síria sentiu-se empurrada para os braços do Egípto depois de um divórcio de 12 anos.

Hafez Assad abençoou até, embora com pouco entusiasmo, os esforços de mediação de Hosni Mubarak para juntar israelitas e palestinos à mesa das negociações.

Com o mundo árabe na rota da unidade, os egípcios terão agora de garantir que não pretendem ser substituídos da OLP e que, ao contrário de Sadat, Mubarak quer mesmo um Estado Palestino independente e não apenas uma autonomia limitada para os Territórios Ocupados por Israel. ■M.S.L.

Panamá em guerra, "Pax americana"

Ana Navarro Pedro

Um pedido do Panamá à Nunciatura Apostólica para lhe entregar o general Noriega, a fim de ser julgado pelo assassinio de 10 oficiais envolvidos na tentativa de golpe de estado de Outubro último, poderia desbloquear o impasse diplomático EUA - Vaticano.

LUSA



Soldado americano assiste prisioneiros panamianos

O presidente Guillermo Endara declarou, porém, que o Panamá não tem condições de segurança para manter Noriega prisioneiro, deixando assim a porta aberta a uma eventual extradição para os Estados Unidos, onde é acusado de narcotráfico. Mas um vazio jurídico neste capítulo põe em dúvida a viabilidade da operação.

Os doze bispos panamianos escreveram ao Papa sobre o "temor" da população em não ver Noriega julgado.

O embróglio diplomático que mantém as atenções na Nunciatura Apostólica, rodeada por tropas americanas desde

há nove dias, quando Noriega nela se refugiou, começa a ser visto no Panamá e na imprensa americana como uma cortina de fumo a esconder hesitações dos EUA quanto à sorte a dar ao antigo colaborador da CIA.

Noriega foi avisado

Uma informação do Washington Times aventando que os serviços secretos interceptaram uma chamada dos EUA a avisar Noriega, na véspera da invasão do Panamá, e discretamente desmentida pelo Pentágono, reforça as suspeitas de que a CIA e o seu ex-director Georges Bush receiam revela-

ções incómodas num julgamento público.

Observadores internacionais sublinham o clima de instabilidade alimentado pelos americanos desde que invadiram o Panamá, a 20 de Dezembro. As forças da ordem, desbaratadas, só foram restabelecidas há dois dias, dando carta branca a cenas de saque.

Os militares alertam todos os dias para iminentes ataques de dois milhares de milicianos fiéis a Noriega, refugiados nas montanhas. Há quem veja a mão invisível da CIA nas abundantes revelações sobre as práticas de bruxaria de Noriega.

Um porta-voz do exército, instado a fornecer provas de

que Noriega usaria cuecas vermelhas para afugentar o Diabo, respondeu: "Segredo de Estado".

Enquanto a Nunciatura Apostólica atrai todos os olhares, Endara tenta reorganizar o país, devastado pela invasão e por dois anos de guerra económica com os EUA.

Os conselheiros americanos tecem-lhe vibrantes louvores pelo trabalho já realizado. Mas diplomatas ocidentais afirmam que o pouco ainda feito é obra dos americanos, a moldar o país a seu gosto.

O exército recruta os novos polícias panamianos entre os elementos "mais moderados" das antigas forças da ordem de Noriega.

Os militares americanos violaram a Lei Internacional ao penetrar na residência do embaixador da Nicarágua na Cidade do Panamá e não hesitaram em interrogar o embaixador de Cuba.

Esta atitude tal como a invasão do Panamá foi condenada pela Assembleia Geral da ONU.

As vítimas estão a ser enterradas em fossos comuns, sem identificação, foram calcinados com lança-chamas. Editoriais americanos interpretam esta atitude como uma tentativa de dissimulação do número exacto das baixas - ainda por revelar, mas calculado em 2000.

Congressistas americanos advertiram a Casa Branca de que se arrisca a perder o apoio da opinião pública, se a operação "Just Cause" se prolongar. Mas em Washington murmura-se que a tática do Pentágono é precisamente ganhar tempo. ■

Angola

Luanda chumba plano de Mobutu

A SITUAÇÃO militar em Angola é hoje caracterizada por nova pressão de unidades das FAPLA saídas da base de Cuito-Cuanavale sobre as posições defensivas da UNITA no rio Kuzumbia, a norte de Mavinga. Em Luanda refere-se a existência de "operações de limpeza na zona na sequência de acções do inimigo", mas a VORGAN (Voz da Resistência do Galo Negro), que emite da Jamba, assinala "muitas baixas de ambos os lados".

O ministério da Defesa angolano sublinha a existência de combates no Kuanza-Norte, Huíla, Huambo e Bié. Nesta província as forças governamentais estariam a avançar na área Camacupa-Munhango, onde já em Outubro tinham conseguido

uma progressão "da ordem dos 90 kms", segundo nos disse na Jamba o tenente-coronel Zacarias, dos serviços secretos das FALA (braço armado da UNITA).

Fontes rebeldes afirmam ainda que há combates no Ionde, entre as províncias do Cune e Kuando-Kubango. A confirmarem-se estas informações, repete-se uma batalha de Outubro e o objectivo das FAPLA seria ocupar parte da fronteira com a Namíbia, hoje sob controlo da UNITA.

Jonas Savimbi lançou há dias um apelo ao Presidente Mobutu, do Zaire, que desempenha o papel de mediador, para fazer cessar os combates e evitar "uma guerra total".

Nos meios governamentais comenta-se que este apelo "é um pedido de socorro" e insiste-se na recusa do plano de cessar-fogo apresentado recentemente pelo mediador, conforme disse o Presidente José Eduardo dos Santos na sua mensagem de Ano Novo. O referido plano é inaceitável para a RPA, "porque a sua base política não é conforme aos princípios de Gbadolite, as modalidades de controlo são válidas para uma guerra convencional mas não para uma guerra irregular e colidem com a soberania nacional", referência sem dúvida à eventual presença de tropas estrangeiras para controlar o cessar-fogo.

Na mesma mensagem o

Chefe de Estado angolano rejeitou o multipartidarismo e acusou os Estados Unidos de responsáveis pelo prolongamento da guerra ao manterem o seu apoio a Savimbi. Mas propôs oito pontos como base para o processo de paz, pontos onde se destaca o reconhecimento da legitimidade do Governo, o cessar-fogo, desenvolvimento do exército nacional integrando elementos da UNITA que o desejem, garantias legais de participação dos cidadãos, promulgação de lei sobre associações e revisão da lei eleitoral.

O coronel Alcides Sakala, do Comité Central da UNITA, declarou ao PÚBLICO que o seu movimento mantém "o espírito das cinco propostas emanadas do nosso recente Congresso" e cujos pontos principais são um cessar-fogo sob controlo internacional, governo de coligação e eleições em menos de um ano.

Figuras independentes, que pedem o anonimato, afirmam-nos que "o discurso tem aspectos positivos, mas para fa-

lar em transição democrática é preciso conhecer o âmbito das associações, das garantias legais e da revisão da lei eleitoral".

Entretanto, extensas zonas do sul angolano continuam assoladas pela seca e no Capelongo, perto da barragem da Matala, agricultores brancos afirmaram que até elefan-

tes têm aparecido na povoação, em busca de água.

As autoridades levantaram o recolher obrigatório durante o período das festas e declararam 1990 "ano do III Congresso do Partido e da ampliação da democracia". ■

Jonuel Gonçalves
com Vítor Silva em Luanda

CRISTINA SAMPAIO



Checoslováquia

Havel refaz política externa

ELEITO Há apenas quatro dias Presidente da Checoslováquia, Vaclav Havel realiza hoje, na sua saída-estrela, uma visita a Berlim-Leste e a Munique. A deslocação do "herói de Praga" às Alemanhas constitui não só o primeiro passo para a definição da nova política externa de Praga, como uma aproximação real capaz de definir novas formas de entendimento, agora que tudo mudou.

Acompanhado pelo seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Jiri Dienstbier, Havel irá manter conversações com Hans Modrow, primeiro-ministro alemão oriental e depois, já na "outra Alemanha", falará com o seu homólogo Richard von Weizsacker. O chanceler Helmut Kohl e o responsável pela pasta da diplomacia, Hans Dietrich Genscher, também poderão ser abordados.

Havel não leva consigo agenda definida. No entanto,

LAURENT REBOURS



Depois de destruir a "cortina de ferro", Praga refaz a sua diplomacia

em análise deverão estar temas quentes como a definição do papel da Checoslováquia no novo esquema estratégico e as relações comerciais com o seu aliado do Comecon, bem como a posição da RFA face à Europa de Leste e à própria reunificação das Alemanhas.

É que, apesar de a RDA e a Checoslováquia serem os dois países económica e socialmente mais desenvolvidos da Europa de Leste têm um problema em comum: dívidas externas elevadas, no valor de 20 mil milhões e 6 mil milhões de dólares respectivamente.

A Checoslováquia vê-se agora "obrigada" a anular velhos dogmas. Altos funcionários do Governo de Praga admitem que um terço da indústria nacional vive um período de sérias dificuldades. É necessário, dizem, iniciar já um processo de revisão, agora que o plano quinquenal 86-90 chegou ao fim.

Os resultados finais fôgem um pouco ao previsto. Assim, uma das leis económicas que entrará em vigor já este ano prevê que as empresas ligadas à indústria adquiram alguma autonomia e passem a controlar as suas finanças à margem dos planos centrais.

É aqui que a RFA - que já contribuiu com cerca de 2,4 mil milhões de dólares de ajuda à Polónia e 526 milhões à Hungria - entra no "jogo". Só os bancos da RFA, liderados pelo Deutsche e pelo Dresdner, detêm 20 mil milhões de dólares de dívida externa de países leste europeus. ■ B.R.

URSS

"Vzgliad" silenciado

A "GLASNOST" começa a ser o alvo apetecido dos ataques de "forças invisíveis", nomeadamente na TV oficial da URSS.

Na sexta-feira, milhões de soviéticos sentaram-se em frente dos aparelhos de TV, para assistirem ao programa Vzgliad, um dos poucos feitos em directo por jovens e que goza, pela sua ousadia, de enorme popularidade. Sem qualquer explicação, o programa foi suspenso.

Recentemente foi proibida a transmissão de uma entrevista a Vitali Korotitch, redactor-chefe da revista radical Ogoniok e deputado, que fora anunciada reiteradas vezes. Gasparian afirma, citando "fontes seguras", que na véspera da apresentação do programa apareceram no estúdio da TV vários civis, que apreenderam o material já montado. ■

José Milhazes, em Moscovo

Hungria

Glasnost castrense

UM LIVRO de 110 páginas - "Pequenos reis em uniforme" - assinado por Imre Bokor, ex-coronel do Exército magiar, onde ingressou em 1948, causa tempestade na Hungria.

A corrupção e a imoralidade nas altas esferas político-militares são o tema, e o "herói principal" é nem mais nem menos que o general Lajos Czinege, ministro da Defesa de 1960 a 1984 e vice-Primeiro-Ministro de 1984 a 1987.

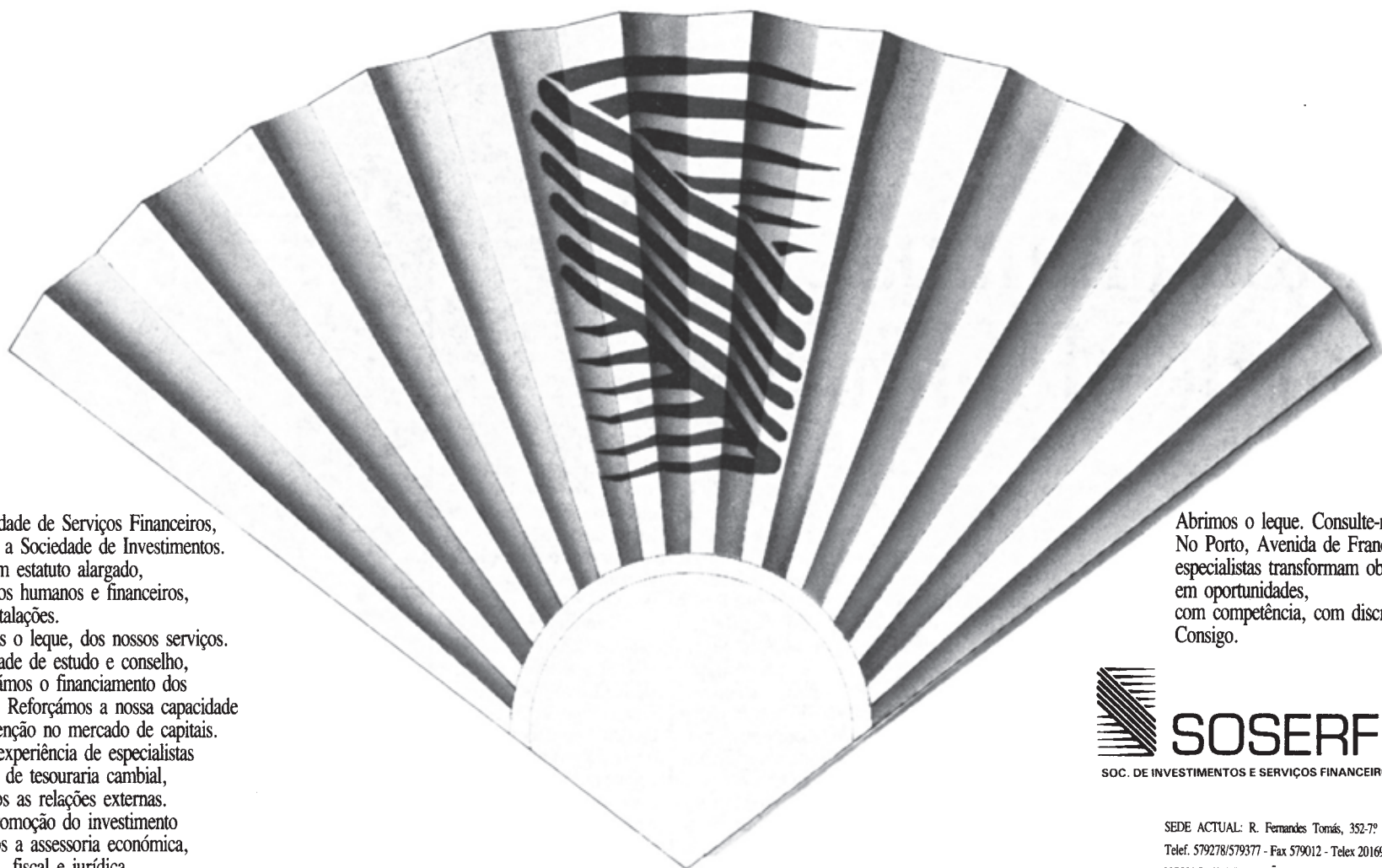
O actual titular da Defesa, general Ferenc Kárpáti, também não é ilibado, por ter sido o braço direito de Czinege. A reacção do ministro foi reformar Bokor.

Resultado: o Parlamento interpelou Kárpáti, que teve sérias dificuldades para responder às perguntas dos deputados, enquanto o primeiro-ministro, Miklos Nemeth, criava uma comissão para investigar os casos tratados por Bokor. ■

Andras Gellei, em Budapeste

SLOGAN

Abrimos o leque dos nossos serviços



De Sociedade de Serviços Financeiros, passámos a Sociedade de Investimentos. Temos um estatuto alargado, mais meios humanos e financeiros, novas instalações. E abrimos o leque, dos nossos serviços. À actividade de estudo e conselho, acrescentámos o financiamento dos projectos. Reforçámos a nossa capacidade de intervenção no mercado de capitais. À nossa experiência de especialistas na gestão de tesouraria cambial, associamos as relações externas. Para a promoção do investimento integramos a assessoria económica, financeira, fiscal e jurídica num serviço único, completo.

Abrimos o leque. Consulte-nos. No Porto, Avenida de França, 680, especialistas transformam obstáculos em oportunidades, com competência, com discrição. Consigo.

SOSERFIN
SOC. DE INVESTIMENTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS, S. A.

SEDE ACTUAL: R. Fernandes Tomás, 352-7º - 4000 Porto
Telef. 579278/579377 - Fax 579012 - Telex 20169 - SERFIN P
NOVAS INSTALAÇÕES: Av. França, 680 - Porto
Telef. 827189 - Telex 28926 SERFIN P

Filipinas "Cory" namora investidores

ROMEO GACAD/ LUSA

João Carlos Silva

Na mensagem de Ano Novo, Corazón Aquino pediu "sacrifícios" aos filipinos e avisou que a vitória de um golpe militar significará "tirania". Mas a grande batalha é na frente económica e aí "Cory" só pode fazer um pedido: "Invistam!"

Ao olhar hoje o balanço do dia na Bolsa de Valores de Manila, a Presidente Corazón Aquino terá uma primeira e importante resposta à remodelação governamental anunciada na véspera de Ano Novo.

Quando anunciou a mexida - a terceira em três anos de Governo - "Cory" declarou que o objectivo era "servir o povo" e a "melhorar o seu bem-estar". Mas nas Filipinas ninguém duvida que as mudanças se dirigiram realmente à classe empresarial.

Meios políticos de Manila consideram mesmo que a remodelação, embora em gestação desde a rebelião militar falhada do princípio do mês passado, foi apressada por alguns sinais económicos desastrosos na última semana do ano.

Na quinta-feira, por exemplo, a Bolsa de Manila viveu momentos de pânico, com os investidores a venderem por qualquer preço. Uma ligeira recuperação no final da sessão, após intervenção governamental, limitou os estragos a uma quebra de 10,72 pontos.

Ficou bem patente, uma vez mais, o descrédito do Executivo entre os empresários. Para a descida bolsista bastou, desta vez, que um comandante da polícia "previsse", citando "dados da espionagem", uma nova tentativa de golpe "entre 17 e 30 de Janeiro".

Não espanta assim que a remodelação, atingindo oito ministros, tenha visado principalmente a área económica. Corazón Aquino trocou por exemplo de ministro das Finanças e anunciou que a partir do dia 20 mudará também o Governador do Banco Central.

Para a Presidente filipina,



Corazón Aquino anuncia a remodelação

as perspectivas são dramaticamente claras: sem reconquistar a confiança dos investidores a economia não sairá do atoleiro.

"Cory" não podia por isso esperar muito mais para refrescar o Executivo. Até porque tinha forçosamente de aproveitar aquilo que analistas políticos filipinos já baptizaram de "nova lua-de-mel". Na realidade, e paradoxalmente, quando todas as análises à intenciona de Dezembro previam uma quebra de popularidade da Presidente, Aquino viu o seu índice de aceitação junto dos filipinos subir no espaço de três semanas de 30 para 60 por cento.

Trata-se agora de mostrar aos investidores privados - já que, em termos de ajudas governamentais as Filipinas beneficiam de um apoio sólido - que a Administração não só controla a situação como tem um programa de acção concreto.

Apesar de todos os problemas - inflação, alegada corrupção no Governo e demonstrações sucessivas de incapacidade em combater a pobreza, transportes deficientes e abastecimento inadequado de energia -, a verdade é que Aquino podia apontar um

crescimento de 6,7 por cento em 1988 e, possivelmente, de 5,8 por cento em 1989.

No entanto, nos dias pós-golpe, a Imprensa do Japão e da Formosa deu conta de tremendas reticências entre os seus investidores que tencionavam apostar nas Filipinas. A Sony japonesa, por exemplo, suspendeu de imediato a construção de uma fábrica, enquanto um investidor nipónico observava que "agora, em vez de olharmos duas vezes para as Filipinas, teremos de olhar três".

Seja como for, toda a imagem de estabilidade que "Cory" pretende dar passa pelos militares. As tensões nos quartéis permanecem, a insatisfação pelo modo "brando" como alegadamente são combatidos os rebeldes comunistas subsiste - em suma, há um terreno fértil para a conspiração.

Enquanto tiver do seu lado Fidel Ramos, o "homem forte" das Forças Armadas filipinas, Corazón Aquino parece protegida. Mas, se a batalha económica não for ganha, nem o general Ramos, mesmo que se mantenha fiel à Presidente, poderá garantir o que quer que seja. ■

Namíbia

Constituinte na recta final

A NAMÍBIA entrou na década de 90 com a certeza de proclamação da Independência no primeiro trimestre. Do ponto de vista interno as cerimónias poderiam efectuar-se no mês de Fevereiro, mas a agenda de vários Chefes de Estado que devem estar presentes exige algumas semanas suplementares.

O debate parlamentar que visa elaborar a Constituição do novo Estado evolui com rapidez e uma Comissão Permanente composta por representantes de todos os partidos foi constituída para obter o máximo de consensos. A Assembleia Constituinte de 72 membros compreende uma maioria da SWAPO, partido que, no entanto, não dispõe dos dois terços necessários à aprovação do texto. Os sete deputados que lhe faltam pertencem às chamadas terceiras forças.

Neste momento dois elementos da Comissão Permanente estudam o projecto com três juristas sul-africanos co-

nhecidos pelas suas posições favoráveis aos direitos humanos. Mas pode adiantar-se já que a Constituição namibiana definirá a nacionalidade com base no local de nascimento e na naturalização após dez anos de residência, o inglês será a língua oficial, o parlamento terá duas câmaras e haverá uma considerável descentralização administrativa. Estes dois pontos são julgados cruciais num país multi-étnico.

Por outro lado o porto de Walvis Bay, onde se mantém a administração sul-africana, é reivindicado como território nacional por todos os partidos. A África do Sul anuncia estar disposta a discutir o problema e retirou do enclave vários dos seus contingentes militares.

Sam Nujoma deverá ser eleito Presidente da República pela Assembleia, mas a SWAPO ainda não anunciou se formará um governo homogéneo ou se optará por coligação com outras forças. ■

Jonuel Gonçalves

Maurícia

Política no paraíso

NA MAURÍCIA, um paraíso no meio do Oceano Índico, o ano começou com a quase certeza de eleições antecipadas e com o aceso debate do tema mais "quente" do momento - o aumento em 400 por cento da taxa de TV. Sir Aneerod Jugnauth, um dos mais veteranos políticos locais e a cumprir, desde 1987, o terceiro mandato como primeiro-ministro, acaba de anunciar que irá sozinho às próximas legislativas, desfazendo uma coligação já de si frágil.

O propósito é conseguir mais um mandato de quatro anos e, para completar uma "jogada" reveladora da sua veterania como homem público, o chefe do Governo deu a entender como mais do que provável a antecipação das eleições legislativas já para Março. A consulta eleitoral não devia realizar-se antes de 1992.

Ao quebrar na prática a coligação governamental, o primeiro-ministro mauriciano e líder do Movimento Socialista Militante (MSM) não fez mais, afinal, do que antecipar-se aos propósitos dos seus parceiros. Na realidade, o segundo mais público da Maurícia era o facto de parceiro de coligação com o MSM, o Partido Trabalhista, tencionar em breve anunciar o fim de um casamento que durava desde

1987 e que raramente foi feliz.

Nas eleições de 1987, os "militantes" de Sir Aneerod, os trabalhistas e uma terceira força, os social-democratas, formaram uma aliança que derrotou por escassa margem o Movimento Militante Mauriciano (MMM), socialista. Alegando uma excessiva partidarização do governo, os social-democratas depressa se retiraram.

Embora mantendo uma coligação instável, os trabalhistas vinham multiplicando os sinais de se prepararem para "dar uma facada" no casamento com o partido de Sir Aneerod. O primeiro-ministro antecipou-se: prefere convocar eleições antecipadas, pedir sozinho uma maioria absoluta que as sondagens dizem não ser impossível de obter.

O veredicto do milhão de habitantes da Maurícia, que apesar de um certo desafogo enfrenta crescentes problemas económicos, poderá ter um impacto para além dos seus 2.040 quilómetros quadrados: é que o governo de Sir Aneerod é um dos raros países africanos abertos a Pretória, como o demonstram os milhares de turistas sul-africanos que acorrem a Port Louis. ■

Jean Claude Antoine em Port Louis

Mediação egípcia

O PRESIDENTE egípcio, Hosni Mubarak, esteve no fim de semana em Cartum para procurar conseguir uma reconciliação entre as autoridades sudanesas e o Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA).

Mubarak pretende que as duas partes se desloquem ao Cairo, para dar seguimento aos contactos que nos últimos cinco meses, sem resultado, já efectuaram na Etiópia e do Quênia. O visitante pediu ao regime do general Omar Hassan al-Bashir que seja mais flexível em relação ao SPLA, designadamente que não lhe pretenda impor o respeito pela Sharia, ou Lei islâmica. ■

Nigéria aperta cinto

O PRESIDENTE militar da Nigéria, General Ibrahim Babangida, declarou ontem que o mais populoso país da África continuará este ano uma política de grande austeridade. A fome continuará a existir e tanto os cuidados médicos como o ensino serão inadequados para grande parte da população, a qual é já superior a 110 milhões de habitantes. Mas foi decretada uma amnistia geral, que poderá beneficiar milhares de presos.

Babangida afirmou que todos têm de aguentar as profundas reformas económicas que o país está a realizar, com apoio do Banco Mundial e do FMI. A dívida externa ronda os 30.000 milhões de dólares. ■

Mísseis destruídos

A UNIÃO Soviética destruiu até agora 1.498 mísseis de médio alcance, 81,1 por cento dos que existiam segundo o acordo soviético-americano de desarmamento concluído em Washington no fim de 1988 - anunciou a agência TASS. ■

Ano velho

ONTEM FOI o décimo dia consecutivo de combates, com rockets e metralhadoras, entre grupos rivais de milícias xiitas no sul do Líbano: o Amal, apoiado pela Síria, e o Hizbollah, ajudado pelo Irão. ■

ALMANAQUE

2 de Janeiro

1492 — Granada, último reduto mulmulmano na Península Ibérica, cai em poder dos cristãos.

1873 — Nascimento da religiosa carmelita Santa Teresinha do Menino Jesus. Em Alençon, França.

1923 — Nascimento de Mário Henrique Leiria, em Lisboa. Escritor e artista plástico, integrou o Movimento Surrealista.

1936 — Morte de Leonardo Coimbra, no Porto. Filósofo e pedagogo, foi, duas vezes, ministro da Instrução Pública, durante a I República



Norton de Matos

1955 — Morte de Norton de Matos, com 88 anos. General e político, foi governador-geral e alto-comissário em Angola, ministro das Colónias e também da Guerra, embaixador de Portugal em Londres. Pimenta de Castro demitiu-o, Sidónio Pais exilou-o, o Estado Novo afastou-o, Salazar combateu-o. Apesar do importante papel que desempenhou na vida política da I República, designadamente em Angola, onde — é opinião unânime — “desencadeou um enorme desenvolvimento sob todos os aspectos”, Norton de Matos só conheceria grande popularidade quando, em 1948, o

MUD (Movimento de Unidade Democrática) o escolheu para defrontar Carmona nas eleições presidenciais. A campanha demonstrou bem o carácter antidemocrático de um regime que talvez só para satisfazer pressões internacionais aceitava realizar eleições. Alguns aspectos dos processos fraudulentos então usados vieram a público nos últimos anos, através da publicação de relatórios enviados a Salazar por delegados da União Nacional, nas vésperas do sufrágio. Assim, por exemplo, o representante da UN de Barcelos tranquilizava o presidente do Conselho relatando que “o clero está conosco e o recenseamento está bem feito”, enquanto o de Torres Novas garantia que “os cadernos eleitorais foram preparados com carinho”, prática que o de Portalegre exemplifica: “Fizeram-se inscrições oficiosas ao máximo e eliminaram-se os adversários na maioria”. O delegado da UN na Covilhã também se mostra expedito ao informar que “o elemento operário, em geral, foi excluído dos cadernos eleitorais”, fórmula a que também o de Cuba recorre: “O recenseamento está preparado. A oposição, que julgo existir, não está nos cadernos”. Portanto as eleições ganhavam-se desde que houvesse um mínimo de esforço na... preparação dos cadernos eleitorais. Basta ver um último caso, relatado pelo delegado de Faro, em cujo Liceu — diz ele — há trinta professores, dos quais só 5 ou 6 salazaristas. Uma desvantagem apenas aparente, porque, afinal de contas, os cadernos eleitorais “estão bem preparados” O regime tinha um pouco mais de vinte anos, e era lamentável — considerava o representante de Vila Franca de Xira — que ao fim desse tempo ainda se “tenha de recorrer ao expediente de preparar os cadernos eleitorais para se ganhar uma eleição presidencial”. Ele lamentava, mas esperava que “com arte e jeito se ganhem”...

Ganhararam: Carmona foi reeleito, Norton de Matos desistiu a poucos dias das eleições.

1975 — Morte, no Hospital de Évora, do escritor Hérnani Cidade.

1978 — O Governo espanhol aprova um regime de autonomia para o País Basco.



1896

“As datas, e só elas, dão verdadeira consistência à vida e à sorte. Um bem que nos veio no dia 19 de Agosto, que era uma quarta-feira, fica alumiando a nossa alma com uma claridade muito diferente do bem que nos sucedesse, incertamente, no tempo, sem dia e sem data. Quando em Roma mais confuso se tornara o Calendário, antes do Almanaque de César, os Cônsules, comandando as Legiões, ganhavam batalhas — mas nunca se podia inscrever com exactidão nos Fastos o dia certo das Vitórias. E era um deles, o velho Pansa ou Caio Metello, que exclamava uma tarde no Senado: ‘—Que valem triunfos que não têm data? Que valem, na verdade? É a certeza da data que imprime realidade às coisas que, sem essa certeza encarnadora, apenas passadas, se desfariam na diafanidade e impalpabilidade do Tempo. Todo o nosso viver consiste num rolo de sonhos que se vão desprendendo de nós, fugindo para trás como o fumo de uma tocha que corre, depressa adelgaçados, logo esvaídos. São as datas que prendem, retêm esses sonhos: nelas ficam imóveis, em torno delas se condensam, por elas ganham forma e duração (...)”

Eça de Queirós, Notas Contemporâneas

CARTAS AO DIRECTOR

Jornalistas nos tribunais

Confiando em que o PÚBLICO seja um jornal realmente voltado para os problemas do público, isto é, um órgão de comunicação mais preocupado com a vida real dos portugueses do que com as contingências da classe política, venho pedir para que o jornal não descure o que se passa quotidianamente nos nossos tribunais. A presença de jornalistas nas salas de julgamentos inibiria um pouco os juizes que, sem eles, ou seja, sem a presença de representantes da opinião pública, encontram-se completamente impunes. Basta lembrar que os tribunais são o único órgão de soberania cujos elementos não são eleitos. Os juizes mais responsáveis, como os saídos do Centro de Estudos Judiciários dirigido por Laborinho Lúcio (pena que sejam em minoria), ficariam igualmente gratos.

Antunes do Carmo
Lisboa

Viver a hora europeia

Por muitas razões, o jornal PÚBLICO está a provocar imensa expectativa. Uma delas, talvez a mais importante do meu ponto de vista, reside na esperança de que o jornal nos traga diariamente a informação completa daquilo que se passa no mundo.

Entramos na nova década assistindo a acontecimentos extraordinários que devolvem à Humanidade a esperança num mundo de paz e de progresso. Diariamente chegamos notícias da maravilhosa caminhada dos povos do Leste europeu no sentido da liberdade e da democracia. Percebemos que o destino da Europa está profundamente ligado à evolução desses países. Queremos, por tudo isso, receber

aqui o mesmo manancial de informação a que tem direito a opinião pública europeia ocidental e do qual nos apercebemos quando temos acesso à televisão e aos jornais desses países. Em suma, temos direito a dispor diariamente de um jornal que nos faça viver em plenitude a hora europeia, abrindo as nossas perspectivas e combatendo o nosso provincialismo. Espero que o PÚBLICO nos dê finalmente essa oportunidade.

Francisco Alves
Porto

Partidarismos

Tenho lido em vários jornais referências a aspectos restritivos do Livro de Estilo do PÚBLICO. Acabar com a manecbia jornalismo/política/publicidade/relações públicas, sim. Mas à custa dos direitos de cidadania? O que será preferível: saber que jornalista milita num partido, simpatiza com Soares, Cavaco, Otelo, ou desconfiar disto tudo, com a certeza de que ele é humano como os outros? O que lhes propõe afinal o PÚBLICO? Independência pública, partidarismos privados. Francamente!...

João Alves
Cacém

NR - Para esclarecimento do leitor, transcreve-se o que sobre esta matéria diz o Livro de Estilo do PÚBLICO:

“Não envolvimento público em tomadas de carácter político, nomeadamente através de tempos de antena ou apoios declarados a uma figura ou agrupamento partidário, mas também em campanhas publicitárias ou abaixo-assinados que, pela sua natureza, comprometam a imagem de independência do jornal. Todas as situações e circunstâncias particulares que possam constituir excepções a esta regra deverão ser expostas à Direcção e ao Conselho de Redacção”.

O GUARDA RICARDO POR AMP

CHEFE! A ESQUADRA EITA' IRRECONHECÍVEL

PARACE OUTRA

NÃO VÊS QUE NOS MUDA'MOS, IDIOTA?!





José Luís Judas

As novas batalhas do PCP

Quando ainda não se esbateram na memória das pessoas as imagens dos acontecimentos dramáticos da RDA e da Checoslováquia e as tragédias da China e da Roménia, escrever sobre comunistas, de forma positiva, isto é, com perspectiva de futuro, começa a ser uma manifestação, se não de coragem política, pelo menos de dignidade moral.

É por isto que, embora não tendo nenhuma obrigação de escrever esta e outras crónicas sobre temas relacionados com os comunistas, sinto o dever de hoje o fazer.

O tema será o 13.º Congresso (extraordinário) do PCP, convocado para o final do primeiro semestre deste ano.

É uma espécie de grito: estamos vivos e activos!

Não será pretensioso considerar que o Congresso dos comunistas portugueses será o acontecimento que maior interesse despertará na vida política nacional, pelo menos na primeira metade deste ano.

Bastará lembrar o inegável papel que os comunistas podem desempenhar nas próximas eleições presidenciais e na concretização das perspectivas de uma vitória da esquerda nas legislativas de 1991, agora com um eleitorado motivado com a vitória da coligação Por Lisboa, e quando, dentro do PS, foram derrotadas pelos resultados eleitorais das autarquias as teses que vinham proclamando que as alianças com os comunistas lhe retirariam votos.

Por outro lado, não deixará de ser interessante acompanhar até onde irá o PCP adequar (renovar) princípios e pressupostos ideológicos que tem vindo a assumir ao longo da sua existência e a partilhar com a generalidade do movimento internacional, hoje, claramente postos em causa nos países socialistas do leste europeu, não obstante se reconhecer que o PCP tem, no plano teórico, elaborações próprias, e, sobretudo, que a sua

prática política o distancia, positivamente, dos outros partidos comunistas.

A maneira dialéctica como Álvaro Cunhal se expressa no seu livro Partido com Paredes de Vidro acerca do marxismo-leninismo é um motivo de esperança na abertura ao debate que se irá desenrolar, ainda que tenha como contraponto o dogmatismo existente em parte significativa do partido, o qual o próprio secretário-geral denunciou, numa entrevista dada ao Avante, após as eleições de 19 de Julho de 1989.

O documento da última reunião do comité central, que justifica a convocação do Congresso, não explicita a sua ordem de trabalhos. As formulações genéricas e subtis do documento parecem evidenciar, à partida, uma certa disponibilidade para se assumirem as conclusões do Congresso, tanto no plano das plataformas políticas, económicas e sociais, como no plano ideológico e doutrinário, o que significará inseri-las, também, no plano estatutário.

O mesmo documento, ao referir como objectivo do Congresso "o melhoramento do trabalho de direcção", parece sugerir a possibilidade de alte-

rações na composição e estrutura dos actuais órgãos e organismos de direcção.

Se dirigir é, fundamentalmente, prever e não tanto justificar, então é lícito concluir que a direcção, nesse aspecto, falhou.

Renovar ideias implica renovar pessoas. O Congresso do PCP terá êxito se conseguir dois objectivos indissociáveis: renovação e unidade. Esquecer qualquer destes objectivos significará a perda de influência política, social e eleitoral do PCP, com graves consequências para o partido e para a esquerda.

Falhou, em geral, nas questões internacionais — dinâmica da CEE e evolução verificada nos países socialistas —, de que resultaram desfasamentos do partido em importantes questões nacionais, e posições defensivas com evidente desorientação ideológica e política dos militantes face aos acontecimentos verificados nos países socialistas.

Abona a favor do trabalho da direcção a sua capacidade de mobilizar o conjunto da esquerda no quadro das últimas eleições autárquicas, o que permitiu ao PCP um resultado "globalmente positivo", susceptível de fixar uma base eleitoral importante para o futuro.

Porém, está criada em muitos militantes a dúvida sobre a capacidade da direcção para entender a realidade objectiva actual e se possui a flexibilidade suficiente para acompanhar as inúmeras subjectividades que a situação comporta.

Em geral, renovar ideias implica renovar pessoas. Aguardemos.

O Congresso do PCP terá êxito se ele conseguir dois objectivos indissociáveis: renovação e unidade. No contexto internacional e nacional, actual e previsível a médio prazo, esquecer qualquer destes objectivos significará a perda de influência política, social e eleitoral do PCP com graves consequências para o partido e para a esquerda.

Assumir esta responsabilidade caberá a todos os comunistas, incluindo, obviamente, os "ICC" ("impropriamente chamados críticos") de todos os matizes e variantes.

Desde logo, é necessário vencer inibições que diminuam ou condicionem uma participação serena e sincera no debate, assim como manter uma disponibilidade para compromissos que não podem significar abdicação de controvérsia frontal.

Um Congresso que, desde a fase de preparação à sua concretização, não tenha uma preocupação abrangente de todas as sensibilidades não corresponderia à natural diversidade de opiniões existentes no partido.

É indispensável não confundir contradições, ou mesmo oposição, com divisão, e nem sempre unanimidade significa unidade.

Equívocos desses pagam-se caro, como o provam, entre outros exemplos, os últimos congressos do PC romeno e do PSUA (Partido Socialista Unificado da Alemanha) da RDA.

Se o último Congresso, realizado em 1988, no Porto, não foi tempo perdido, também não foi tempo ganho. Provou-se que as alterações que se deram não foram suficientes para imprimir a velocidade necessária ao acompanhamento do movimento do mundo, o que, convenhamos, não é lisonjeiro para um partido que é, e vai continuar a ser, revolucionário.

O mundo não vai parar após o 13.º Congresso do PCP, mas este terá de ser uma oportunidade totalmente aproveitada para o lançar de forma unida e confiante nas batalhas políticas e sociais de 1991. ■



SOCIEDADE

Candidatos ao Ensino Superior com colocação à vista

Ministro da Educação pede desculpa pelo atraso

Nuno Ribeiro
e Rui Cardoso Martins

Queriam entrar na universidade, tiveram três meses de férias forçadas. O calvário aproxima-se do fim, mas poderão estar condenados a estudar aos sábados e nas férias do Verão.

O ministério da Educação terá prontas hoje as listas dos candidatos ao Ensino Superior, ordenadas por opções, as quais serão amanhã divulgadas. Empenhado a fundo, o ministro Roberto Carneiro pediu "desculpa" aos alunos, em declarações ao PÚBLICO, pelo atraso verificado, embora acrescente que a maior parcela de responsabilidade cabe aos professores e à sua greve. No entanto, apenas metade dos candidatos sabe hoje qual o seu destino; os restantes terão que aguardar mais uma semana.

"Peço desculpa, embora não tenha responsabilidade directa no atraso", disse ao PÚBLICO o ministro da Educação, Roberto Carneiro. "É natural que os estudantes se voltem para o ministro e, por isso, tenho que arcar com o peso da opinião pública", reconhece o titular da pasta da Educação. Roberto Carneiro espera que "este episódio desagradável" não leve os estudantes a desenvolverem "um sentimento negativo em relação à Universidade".

"Estes jovens vão ter o seu curso", assegura Roberto Carneiro, para quem a situação se fica a dever às greves dos professores: "Escolheram o grupo mais fraco e vulnerável", disse o ministro, referindo-se aos 52 mil candidatos ao Ensino Superior.

Entre os estudantes reina a expectativa, quando já decorreram mais de três meses sobre a data inicial para a entrada nas universidades. As colocações finais são publicadas e entregues, em cada estabele-

cimento de ensino, no dia 8 de Janeiro (na próxima segunda-feira), seguindo-se, de imediato, o processo de matrículas. Na prática, as aulas deverão começar a partir do dia 15, embora seja da responsabilidade de cada faculdade a marcação do início do novo ano escolar.

"Estamos a fazer tudo o que é humanamente possível", diz Roberto Carneiro. "O processo encurtou um mês e meio".

A data limite foi 10 de Agosto, mas as últimas notas das chamadas provas específicas só entraram no ministério a 30 de Novembro, depois do boicote dos professores universitários, em greve pelo estatuto da carreira docente e por tabelas salariais.

Foram meses de calvário suportados pelos candidatos, que acusaram o Governo de não ceder e os professores de irem "longe de mais". Cerca de 25 mil alunos inscreveram-se em universidades privadas; outros desinteressaram-se e não entregaram os elementos necessários às candidaturas.

Da gestão à venda

João Pedro, 18 anos, vive em Portimão e espera ser "um bom engenheiro". Deslocou-se cinco vezes a Lisboa para fazer as provas específicas no Instituto Superior Técnico. Quando fi-

nalmente o conseguiu, "já tinha perdido a vontade de estudar e o resultado foi muito abaixo do que estava à espera". Apesar disso, espera ver agora compensados os seus esforços, depois de um período em que se entreteve a ajudar o pai na loja. Nas conversas com os amigos, ingressar ou não na universidade "tem sido o assunto principal". João Pedro não tentou outra solução: "Se for necessário, espero mais um ano".

Gabriel tem 19 anos e tomou outra opção. Queria entrar no curso de Electrónica e Telecomunicações, no Porto, mas já desistiu; ins-

creveu-se num curso privado de Matemáticas Aplicadas, em Aveiro. "Não vou mudar, já estou a estudar para as frequências", diz.

Em Algés, Mónica Amado, com 19 anos, quase perdeu as esperanças de se tornar gestora de empresas. Trabalha agora, modestamente, como promotora de vendas de chocolates: "Com as minhas notas, quase de certeza que não entro; vou manter o emprego e estudar à noite", disse ao PÚBLICO.

O tempo amaciou os nervos dos candidatos. As sucessivas esperas e adiamentos habituaram-nos à

convivência com a expectativa. "Não estou nervoso, essa fase já passou", confessa João Pedro. Para outros, como Gabriel, adepto da electrónica e matemático à força, o futuro começa a ter outras alternativas ditadas pela realidade.

Para recuperar o tempo perdido — até agora mais de três meses —, que compromete o ano escolar, o Ministério da Educação estuda, neste momento, diversas alternativas com as Universidades, Associações de Pais e de Estudantes.

"Cabe às faculdades decidirem as formas compensatórias", diz o minis-

tro. Adianta que "se põe a hipótese de prolongar as aulas durante o Verão" ou, em alternativa, a semana de trabalho não acabar à sexta-feira para os estudantes universitários do primeiro ano, que passariam "a ter aulas ao sábado". Este é o teor de uma circular que o ministério já conhece e aprova.

Para alguns alunos, esta opção é possível. "Gosto de férias, ter aulas naquele período não me agrada, mas isso aguenta-se", admite João Pedro.

Em Lisboa, o Instituto Superior Técnico (IST) tem aproveitado o compasso de espera, promovendo o conselho pedagógico a reformulação dos currículos, para se preparar melhor a recepção aos alunos do primeiro ano. Assim, este ano, as habituais e pouco pedagógicas turmas de 40 alunos serão substituídas por colectivos de 25 estudantes.

"O tempo não foi inteiramente perdido, uma vez que os professores não ficaram parados", diz João Cunha e Serra, professor do IST e dirigente sindical da Federação Nacional dos Professores (Fen-

prof), organização que promoveu o boicote às provas específicas. Este dirigente, por sua vez, acusa o governo: "Tudo isto se deve à forma atabalhoada como o ministério conduziu o processo." Os professores universitários requeriam a manutenção da equiparação salarial e de carreira aos magistrados, reivindicação não atendida pelo Ministério da Educação e Secretaria de Estado da Modernização Administrativa. Após demoradas negociações, o resultado quedou-se por um aumento de 19 por cento para os catedráticos e reito-

res, de 13 a 18 por cento para as outras categorias de professores universitários, enquanto os magistrados alcançaram mais de 20 por cento.

Vai haver erros

Um problema subsiste, no entanto. O Ministério da Educação admite que, caso ocorram erros nas colocações dos alunos, aumente a confusão com a entrada dos estudantes classificados como supranumerários. "Vai haver erros de diversa natureza nas listas", admite ao PÚBLICO Roberto Carneiro.

A situação, tornada inevitável pelo tratamento acelerado das candidaturas, está prevista pelo ministério: "Após serem detectados esses erros" — de certificados e de atribuição de notas —, "há um processo extraordinário de reparação", diz o ministro. "Se forem 500 casos não há problema; se forem cinco mil, vamos ver", diz. Segundo Roberto Carneiro, "a nossa convicção é que este processo não demorará mais de uma semana".

Apesar destes problemas, o ministro da Educação diz não se arrender de ter alterado as normas de acesso ao Ensino Superior, com a introdução das provas gerais, da responsabilidade do seu ministério, e dos exames específicos, a cargo das universidades.

"Ninguém contesta, nem tem alternativas", diz Roberto Carneiro: "Até hoje ninguém me disse que não é preciso o domínio da língua portuguesa para quem quer ser estudante universitário".

Os candidatos sabem hoje a sua sorte. O curso pretendido ou o recurso. Na reitoria da Universidade de Lisboa e em diversas Faculdades, onde serão colocadas as listas, ou pelos telefones das delegações do gabinete coordenador do acesso ao Ensino Superior, o futuro começa a ser traçado. Com atraso, angústia e resignação.

Como diz, aos 19 anos, Mónica Amado: "Nós não podemos fazer nada". ■

LUIS VASCONCELOS



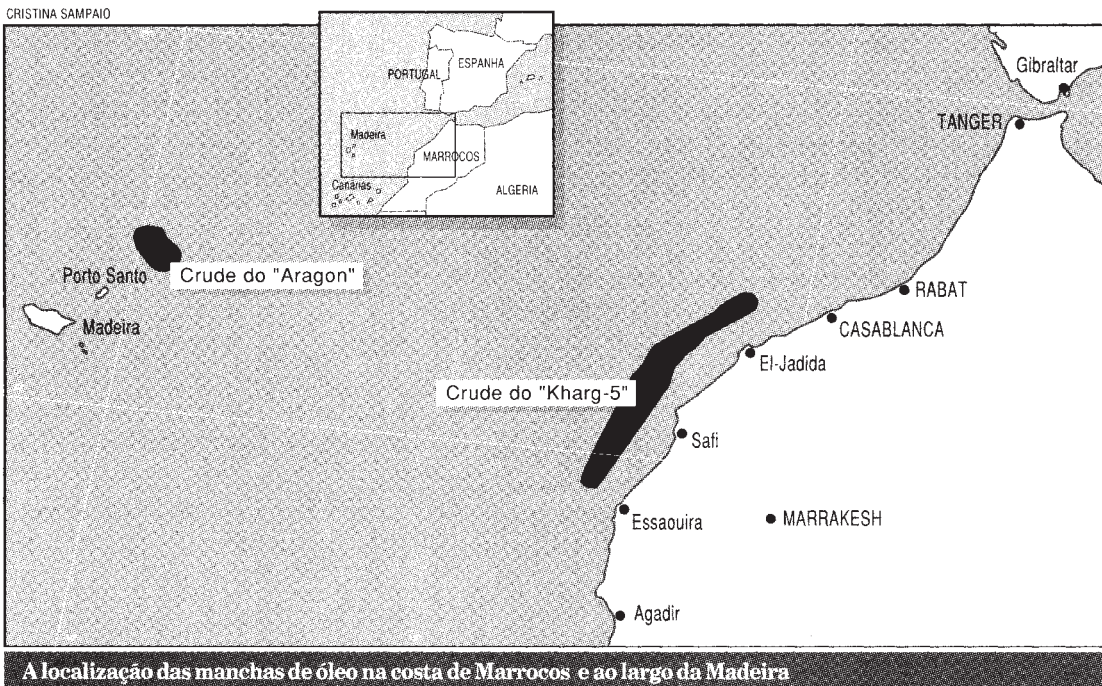
Candidatos à universidade: amanhã pode ser outro dia...

Poluição

Mancha negra ameaça no mar

José Fragoso
e Ricardo Garcia

O alarme veio de Rabat. Um petroleiro iraniano largou no mar 27 mil toneladas de crude. A mancha negra ameaça Marrocos. Mais perto de nós, na Madeira, também há petróleo a boiar, deixado por um navio espanhol avariado: 25 mil toneladas. Há perigo no mar.



A localização das manchas de óleo na costa de Marrocos e ao largo da Madeira

A libertação de 52 mil toneladas de hidrocarbonetos — devido a dois acidentes com petroleiros — está a ameaçar a costa marroquina e o arquipélago da Madeira. Em Safi, Marrocos, especialistas em poluição marítima tentam conter uma mancha de 60 mil toneladas de crude que avança em direcção à costa.

Ao largo da Madeira, a Força Aérea Portuguesa (FAP) e o Comando Naval do Continente procediam ontem à tarde ao rastreio de outra mancha de crude localizada a 60 milhas de Porto Santo. O derrame teve origem no petroleiro espanhol "Aragon", de 230 mil toneladas, que sofreu uma avaria no leme quando viajava junto às ilhas.

O navio espanhol estava a ser rebocado, sábado à tarde, por um barco alemão quando, devido ao mau tempo e ao es-

tado do mar, sofreu um rombo nos tanques, que provocou a saída de cerca de 25 mil toneladas de hidrocarbonetos, segundo informação do Comando Naval da Madeira.

Mancha afasta-se

Durante o dia de domingo um "Aviocar" da Força Aérea, estacionado na base aérea de Porto Santo, sobrevoou de manhã e ao fim da tarde, a mancha que se dirigia para Este, afastando-se do arquipélago madeirense devido à acção dos ventos.

O aparelho da FAP avisou o derrame, detectando a existência de uma zona mais compacta de crude (com um quilómetro e meio de comprimento e 300 metros de largura) e várias zonas de arrastamento, menos densas, que cir-

cundavam a mancha principal.

Ao todo, a zona negra tinha cerca de seis quilómetros de comprimento e um e meio de largura. O comandante Semedo, da Capitania do Porto da Madeira, disse ao PÚBLICO que a Força Aérea está a acompanhar a evolução da mancha para, depois, se tomarem as "medidas oportunas".

O alarme foi dado no sábado à tarde pelo armador do petroleiro espanhol. De imediato o Comando Naval da Madeira solicitou à Força Aérea Portuguesa os meios necessários para detectar a dimensão e a direcção da mancha negra. Este Comando não tinha recebido, anteriormente, qualquer pedido de socorro do "Aragon".

O petroleiro espanhol pertence à Companhia de Transportes Marítimos S.A., com sede em Madrid. Depois do aci-

dente o navio prosseguiu o seu caminho, levado pelo rebocador.

Após duas primeiras missões de reconhecimento, o "Aviocar" da Força Aérea deveria efectuar, ontem à tarde, uma nova missão para levantamento da situação.

Apesar das tentativas do PÚBLICO, não foi possível contactar o Governo Regional da Madeira, as Relações Públicas da Força Aérea, nem a Secretaria de Estado do Ambiente pois, devido ao feriado, não se encontravam os responsáveis.

Em Marrocos, a enorme mancha de crude derramada pelo superpetroleiro iraniano "Kharg-5" está a aproximar-se da terra, ameaçando a costa atlântica entre as cidades portuárias de Rabat e Safi. Autoridades marítimas de Casablanca estimam que a

mancha, que se estende por 280 km, contém 27 mil toneladas de petróleo. Sob o efeito de ventos e correntes de sudeste, durante a noite de sábado para domingo, a mancha, que até então se dirigia para as Ilhas Canárias, mudou de rumo em direcção à costa. Nalguns pontos, o petróleo está, apenas, a 22 milhas (41 km) da terra.

Os 32 tripulantes do "Kharg-5" abandonaram a embarcação quando, após uma explosão, deflagrou um incêndio a bordo, a 19 de Dezembro. Desde então, o navio tem estado à deriva, tendo falhado todas as tentativas para rebocá-lo.

Cousteau
fala em desastre

"Uma catástrofe ecológica de primeira magnitude ocorre a 19 de Dezembro e só a 31 é que as pessoas começam a preocupar-se. É um desastre para Marrocos", afirma o oceanógrafo francês Jacques Cousteau.

Em declarações à rádio e televisão francesa, Cousteau disse que as consequências ambientais deste acidente podem ser até piores do que as do petroleiro "Exxon Valdez", que em Março do ano passado verteu 40 mil toneladas de crude nas águas da costa do Alasca, Estados Unidos.

A mancha de petróleo do "Kharg-5" ameaça pelo menos seis importantes portos de pesca da costa marroquina e pode destruir zonas onde algumas das aves mais raras do mundo se abrigam no Inverno. A região turística de Agadir está, igualmente, ameaçada pelo crude.

No domingo passado, o governo do Marrocos apelou para a cooperação da Espanha, Grã-Bretanha, França e Portugal no combate ao aci-

dente. A Espanha já havia enviado ao local o navio "Pointa Salenas", que utilizou 25 mil litros de produtos químicos para dispersar os hidrocarbonetos.

O próprio ministro francês do ambiente, Brice Lalonde, foi ontem para Marrocos, encabeçando uma equipa de especialistas em poluição marítima. Desde 1978, quando o navio "Amocco Cadiz" derramou 230 mil toneladas junto à costa da Bretanha, que a França mantém uma equipa permanente para a despoluição do mar. Antes de embarcar, em Paris, Lalonde disse que fora informado pessoalmente por Jacques Cousteau acerca da real dimensão do acidente confessando-se surpreendido pelo longo silêncio mantido sobre o derrame dos hidrocarbonetos. As primeiras informações sobre a aproximação à costa marroquina da mancha de crude foram veiculadas pelo canal de televisão francês Antenne 2, às 23.30 de sábado.

Situação
sob controlo

Autoridades marítimas, citadas pela rádio de Marrocos afirmam que o petróleo deixou de derramar há três dias e consideram que a situação está sob controlo. "Estamos optimistas. Estão sendo tomadas todas as precauções para qualquer eventualidade. Mas ainda não ocorreu uma catástrofe", afirmou um porta-voz do Ministério marroquino do Ambiente. "Os marroquinos têm tudo nas mãos, o navio está sob controlo e não há ainda uma situação de emergência", completa um porta-voz do governo francês, citado pela Reuters.

Segundo informações da agência oficial de notícias de Marrocos, MAP, o navio "Kharg-5" foi rebocado para longe da costa, onde está a ser reparado. ■

Julgamento: objectores de boca fechada

COMISSÕES ESPECIAIS para julgar os objectores de consciência foram criadas, em Dezembro, em todos os distritos do país, e a primeira audiência está marcada para a próxima quinta-feira, em Lisboa. Mas os representantes dos cerca de 30 mil objectores de consciência portugueses não reconhecem competência às comissões, dizem que "a consciência não se julga" e começaram a estudar uma estratégia: quem fôr chamado apresenta-se, mas "não responde a nada".

Um grupo de jovens ligados à Associação Livre dos Objectores e Objectoras de Consciência (ALOO) está a liderar o processo e vai protestar junto do Provedor de Justiça e do Tribunal Europeu dos Direitos

do Homem, revelou ao PÚBLICO um dos seus líderes, Jorge Leandro.

Eles esperam que o Provedor de Justiça se pronuncie sobre a constitucionalidade da acção das comissões, lembrando que a objecção de consciência ao serviço militar é "um direito humano", já reconhecido pela Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

As comissões vão funcionar em instalações próprias e serão compostas por um juiz e por representantes do Governo, do ministro da Defesa Nacional e da Procuradoria-Geral da República. Só no distrito de Lisboa, serão apreciados, à porta fechada, os casos de 5.290 objectores.

Quem são os objectores de consciência? Por convicção re-

ligiosa, moral ou filosófica, eles disseram não à tropa e recusaram-se a cumprir o serviço militar.

Jorge Leandro tem 26 anos, é professor de português no Conservatório Nacional, membro da direcção da ALOOC e de uma associação ecologista. Sobre o tema, é defensor de um objectivo: "A extinção das Forças Armadas".

Ídolo, não tem nenhum, mas sente uma admiração especial por Ghandi. Foi também influenciado pelas suas ideias que se tornou objector de consciência. Na adolescência, começou a tomar contacto com determinadas obras e autores, entre os quais Tolstói, que o despertaram para a questão da "desobediência civil". Fez-se adepto da não-

-violência vista, não de uma forma meramente pacifista, mas como a estratégia mais eficaz de gerir os conflitos.

Quando o chamaram para a tropa tinha 20 anos e interromperia os estudos para viajar e conhecer o mundo. Apresentou-se no quartel de Setúbal, para a inspecção. "Entre outras coisas, o oficial perguntou: Quem é objector? Éramos dois naquela leva de 200. Os outros mancebos, voltaram-se para nós com olhares curiosos e houve logo comentários depreciativos por parte de alguns sargentos."

Jorge Leandro considera "inadmissível" que o direito à objecção de consciência "não tenha sido ainda encarado em Portugal com seriedade". A maioria das pessoas

que pede o estatuto de objector, não o obtém por "falta de provas", afirma. Mas, para Jorge Leandro, "a consciência não pode ser julgada" e o objector acaba por ficar "à mercê de um juízo subjectivo e permeável às opções ideológicas daqueles que o emitem".

Ele é um dos jovens que não reconhece a competência das comissões regionais recém formadas para julgar cerca de 25 mil mancebos que se declararam objectores de consciência antes de 1985, ano em que foi publicado o estatuto de objector.

Segundo a lei, as pessoas a quem o Tribunal não reconheça o estatuto de objectores podem ser dispensados, em princípio, da prestação do serviço militar, passando à reserva territorial.

Jorge Leandro integrará o

LUIZA FERREIRA



Jorge Leandro: Tropa? Não

grupo que vai protestar contra a "natureza anómala das Comissões" e o "contrasenso jurídico de se julgarem opiniões". Eles estarão lá, perante os juízes, mas nenhum vai responder às suas perguntas. ■

Paula Torres de Carvalho

conta
Totta
rendimento

a prazo

com o melhor

rendimento

**ENTRE NO FUTURO CONNOSCO.
APROVEITE TODAS AS VANTAGENS
DA CONTA TOTTA RENDIMENTO.**

O único depósito a prazo que permite a concentração de poupanças numa só conta, possibilitando entregas e levantamentos em qualquer momento, e ainda o recebimento de juros com periodicidade à sua escolha.



BANCO TOTTA & AÇORES

PSP

Três associações à procura de polícias

Luís Pedro Nunes

“Senhor guarda: qual a associação que prefere?”. Ninguém se atreverá a questionar um agente da PSP sobre o assunto, mas eles andam a pensar na opção. A lei permite, não há transgressão.

Não há fome que não dê em fartura: os polícias portugueses têm hoje três associações profissionais à escolha, oito meses depois dos acontecimentos do Terreiro do Paço, em que se viu polícias contra polícias, pela primeira vez em Portugal.

Uma das associações, liderada por José Carreira, já amnistiado da manifestação do Terreiro do Paço, é considerada próxima da CGTP. Outra possui laços com a UGT e surgiu de uma cisão da primeira. Recentemente, apareceu um terceiro movimento, que se afirma independente.

Variam os nomes e as acusações que trocam entre si. As reivindicações são as mesmas: mais dinheiro e melhores condições de trabalho.

José Carreira lidera o mais antigo dos movimentos: a Associação Sócio-Profissional da PSP (ASP). Afirmar controlar 50 por cento dos efectivos policiais e demonstra uma aparente dificuldade em recordar o nome das outras associações. “Tenho a certeza: nenhum dos outros movimentos tem possibilidade de se constituir”, afirma.

Segundo a lei, uma associação necessita de 10 por cento dos efectivos policiais para se legalizar, o que equivale a mais de 1700 sócios. É esse “quorum” que o dirigente da ASP duvida que os outros consigam alcançar.

O mote da discórdia está dado. Qualquer das outras associações embrionárias afirma que, com facilidade, conseguirá os sócios exigidos.

“Fomos nós que ajudamos a ASP a ter a dimensão que tem hoje, mas depois ligou-se demasiado às ideias da Intersindical”, acusa Francisco Fatela, da Associação Democrática Independente da Polícia (ADI-

POL), o movimento mais ligado à UGT. Num dos seus comunicados as acusações são claras: “A ASP é sectária, a ASP é divisionista”.

Mas as relações entre a ADIPOL e a UGT começaram a azedar: a central retirou algum do apoio inicial à associação. Torres Couto não ficou muito satisfeito com os dirigentes da ADIPOL, quando estes não participaram na manifestação do Terreiro do Paço, em 24 de Abril. O dirigente da UGT não quer abrir mão do capital político que lhe trouxe a querela entre polícias e preferiu sempre a existência de uma única associação.

Depois da aprovação da lei que dá aos polícias o direito de constituírem associações profissionais, surgiu um outro movimento que se afirma desvinculado de correntes políticas. Alves Martins justifica a criação da Associação Independente de Profissionais de Polícia (APIPP): “Muita gente da corporação não comunga com forças estranhas à Polícia”. Sobre acusações da ADIPOL de que estão ligados a sectores do PSD,

de associação. José Carreira adverte que “qualquer associação em formação deve ter em conta o papel da ASP e as suas exigências”. Mas o protesto de 24 de Abril está longe de ser assunto pacífico.

As negociações com vista à satisfação das reivindicações dos polícias, que na altura envolviam o Governo (através do Ministério da Administração Interna) e a oposição parlamentar (através do deputado socialista Jorge Lácio), tornaram a manifestação “desajustada e sem sentido”, segundo o dirigente da ADIPOL.

O mais recente dos movimentos associativistas, a APIPP, vai mais longe. A imagem da corporação, “que está a tentar renovar-se, ficou manchada, e foi paga uma factura muito cara”, afirmam os seus dirigentes.

A ADIPOL surgiu de uma cisão com a ASP, por desentendimentos relacionados com o direito à greve e à manifestação fardada. “Ao contrário da ASP, nós abdicámos da greve porque não tem cabimento na classe policial e abalaria a confiança

ções, elas são basicamente as mesmas nos três movimentos. José Carreira explica que “não são muitas” as diferenças entre a ASP e as outras associações. A ASP preocupa-se com questões como a melhoria de vencimentos, pagamento de horas nocturnas, sábados, domingos e feriados, e atribuição de um subsídio de risco.

Francisco Fatela também reconhece que, ao nível das aspirações da classe, as diferenças são poucas. Só ao nível de prioridades: “Não bastam melhores salários, é necessário resolver os problemas sociais da polícia”.

A APIPP dá também relevância aos vencimentos. “Um motorista da Judiciária ganha mais que um chefe de esquadrão da PSP”, argumenta. Realça o problema dos agentes que vivem em “verdadeiros bairros de lata, como o Cambódja, que nem se pode atravessar fardado”, além da degradação das instalações policiais e do parque automóvel. A ADIPOL contesta: “Querem carros para o serviço ou para o transporte de oficiais?”.

Caso as aspirações salariais não sejam satisfeitas, são diversos os modos de actuação previstos. A ASP considera que a lei dá fortes poderes de reivindicação, ao permitir reuniões e manifestações. A associação mais próxima da UGT apenas retira a greve do horizonte. Quanto à APIPP, diz que apresentará ao Comandante Geral as razões do seu descontentamento. “Só não iremos é para a rua fazer manifestações ou coisas do género”.



Polícias contra polícias no Terreiro do Paço: um marco na história das associações

Alves Martins responde: “Se venho a suspeitar que há algo estranho por detrás desta associação, sou eu que corto imediatamente com a APIPP”.

Manifestação ainda “mexe”

A manifestação do Terreiro do Paço é hoje o marco decisivo da luta dos polícias pelo direito

da população em nós”, afirma o dirigente desta associação.

Quanto à APIPP, surgiu depois de a lei ter sido aprovada e é conotada com a alta hierarquia da polícia. O facto de ter surgido depois do reconhecimento legal não preocupa Alves Martins: “Fui um dos ‘capitães de Abril’, este direito é uma consequência disso e não ando por aí a apregoá-lo”.

Em relação a reivindica-

A hipótese de se criar uma única associação representativa da classe policial parece, por agora, estar fora de causa. Apenas a ASP vê “toda a vantagem na união de esforços”.

Para já, as três tentam organizar-se da melhor maneira. Para que, quando o Governo regulamentar a lei que lhes garante o direito de associação, possam dizer legitimamente de sua justiça. ■

Tráfico de cocaína

De Medellín para Aveiro

O TRIBUNAL de Instrução Criminal de Aveiro elaborou o despacho de pronúncia referente a uma rede de contrabando de cocaína da Venezuela para Portugal, onde se confirma o envolvimento de 37 réus acusados pelo Ministério Público. Destes, 18 mantêm-se detidos até ao julgamento.

De acordo com o documento do TIC, a que o PÚBLICO teve acesso, desde 1987 que um grupo de 29 arguidos do processo actuava “de forma articulada e concertada” na introdução, distribuição e venda, em Portugal e Espanha, de cocaína. Tratava-se de uma rede narcotraficante que se abastecia directamente em Medellín, Colômbia, e que, pessoalmente ou pelo correio, terá feito chegar a Aveiro algumas dezenas de quilos de cocaína.

Na origem da rede, de acordo com o TIC, estão quatro arguidos que serão responsáveis pela aquisição, envio para Aveiro e difusão da droga no país. Uma rede que, segundo o despacho de pronúncia, foi apurando o sistema. Começou por remessas esporádicas, colocadas em biqueiras de sapatos, e acabou por utilizar a via postal, acondicionando a droga em cartas e encomendas endereçadas, para um funcionário dos CTT que, utilizando a estratégia situação em que se encontrava,

podia controlar a recepção do material. A cocaína era entregue, depois, à rede de distribuição que, de acordo com o TIC, esta era constituída por 17 passadores.

A actividade da rede começou em 1987. Cada encomenda postal, remetida “via expresso” a partir de Caracas, era constituída por quantidades que variavam entre os 300 e 500 gramas de cocaína. O ritmo de envio foi de três encomendas por mês. Nas comunicações, utilizavam uma linguagem codificada. O negócio era designado de “venda de quadros”, sendo o termo “quadro” sinónimo de “grama”.

O desmantelamento integral desta rede pela Polícia Judiciária de Aveiro ocorreu em Fevereiro de 1989. Na operação, foi apreendida uma dúzia de viaturas, 47 diamantes, ouro, uma pistola e respectivas munições e um crachat de chefe de destacamento da Direcção-Geral da Polícia da Venezuela que era utilizado por um dos réus.

Para além do casal que era responsável pelo envio da cocaína encontram-se detidos, nomeadamente, jovens ligados a famílias endinheiradas da cidade de Aveiro e concelhos próximos, um industrial da região e ciganos que faziam chegar o envio da droga para a Galiza. ■ F.S.

FP-25

Amnistia alimenta greve da fome

AS CLÁUSULAS limitativas de um ante-projecto de lei de amnistia às FP-25, a ser estudado neste momento por alguns deputados, a recusa do “habeas corpus” por parte do Supremo Tribunal de Justiça, a posição do Tribunal de Évora manifestando-se pela perigosidade do réu, bem como o indeferimento da sua libertação, mesmo após ter sido ultrapassado o tempo de prisão preventiva, são as razões de fundo que levaram José Ramos dos Santos, condenado a 16 anos de prisão, a entrar em greve de fome no dia oito do mês passado. Esta a informação que nos foi dada por um elemento da Comissão Pró-Amnistia de Otel e Companheiros, de que fazem parte vários réus do primeiro processo das FP-25, provisoriamente em liberdade, por o tempo de prisão preventiva ter sido excedido.

José Ramos dos Santos, também réu no primeiro processo, arroga-se de idêntico direito já que, à semelhança dos seus companheiros, terminou em finais de Novembro o tempo da sua prisão preventiva.

Ainda segundo informações

recolhidas entre réus acusados de pertencerem às FP-25, a aguardarem julgamento em liberdade, por decisão do Supremo Tribunal de Justiça, dando seguimento a um acórdão do Tribunal Constitucional, a greve de fome iniciada unilateralmente por José Ramos dos Santos criou alguma incomodidade entre aqueles que mais activamente têm trabalhado por uma rápida solução política para os detidos e acusados em processos das FP-25.

Entre os detidos criou-se um movimento de solidariedade. De cinco em cinco dias, um preso entra em greve de fome. No último dia do ano passado entrou em greve Maria Helena do Carmo, solidária com José Ramos dos Santos, Aldino Mendes Pinto e Teodósio Alcobia.

Para lá da delicada situação clínica de alguns grevistas, já reincidentes neste tipo de forma de luta, pode-se estar à beira do impasse, pois neste mês um outro detido do primeiro processo das FP-25, Jorge Alves da Silva, termina o prazo da sua prisão preventiva. O processo de luta pode agravar-se. ■

Rogério Rodrigues

Cooperação

Televisões europeias contra o cancro

DEZ ESTAÇÕES de televisão, entre as quais a RTP, realizam no próximo dia 9 o primeiro programa europeu em directo produzido a partir de locais diferentes. Chama-se "A Europa Contra o Cancro" e será transmitido simultaneamente em Espanha (TVE), França (Antenne 2), Irlanda do Norte (RTE), Itália (RAI), Bélgica (RTBF e BRT), Grécia (ET2), Alemanha Federal (ZDF), Dinamarca (TV2) e Portugal (RTP).

O programa agrupará quatro blocos de reportagens sobre aspectos relacionados com o cancro — realizadas previamente — e vários debates em directo. Cada estação produziu uma sequência de quatro minutos sobre um dos seguintes temas: Tabaco, Consumo de Bebidas Alcoólicas, Alimentação e Observação do Corpo.

Depois da exibição de cada um dos blocos segue-se um pequeno debate de cerca de 20 minutos no qual participam vários convidados instalados nos estúdios das diversas estações. O debate é alargado à escala europeia.

Assim os convidados portugueses falarão em directo com os convidados gregos sobre alimentação e com os belgas sobre consumo de álcool e tabaco. O mesmo se passará com os con-

dados das outras televisões, que falarão entre si, agrupados dois a dois.

A sequência que a RTP apresentará, realizada por Pedro Luis de Castro — que é também o responsável pela coordenação do programa em Portugal — aborda o problema do alcoolismo infantil como "elemento que dá origem ao alcoolismo na idade adulta, um dos factores de cancro no fígado". Na base desta reportagem está o facto de Portugal ser o segundo país consumidor de álcool da Europa, com uma média anual superior a 90 litros por habitante, ultrapassada apenas pela França.

Em Lisboa estarão no estúdio as doutoras Estela Martins (Hospital de Santa Maria) e Helena Saldanha (Universidade de Coimbra) além de outros convidados ainda por confirmar. A emissão será traduzida em simultâneo em cada um dos nove países que participam no programa.

Esta realização europeia está em preparação desde Fevereiro. Inicialmente prevista para Setembro, a emissão acabou por ser adiada para Janeiro devido a problemas de programação nalgumas das televisões envolvidas. ■ J.F.

Ciência

EUA anunciam fim da fusão a frio

José Vitor Malheiros*

Um balde de água fria nas esperanças da fusão a frio. Um documento produzido pelo Departamento de Energia dos EUA aconselha cortes no financiamento destas pesquisas.

Uma comissão de cientistas designada pelo Departamento de Energia dos Estados Unidos (DOE) desaconselha "qualquer financiamento específico para a investigação do fenómeno da fusão a frio" num relatório endereçado ao secretário americano da Energia, James Watkins.

Em Março do ano passado, Stanley Pons da Universidade de Utah, em Salt Lake City, nos Estados Unidos, e Martin Fleischmann, da Universidade de

Southampton, em Inglaterra, anunciaram ter desencadeado uma reacção de fusão nuclear num tubo de ensaio, com o auxílio de dois eléctrodos pelos quais tinham feito passar uma corrente eléctrica. O tubo de ensaio continha "água pesada", um tipo especial de "água" na qual os átomos de hidrogénio são substituídos por deutério, uma for-

ma mais pesada de hidrogénio.

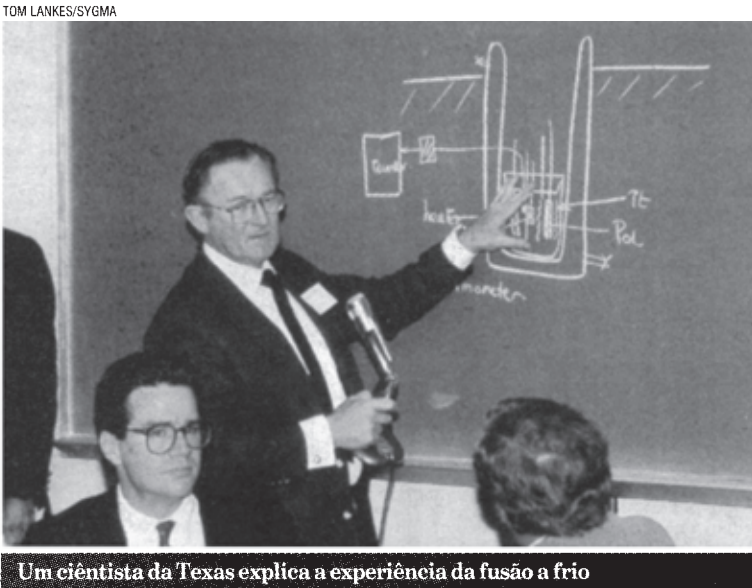
A prova de que a fusão estava a ocorrer, segundo Pons e Fleischmann, era dada pela libertação de calor numa proporção muito mais elevada do que aquela que poderia ser produzida pela energia eléctrica fornecida ao sistema. A comissão do DOE, por seu lado, rejeita a ideia de que o calor provém da fusão.

O relatório dos peritos significa que as despesas federais neste domínio não deverão ultrapassar umas escassas centenas de milhares de dólares por ano, segundo declarou Thomas Finn, um dos responsáveis do DOE. As pesquisas de carácter mais convencional acerca da fusão, por seu lado, receberam mais de 300 milhões de dólares por ano.

O novo fenómeno foi designado por fusão a frio, a fim de o distinguir das abordagens convencionais da fusão nuclear, que dependem de aparelhos de restrição magnética (avaliados em muitos milhões de dólares) denominados "tokamaks", ou de lasers de alta potência, também dispendiosos. Esses instrumentos geram enorme calor e pressão — condições necessárias para provocar a fusão dos núcleos atómicos. O processo dá origem à criação de núcleos atómicos de maiores e liberta enormes quantidades de energia.

Estas reacções ocorrem naturalmente no interior das estrelas e acontecem também nas explosões das bombas de hidrogénio, mas não devem ser confundidas com as reacções nas centrais nucleares — que, pelo contrário, exploram a fissão nuclear, na qual os núcleos são separados, libertando menos energia. ■

* com Glenn Zorpette, em Nova Iorque



Um cientista da Texas explica a experiência da fusão a frio

Segurança no trabalho

Portugal a contas com a Europa

ALGUMAS EMPRESAS portuguesas podem ser acusadas de concorrência desleal no Mercado Único Europeu e a sua actividade estará mesmo em risco, se dentro de dois anos, não forem aplicadas as regras comunitárias relativas à higiene, segurança e saúde no trabalho.

William Hunter, responsável máximo da direcção de Saúde e Segurança da Comissão da Comunidade Europeia, disse ao PÚBLICO que não hesitará em "levar Portugal ao tribunal europeu". Mas há tempo para impedir este risco pois, na óptica daquele responsável, existem áreas com avanços significativos, "como, a indústria metalúrgica, onde a saúde ocupacional e a medicina do trabalho são desenvolvidas de acordo com os mais modernos padrões europeus".

Outros sectores têm mais deficiências e, segundo Hunter, o principal problema reside no "número elevado de pequenas e médias empresas existentes em Portugal". Estas estruturas "têm muita dificuldade em entender a necessidade e urgência das medidas de segurança e hi-

giene dos seus trabalhadores". Daí que a tarefa primordial da Comissão da CEE seja, até 1992 — ano da Segurança Europeia em que Portugal terá a presidência da Comunidade durante seis meses —, "fazer-lhes entender as leis e os regulamentos comunitários". Por seu lado, também em declarações ao PÚBLICO, o secretário de Estado adjunto do ministro do Emprego e Segurança Social, Jorge Seabra, defendeu que a pequena dimensão das empresas portuguesas não serve de desculpa para o incumprimento das normas de segurança e higiene no trabalho.

Porém os empregadores dizem que não têm dinheiro para dispendir na estrutura médico-preventiva. William Hunter recusa o argumento e fornece números. "As análises revelam que sete por cento dos custos totais em Segurança Social na Europa, são gastos com acidentes e doenças do trabalho". Apenas "13 mil milhões de ECU", mais de 2000 milhões de contos... Cifras que servem para explicar que "a saúde e a segurança no trabalho poupam dinheiro".

A questão é saber se a CEE colocará fundos ao dispor dos países membros a fim de promover esta política. William Hunter aplica, nesta questão, a mesma lógica que preside à máxima de que a segurança no trabalho poupa dinheiro: "Pense-se nos prejuízos que um patrão tem ao precisar de substituir um empregado que morreu ou adoeceu durante semanas ou meses; gasta muito mais do que na sua prevenção..."

O secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e Segurança Social, é menos evasivo: "É óbvio que as comunidades, ao reconhecerem o esforço e a forma responsável como Portugal está a procurar evoluir ao nível social, nos darão o apoio necessário".

Jorge Seabra mantém-se optimista: "Até agora os apoios comunitários têm sido distribuídos com base na dimensão económica mas, quando tocar em termos da vertente social, temos a certeza de que os fundos não serão regateados". Entretanto, o responsável máximo dos assuntos de higiene, segurança e saúde no trabalho da CEE, adianta que foram já apresentadas uma série de propostas de directivas ao Conselho Europeu no sentido de melhorar as condições de trabalho em todos os Estados membros. Desse pacote faz parte ainda a criação de órgãos fiscalizadores: "Quem não cumprir será punido", avisa. ■

Dulce Neto

3 anos de comunicação com paixão...

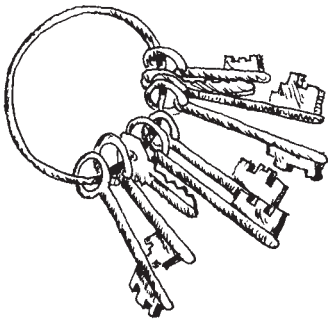
...ISTO É Design e Edição Assistida por Computador em Portugal e na Europa

ISTO É comunicação visual, lda.
Tels.: 02.573072 / 566770 Fax: 02.566816

SOLUÇÃO CHAVE NA MÃO **PAR**. A SOLUÇÃO INFORMÁTICA SEGURA.

Muitas empresas estão finalmente descobrindo que a solução para os seus problemas informáticos é escolher uma só empresa que estude e construa integralmente uma solução à sua medida △ Dizem os seus responsáveis que o investimento se torna mais seguro e acabam por rentabilizá-lo muito mais △ Nós estamos totalmente de acordo e explicamos porquê △

SEGURA CONTRA A INCERTEZA



Ao optar por uma solução Chave na Mão PAR, a sua empresa está a escolher uma solução evolutiva, talhada à medida das suas necessidades △ O objectivo é investir só o necessário e o certo para aumentar a produtividade de cada um dos seus colaboradores no presente, perspectivando uma evolução lógica no futuro △



PAR - PINTO DE AZEVEDO & RANGEL, LDA.

Sede:

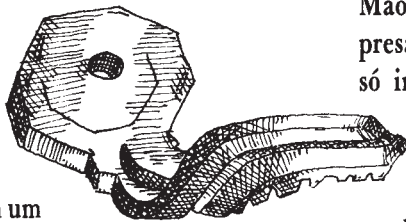
Av. da Boavista, 2881-2.º - Esc. 14
4100 PORTO
Telef. 684181
Telex: 26007 PARCOM P
Telefax: 674865

Delegação em Lisboa:

Alameda de Santo António
dos Capuchos, 6-2.º B
1100 LISBOA
Telef. 542533

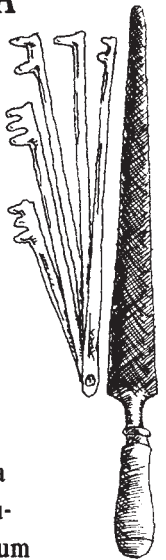
SEGURA CONTRA INCOMPATIBILIDADES

Ao optar por uma solução integrada Chave na Mão PAR, a sua empresa está a aplicar a modularidade das lógicas e dos equipamentos compatíveis seja qual for a dimensão micro ou média do sistema a implantar △ Está a garantir o funcionamento perfeito dum software próprio combinado com um hardware adequado nas mais diversas aplicações △



SEGURA CONTRA A INEFICÁCIA DISPENDIOSA

Ao optar por uma solução completa Chave na Mão PAR, a sua empresa está a reunir num só interlocutor/fornecedor todo o diálogo informático de que precisa △ Está a evitar demorados acertos de ponto de vista entre um fornecedor de equipamentos e um fornecedor de software, quando precisa de uma rápida assistência △ Está a assegurar uma relação responsável e um apoio profundo em todos os passos da sua informatização △



...E COM VANTAGENS DE UM TEAM CONTACT

Ao optar pela PAR, a sua empresa está também a beneficiar do Team Contact da PAR que lhe garante o atendimento integrado de uma equipe de especialistas reunindo um vasto know-how em todas as áreas de análise, programação e organização nas mais diversas aplicações △ Um Team vocacionado para a produção de soluções verticais e para a prestação do Full Service PAR. Um Team que V. pode considerar desde logo, uma extensão da sua empresa △ Opte pela solução Chave na Mão PAR △ Dê-nos um briefing sobre o seu problema informático △ Pondo à prova tudo o que dizemos, construiremos uma solução informática à medida das suas necessidades △

Estamos interessados numa proposta de:

Solução Chave na Mão PAR Full Service PAR

Queiram marcar um briefing com:

Nome _____

Empresa _____

Actividade _____

Endereço _____ Telef. _____

UNISYS

CULTURA

Saramago em Itália

A TRADUÇÃO italiana da História do Cerco de Lisboa será publicada pela Bompiani, antes do final do ano. José Saramago receberá um adiantamento de cerca de três mil contos, a maior soma já recebida por um autor português. Na Primavera, a Caminho publicará uma colectânea de crónicas que Saramago assinou no Diário de Lisboa, antes do 25 de Abril, e no Diário de Notícias, em 1975. ■

Todos à lambada

DEPOIS DOS problemas sobre a autoria da Lambada, chegou a hora da grande dança em torno de um filme. A Cannon avança com Lambada—The Movie enquanto a 21st. Century Productions anuncia Lambada—The Forbidden Dance. O despique trava-se entre dois primos, e até há pouco sócios: Yoram Globus, que continua à frente da Cannon, e Menahem Golan, que depois da compra da empresa pelo italiano Gian Carlo Piretti, fundou a nova produtora. Os primos eram conhecidos por “Go-Go Boys”; dará a lambada direito a novo tratamento. ■

Vídeo subsidiado

TRÊS FILMES portugueses — Aniki Bóbo, Douro Faina Fluvial e Os Verdes Anos — foram aceites para fazerem parte da antologia do filme europeu que figurará no catálogo EVE (Espaço Vídeo Europeu), um projecto Média/92 destinado a apoiar o vídeo de origem europeia. O subsídio a conceder nunca ultrapassará os 40% dos custos totais num montante máximo de 2 400 contos. ■

Beatty é Tracy

WARREN BEATTY dirigiu e protagonizará Dick Tracy, transpondo para o cinema essa personagem dos comic dos anos 30. O filme estreará em Junho nos EUA e em Setembro na Europa. Al Pacino vestirá a pele de Big Boy Caprice, Dustin Hoffman será Mumbles e Madonna encarnará a rapariga. Todos aparecerão caracterizados como Chester Gould os criou. No filme utilizaram-se só vermelho, amarelo, azul, verde, branco e negro a fim de reproduzir as tiras originais. ■

Companhia Nacional de Bailado à beira de um ataque de nervos

Entre a crise aguda e o previsível bloqueio

LUI SAFERREIRA

António Melo

A obrigação das criações humanas é ter vida própria. A CNB não escapa a esta constante e Armando Jorge está a fazer uma dolorosa aprendizagem. O grupo de bailado não esconde o desânimo e a direcção do S Carlos diz que é preciso “reflectir”.



CNB: uma companhia em autogestão?

A Companhia Nacional de Bailado tem em cartaz, neste momento, um bailado contando a história de uma boneca que toma vida graças ao engenho e feitiço do seu artesão. Copélia é, antes de mais, uma história de Natal, mas, vontades do destino, é também uma metáfora da própria companhia e do seu director artístico.

Fundada há 12 anos por iniciativa e empenho de Armando Jorge, a CNB entrou em “período de reflexão”. É uma expressão eufemística de Ribeiro da Fonte, director do Teatro Nacional de São Carlos, que nessa qualidade superintende administrativamente a companhia de bailado.

O programa para esta temporada —já divulgado— assemelha-se como uma gota de água ao do ano passado, que por seu turno era uma repetição do anterior. O público que há quatro/cinco anos enche e aplaudia as criações da companhia, mesmo quando se mostrava tecnicamente insuficiente para os ambiciosos espectáculos que apresentava, começou a esfiar-se. Se às vezes ainda esgota a casa, como aconteceu nos últimos espectáculos de Giselle, na generalidade deixa a sala do S. Carlos cheia de clareiras.

As explicações para estas flutuações de um público outrora fiel são várias, desde a mais simples —“conduta irra-

cional” — à mais radical — “público snob”. Apesar da sua divergência têm um denominador comum: são estados de alma. Exasperados ou desiludidos, os comentários ficam-se pela opinião subjectiva. A incapacidade para proceder a uma análise rigorosa da realidade é um sintoma de desorientação interna.

Do lado dos bailarinos colhe-se a impressão de um barco à deriva, que tanto pode afundar-se como recobrar arrimo. A direcção artística, personificada em Armando Jorge, defende-se com a explicação de “problemas de adaptação de sistemas, resultado da integração na estrutura do S. Carlos”, e tem grandes esperanças no contributo que possa vir da escola técnico-profissional que começou a funcionar há três meses e só terá a sua primeira promoção dentro de três anos, no mínimo.

É duvidoso que a companhia suporte mais esse tempo de deixa andar. Ribeiro da Fonte entende ser “preciso um projecto consolidado de evolução para o futuro”. Não está em causa a existência da CNB, menos ainda a sua reconversão num mero corpo de bailado para a Ópera: “a companhia melhor ou pior existe” e a sua transformação num corpo de bailado de divertissem-ent “é o último dos receios que os bailarinos podem ter,

pois essa é também a última coisa que a administração do S. Carlos deseja: ter um corpo de bailado de Ópera”

Bailarinos desanimados

As afirmações dos dois directores não tranquilizam os bailarinos, que constroem as suas conclusões a partir de outras situações.

“A política de fachada não serve a evolução da companhia”, diz um dos principais nomes da CNB. À semelhança de outros que falaram para esta reportagem, não quer publicidade pessoal em torno da contestação ao actual estado de coisas. O seu desejo é pertencer a um grupo coeso, com uma programação bem delineada, uma direcção artística que dê confiança e uma administração que promova a companhia e o seu contacto com o público.

O protesto dirige-se contra uma empresa que, dizem, lhes “nega o direito ao trabalho”. A integração da companhia no Teatro Nacional de S. Carlos —concretizada em 1985— tinha uma única finalidade: racionalizar os meios de produção e melhorar a produção da CNB. “Afim — afirma uma solista— essa integração está a significar menos espectáculos. A vocação empresarial e a procura de prestígio domi-

nam a política da administração.”

A explicação que dão para alguns espectáculos fracassados —desde a Suite in Blanc até ao mais recente Sonhos de uma noite de Verão — não lhes retira responsabilidades, mas consideram excessivo assumi-las por inteiro.

“Não houve um critério adequado de formação da companhia, escolhendo o repertório apropriado à sua evolução” — diz um antigo solista.

Outros bailarinos e bailarinas corroboram a asserção. O director artístico afastou-se do contacto com o grupo de bailado.

As suas ocupações raramente lhe permitem seguir a companhia em digressão e mesmo dos espectáculos em Lisboa não é frequentador regular.

Ao fim de 12 anos de existência, a CNB montou dezenas de espectáculos, tem um vasto repertório de obras clássicas, mas tem apenas uma criação própria: Carmina Burana, de Armando Jorge.

Uma explicação para o afastamento do público pode estar aqui —na incapacidade para criar a partir do clássico. O recurso a grandes nomes do bailado internacional para desempenhar os solos pode contribuir para encher ocasionalmente a plateia.

Mas, segundo os bailari-

nos, é uma “política cultural de fachada”.

Temporada de reflexão

O director artístico tem outro entendimento. Admite que a CNB se encerrou num bailado museológico, mas considera que, em muitos casos, conseguiu revitalizá-lo utilizando concepções cénicas e cenográficas de cunho português.

Quanto à possibilidade de reinterpretar os clássicos com uma linha estética e técnica autónomas, não a vê para já: “Para que isso aconteça é preciso uma geração de bailarinos como base. Só então teremos terreno para criar um estilo académico próprio”.

O horizonte imediato, nesta perspectiva, vai manter-se como está, ou seja, perfil baixo para o material caseiro e cota alta quanto aos convidados estrangeiros.

Depois, talvez dentro de três anos seja possível avançar com uma nova coreografia tendo por inspiração os amores trágicos de Inês de Castro.

Mesmo dentro da companhia há, como se viu, quem conteste esta orientação. A nível da administração do S. Carlos, Ribeiro da Fonte, pelo menos ele, considera que o bailado clássico não é uma impossibilidade para Portugal. “Tem cabimento”, diz, mas para isso a companhia deve ter “opções mais flexíveis e apostar mais forte na criação”.

Quanto ao público, espera-se que seja paciente para aceitar mais uma temporada de reflexão.

Uma temporada onde apesar de tudo há um D. Quixote, segundo a coreografia épica de A. Gorsky, e “A Pavana do Mouro”, célebre criação de Jose Limon.

Resta saber se estes momentos extremos de duas linhas coreográficas opostas —escola Bolshoi e modern dance norte-americana— serão apreendidos convenientemente, na sua técnica e filosofia, nos poucos meses de uma temporada e por uma companhia que se sente em autogestão. ■



TRANSDATA

A NOVA DINÂMICA DA COMUNICAÇÃO

Com a **TELEPAC** criámos as vias para a comunicação otimizada de dados, a nível nacional e internacional.

Com o **VIDEOTEX** abrimos um novo caminho para a informação telemática, generalizada e de fácil acesso.

Lideramos em Portugal, o sector das Tecnologias mais avançadas em Telecomunicações.



TRANSDATA
CTT e TLP em CONSÓRCIO

Av. Fontes Pereira de Melo, 38-9º • 1000 LISBOA • Telef. 54 00 20 • Telex 64200 • Fax. 57 38 43
Rua de Ceuta, 53-7º • 4000 PORTO • Telef. 32 46 46 • Telex. 22150 • Fax. 31 95 58

DESPORTO

Benfica e Sporting jogam na Luz

A procura de dinheiro fresco

ALFREDO CUNHA

Jorge Baptista

Com despesas acrescidas nesta época do ano, Benfica e Sporting decidiram-se pela procura de novas fontes de receita, de dinheiro fresco que lhes alivie as dificuldades de tesouraria. Por isso lançaram-se na organização de um torneio com o PSV e o Ajax.

O teste a uma nova forma de rentabilização do espectáculo desportivo em Portugal vai ser feito, hoje, à noite, no Estádio da Luz, com a realização do primeiro encontro do torneio internacional de futebol "Cidade de Lisboa", disputado precisamente entre as equipas principais dos dois mais importantes clubes da capital.

Benfica e Sporting são dos principais interessados no êxito do evento, o único de nível internacional que se realiza na Europa, nesta época do ano, quando muitos dos campeonatos estão interrompidos ou decorrem sob adversas condições climáticas.

Os holandeses do PSV Eindhoven e do Ajax de Amsterdão, clubes europeus dos mais prestigiados e bem conhecidos dos portugueses, completam o quadro de participantes de um torneio que visa, essencialmente, a criação de receitas e o amenizar das carencias financeiras dos clubes.

"A adesão do público é fundamental para o êxito desta realização e a sua consagração em termos de futuro", afirmou ao PÚBLICO o presidente-adjunto do Benfica, Luís Tadeu, um dos impulsionadores deste quadrangular.

O torneio "Cidade de Lisboa" é, aliás, uma das várias propostas contidas no "Plano de Desenvolvimento Estratégico", documento elaborado em Setembro passado pela actual direcção do Benfica e que visa dotar o clube dos necessários meios financeiros.



Benfica e Sporting dão as mãos para angariarem novas receitas

A ideia, a que os responsáveis "leoninos" acabaram por aderir sem hesitações, procura constituir, como é óbvio, um paliativo para as clássicas brechas das tesourarias. Esta fórmula nada tem de inovadora além-fronteiras, mas quase não tem sido explorada entre nós. Isto porque os dirigentes portugueses, tradicionalmente pouco permeáveis aos modernos métodos de gestão, têm preferido recorrer à ajuda de mecenas ou à recusa sistemática do cumprimento das mais simples normas contabilísticas e fiscais.

Uma situação que — todos o sabem — não poderá subsistir por muito mais tempo. Fica assim uma vez mais provado que a necessidade aguça o engenho.

Para Luís Tadeu o imperativo de chamar público aos quatro jogos justifica "os preços mais acessíveis dos bilhetes", variáveis entre os dois mil e os setecentos escudos, havendo a possibilidade de adquirir séries para todos os encontros entre os seis e os dois mil escudos.

"O sucesso deste nosso torneio reveste-se de particular importância, já que acabamos

por ser os pioneiros de uma realização só possível, neste momento, no Sul da Europa", salienta Luís Tadeu, receoso da concorrência que, neste contexto, possa surgir em breve da vizinha Espanha.

Em causa, para além das receitas de bilheteira e da própria "internacionalização" da prova, estão também os dividendos provenientes dos direitos televisivos e da publicidade.

"Assim que decidimos avançar com a ideia — explica o dirigente benfiquista — estabelecemos de imediato contactos

com a Ecosport, na Holanda, com quem possuímos excelentes relações. A receptividade foi total e atendendo à ausência de competições futebolísticas de nível internacional, a televisão holandesa mostrou-se também disponível".

Milhares investidos aguardam dividendos

Com os interesses da Ecosport, uma empresa muito ligada ao Ajax, velho conhecido do Benfica e do Sporting nas an-

danças europeias, o torneio começou a tomar forma definitiva depois do interesse manifestado pela Philips, principal "sponsor" do PSV Eindhoven, clube também conhecido do futebol português e particularmente do Benfica, com quem disputou (e ganhou) há dois anos a final da Taça dos Campeões.

As necessidades publicitárias ficaram também defendidas. Para além da Philips, outras empresas estrangeiras decidiram-se por aderir ao projecto. O Benfica, entretanto, encontrara no Sporting um precioso aliado para a realização do projecto.

"O interesse do presidente Sousa Cintra em procurar outras formas de receitas era já por demais conhecido. O contacto surgiu, o Sporting aderiu e facilmente se deduz que era do interesse mútuo a realização conjunta de um torneio desta natureza, acrescenta ainda o dirigente "encarnado", salientando o regresso à normalização das relações

entre os dois clubes rivais.

De acordo com o contrato estabelecido entre os dois clubes portugueses e a Ecosport, um "derivado" da conhecida Ecofinance com quem o Sporting da era Jorge Gonçalves desenvolveu diversos "negócios", os interesses dos clubes portugueses parecem salvaguardados.

Para lá das despesas correntes e dos "cachets" cobrados pelos dois clubes holandeses, Benfica e Sporting dividirão entre si, a totalidade das receitas provenientes das bilheteiras dos quatro jogos do torneio.

Quanto aos "sponsors" estrangeiros, responsabilizar-se-ão pelos custos de transporte e estadia das duas comitivas holandesas, mas em contrapartida possuirão a exclusividade dos direitos de publicidade e das transmissões já asseguradas pelas televisões holandesa e italiana. Estes direitos serão contudo também divididos pelo Benfica e Sporting, logo que as primeiras cobranças cubram as despesas com o transporte e estadia do PSV e do Ajax.

Sobre o montante dos "cachets" pagos aos clubes holandeses, Luís Tadeu escusou-se a divulgá-los, mas adiantou que, na globalidade, a realização deste quadrangular envolverá um investimento de "algumas dezenas de milhares de contos".

Eriksson e Águas em desacordo

OS TÉCNICOS Eriksson (Benfica) e Raúl Águas (Sporting) divergem sobre a oportunidade da realização do torneio "Cidade de Lisboa", que hoje se inicia, às 20 horas, no Estádio da Luz, precisamente com o "derby" lisboeta.

As turmas holandesas do PSV Eindhoven e do Ajax, que actuam na próxima sexta-feira, em Alvalade, completam o quarteto de clubes que disputa o troféu Philips, cuja final está marcada para o próximo dia 10, no terreno da equipa portuguesa que hoje vencer a partida. Um outro encontro, para apuramento do terceiro classificado, realiza-se no dia 9, no campo do derrotado no jogo de logo à noite.

Para o treinador sueco, o torneio surge "em boa altura", e nem sequer levanta a

questão de uma eventual sobrecarga de jogos para uma equipa que ainda se encontra envolvida em todas as competições: Campeonato, Taça de Portugal e Taça dos Campeões.

E Eriksson justifica o seu optimismo: "Temos um plantel vasto e admito fazer algumas alterações". O técnico "encarnado" admitiu ao PÚBLICO a hipótese de titularidade de jogadores habitualmente sentados no "banco" e mesmo nas bancadas da Luz, como Alvaro e Fernando Mendes, entre outros.

Já o técnico recém-chegado a Alvalade referiu vir em "mau momento" para o Sporting a realização do quadrangular. A necessidade de efectuar um maior número de treinos e o estado do tempo foram as justifica-

ções apontadas por Raúl Águas. Um técnico que, neste momento, prefere os treinos aos jogos.

Mas as razões apresentadas por Raúl Águas prendem-se, fundamentalmente, com o momento em que chegou ao Sporting. Se o anterior treinador, Manuel José, deu luz verde à participação dos "leões", já o novo técnico, com escassos dias à frente da equipa, gostaria de não correr riscos excessivos. Mas as carências financeiras impuseram a sua lei e por isso Luís Tadeu insiste na necessidade de o torneio se afirmar a nível internacional: "Nos próximos anos estão já previstos contactos com clubes italianos e espanhóis e, posteriormente, tentar-se-á atingir os mercados francês, belga ou alemão", conclui o dirigente benfiquista.

Arbitragem

Lourenço Pinto avisa "internacionais"

Bruno Prata

LUIZ D' OREY



Árbitros: novo chefe, novas ideias

Lourenço Pinto não se incomoda com as críticas, defende a "livre concorrência" entre os juizes, garante que os "internacionais" serão despromovidos caso não se classifiquem entre os melhores e advoga que os convívios entre os árbitros e os dirigentes dos clubes devem ser fomentados.

A classificação obtida no final da época — "e não os nomes de cada um" — será o único factor determinante para a designação dos árbitros internacionais e para as subidas e descidas de categorias, revelou ao PÚBLICO Lourenço Pinto, presidente do Conselho Nacional de Arbitragem (CNA).

Actualmente, a UEFA estabelece que a Federação Portuguesa de Futebol (FPF) indique o nome de dez juizes, embora apenas sete destes venham posteriormente a ser nomeados para dirigir jogos internacionais. Segundo as normas da FPF, os designados serão, obrigatoriamente, os mais bem classificados no final de cada época, pelo que um "internacional" poderá deixar de o ser se no final da época em curso "ficar posicionado abaixo dos dez melhores".

Este regulamento, refere Lourenço Pinto, foi diversas vezes "esquecido" durante o mandato de Pinto de Sousa, que "procedia a alterações na classificação resultante da pontuação obtida através dos relatórios dos delegados aos jogos e das acções intercalares de formação".

Garantindo que os regulamentos serão religiosamente respeitados, Lourenço Pinto sustenta que actuação do CNA "não visa prejudicar ninguém", mas sim permitir que todos os árbitros "possam ascender a um lugar de relevo".

A nomeação de árbitros promovidos à 1.ª categoria para

jogos da I Divisão tem sido uma das principais apostas do CNA e motivo de algumas críticas: "Não fazia sentido e feria a justiça distributiva que árbitros pertencentes à primeira categoria, e com provas dadas, não fossem indicados para jogos da I Divisão", defende-se Lourenço Pinto, acrescentando que o modo de actuar do CNA permitiu verificar que os novatos "têm valor e estão prontos a discutir com os demais a obtenção de lugares cimeiros na arbitragem".

Pressões serão denunciadas

A renovação efectuada nos quadros da arbitragem estará a causar, entretanto, algum mal estar no interior da classe, principalmente junto dos árbitros internacionais. Afirmado desconhecer quaisquer censuras às directrizes tomadas, Lourenço Pinto sublinha que, a existirem, "elas são injustas e descabidas". E acrescenta: "A competição entre árbitros deve ser pacífica, baseada na leal concorrência".

Após cerca de dois meses à frente dos destinos da arbitragem portuguesa, Lourenço

Pinto afirma estar satisfeito com o trabalho que tem sido produzido pelo CNA, negando ter sido sujeito a "qualquer tipo de pressões".

"Penso que nenhum dirigente se aproximará de mim ou de outro membro do CNA para exercer qualquer pressão ou, de um modo mais suave, pugnar pela simples sugestão", afirma o novo "patrão" dos árbitros, garantindo que, se essa situação se verificar, "os protagonistas serão imediatamente denunciados".

Curiosamente, Lourenço Pinto não só admite que haja convívios entre os árbitros e os dirigentes dos clubes, como defende que tal deve ser fomentado: "Essa convivência, sendo pública, traz imensas vantagens, nomeadamente ao evitar infundadas especulações. Importa é que o árbitro, no momento de cada jogo, abstraia a convivência social e se aplique por forma a sair com a consciência tranquila. Pensar de forma diversa seria proibir os contactos, por exemplo, de advogados com juizes, e de políticos com agentes económicos ou sindicalistas", conclui o presidente do CNA. ■

Caso Douglas

Guimarães revela novos argumentos

O ACORDÃO do Conselho de Disciplina sobre o caso Douglas poderá ser anulado pelo Conselho de Justiça, dado que o texto enviado ao Guimarães não é o mesmo que consta dos autos. Isto porque o relator, Fernando Ferreira Lino, fez uma alteração ao acórdão final e só ele a assinou.

Caberá agora ao pleno do Conselho de Justiça — que se pronunciará sobre o assunto no dia 19 — considerar ou não supriável a falha com a obtenção das restantes assinaturas dos membros do Conselho de Disciplina.

Pimenta Machado, presidente do Vitória de Guimarães, um dos clubes recorrentes (os outros são o Penafiel e o Nacional), garante que o acórdão original difere do enviado para o clube, porque este "não inclui um parágrafo em que era referido o art. 50 do regulamento da FPF — e que sustenta toda a tese jurídica — artigo que está revogado há muito, vigorando, agora, o comunicado n.º 1 da Federação, que atribui aos clubes, e só a estes, a responsabilidade

por qualquer irregularidade na inscrição de jogadores".

Com base nesta argumentação, Pimenta Machado defende que o acórdão do Conselho de Disciplina será anulado, acrescentado o advogado do clube, Arnaldo Marques, existirem outros argumentos que podem fazer rever as posições de alguns conselheiros.

Segundo a mesma fonte, o Guimarães procurará demonstrar que o Sporting não esteve de boa-fé em todo este caso. Para isso, explorará de novo o registo de um acto notarial celebrado em Rio Maior, no dia 21 de Julho, que demonstra ter sido feita a celebração de um novo contrato entre as duas partes (o que tornaria Douglas estrangeiro).

Entretanto, o Conselho de Disciplina decidiu, na passada semana, não dar razão ao Beira Mar no processo que este clube tinha aberto contra o Sporting, também em relação ao caso Douglas-Marlon, embora o acórdão refira expressamente que Douglas é considerado estrangeiro para efeitos disciplinares. ■ M.Q.

Mozer, líbero do ano

O EX-BENFIQUISTA Mozer, actualmente ao serviço do Marselha, foi considerado pelo jornal "L'Équipe" o melhor "líbero" do campeonato francês 89/90, na sequência da já tradicional votação anual dos jornalistas daquele periódico. "Em seis meses, Mozer alcançou uma dupla proeza: ultrapassou o palmarés do jugoslavo Hadzibegic, do Sochaux e, ao mesmo tempo, seduziu todo o ambiente marselhês em função do seu talento natural e da sua comunicativa alegria de viver", explica o "L'Équipe".

De acordo com o jornalista Jean-Paul Oudot, que traça o perfil do "internacional" brasileiro, "Mozer precisa de objectivos para se aplicar cada vez mais. O próximo Mundial transformou-se num tónico suplementar".

O "L'Équipe" traça uma breve resenha da carreira de José Carlos Nepomuceno Mozer, com especial incidência no trabalho médico levado a cabo pelo médico do Flamengo para estimular o crescimento. As injeções aplicadas pelo clínico, uma por mês, pareceram, de início, não dar resultado — aos 16 anos, Mozer continuava a medir apenas 1,55m. Foi então que o "milagre" aconteceu — em apenas

PRESSE-SPORTS



Mozer conquistou os franceses

alguns meses o jovem candidato a futebolista cresceu até ao 1,80m. A partir daí a sua carreira foi lançada.

O salto para o futebol europeu aconteceu depois do "Mundial" '86, no México. Mozer esteve ausente devido a uma lesão no menisco, mas, em 1987, o Benfica descobriu-o abrindo-lhe as portas para uma carreira europeia.

Explicando os resultados da votação, o "L'Équipe" acentua que Mozer, bem como o seu rival Hadzibegic, deu uma nova dimensão à sua função de líbero, "feita de 80% de qualidades defensivas (cortes, cargas, intercepções, velocidade de execução e posicionamento) e 20% de qualidades ofensivas e técnicas". ■

Juniores na final

A SELECÇÃO de Portugal de juniores "B" (sub-16) disputa hoje a final do Torneio Internacional de Israel, tendo como adversária a Suécia. Na jornada anterior, disputada anteontem, Portugal goleou Malta, por 5-0.

Hoje, também em Israel, a selecção de Portugal de juniores "A", que na jornada anterior empatou com a Suíça (1-1), defronta a selecção israelita em jogo de atribuição do 3.º e 4.º lugar. Nesta categoria, a final é disputada entre a Suécia e a URSS. ■

Rosa brilhante

ROSA MOTA, denotando uma forma espectacular, venceu a S. Silvestre da Amadora. "Passeando" a sua classe nas ruas daquela cidade, Rosa foi entusiasticamente aplaudida por milhares de pessoas. Rosa Oliveira, do Sporting de Braga, cortou a meta em segundo lugar, 1m e 17s depois da campeã olímpica.

Feliz por ter vencido pela primeira vez esta "clássica" de estrada, Rosa Mota mostrou ter aproveitado bem o ano de descanso a que se votou em 1989. Descontente com a sua exclusão da selecção que esteve em Barcelona, Rosa Mota prometeu uma época em cheio.

Na prova masculina, Domingos Castro venceu pela terceira vez consecutiva, acelerou quando lhe pareceu necessário, relegando o seu irmão Dionísio para a segunda posição, a 2m e 11 s. António Ponte, do Benfica, reapareceu lutando bem, conquistando o terceiro lugar a 20 s. de Dionísio Castro. ■

Valente em Barcelona

O ÁRBITRO português Rui Valente, de Lisboa, foi nomeado pela Federação Internacional de Basquetebol para segundo juiz do encontro que se disputa esta noite entre o Barcelona, de Espanha, e o FKS Lech, da Polónia, a contar para a Taça dos Clubes Campeões Europeus (masculinos).

O primeiro juiz do encontro é o grego Athanasios Giohaus. ■

PROTAGONISTA

Francisco Azevedo e Silva

Charme discreto

FERNANDO FARIA de Oliveira é um dos, poucos, representantes da esquerda PSD no actual Governo. Engenheiro mecânico, muito ligado ao grupo de gestores do IPE, onde foi administrador até ser chamado para secretário de Estado no Ministério chefiado por Miguel Cadilhe, tem uma presença discreta, considerada eficiente e onde o lado social prevalece geralmente sobre o liberal.

Ao entrar no segundo Governo de Cavaco Silva, Faria de Oliveira tinha já definida a sua principal tarefa: coordenar as privatizações. À sua chamada para as Finanças foi vista como uma tentativa de compensar o pendor de mercado dominante naquele Ministério. Com uma coexistência nem sempre pacífica com Miguel Cadilhe, em que o ministro chegou a classificar uma intervenção pública do seu secretário de Estado como uma espécie de manobra para despistar os jornalistas, Faria de Oliveira acabaria por ser rearrumado, desiludindo assim aqueles que julgavam inevitável a saída do secretário de Estado. Nessa reestruturação do Ministério, Faria de Oliveira não sai perdedor, tiram-lhe o Tesouro (assumido por Carlos Tavares, homem próximo de Cadilhe), mas sobe na hierarquia: passa a ser secretário de Estado Adjunto do Ministro das Finanças e mantém a sua principal tarefa: privatizar.

A privatizar parece, contudo, mais moderado que o seu ministro. Em Maio do ano passado, este último anunciava na Exposseguros a quase exclusividade das privatizações a 100 por cento em 1990. Em afirmações ao PÚBLICO, divulgadas nesta mesma página, Faria de Oliveira dá uma ideia um pouco diferente sobre o processo, quer quanto ao ritmo quer quanto ao número de empresas a alienar. Isto ao abrigo da nova lei quadro das privatizações que se encontra em discussão na Assembleia da República e onde as negociações pelo PSD estão a cargo de Rui Machete, um homem do grupo de Faria de Oliveira.

A condução desta área promete, assim, uma certa homogeneidade entre as pretensões da secretaria de Estado e as prioridades a dar pelo PSD, quanto a esta matéria, na Assembleia da República, o que não isentará Faria de Oliveira de algumas críticas.

A primeira prende-se com a falta de calendarização do processo. As alienações são decididas pontualmente, em função do que é considerado oportuno no momento, não se vislumbrando uma lógica na sequência das escolhas. Verdade seja dita que as decisões assim tomadas não têm impedido o sucesso do Estado nas vendas aos privados.

Assim, tudo indica, apesar das expectativas goradas de alguns agentes económicos, que também desta feita Faria de Oliveira se sairá bem das suas funções governativas, área onde aliás é repetente: com Mário Soares foi secretário de Estado Adjunto do Vice Primeiro Ministro (Rui Machete) e antes havia sido secretário de Estado da Exportação com Pinto Balsemão. A sua primeira experiência profissional fê-la também na gestão pública, mas no sector empresarial, tendo passado pela Sorefame, Siderurgia Nacional (onde foi membro do conselho de gerência, de 1980 a 83) e, entre duas secretarias de Estado, exerceu a vice-presidência do IPE. ■



ECONOMIA

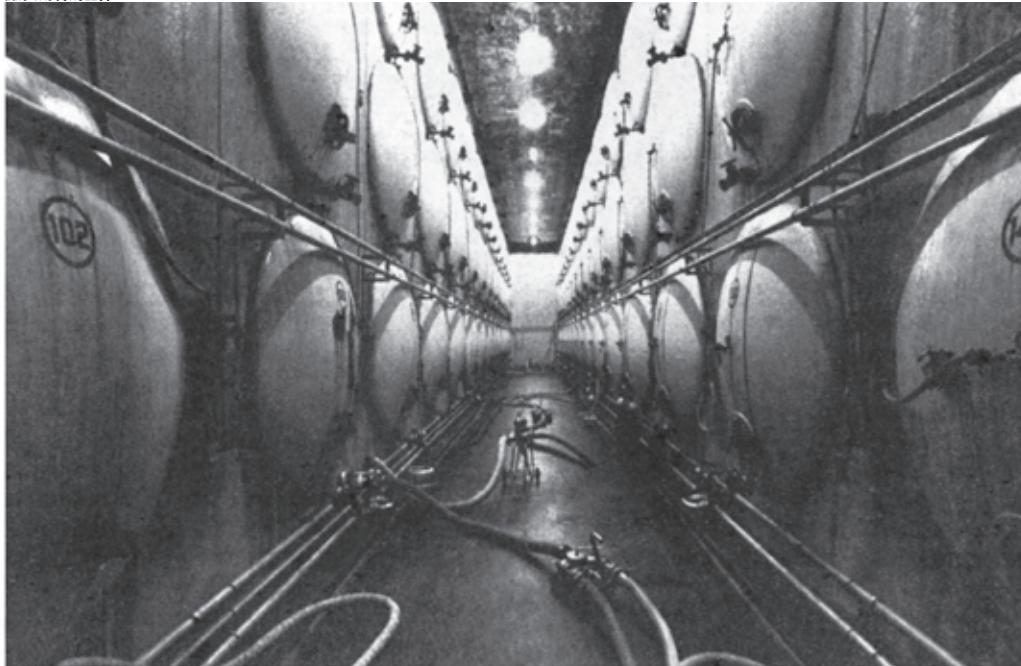
Governo muda estratégia

Privatizações em banho-maria

João Cândido da Silva e Cristina Ferreira

O pano sobe no processo de privatizações e a Unicer será a primeira de sete empresas em cena em 1990. No segundo trimestre, o Estado venderá os 51 por cento de acções que ainda detém. Seguem-se o BPA e o BTA.

LUIS VASCONCELOS



O Banco Português do Atlântico (BPA), a Cimpor, a Centralcer e a Sociedade Nacional de Armadores de Bacalhau (SNAB) foram as empresas escolhidas pelo Governo para serem privatizadas em 1990, mas apenas as duas últimas o serão a cem por cento. Esta decisão veio furar as expectativas dos investidores que esperavam a generalização daquela regra a todas ou pelo menos à grande maioria das empresas, depois de Miguel Cadilhe ter afirmado na Exposseguros, em Maio do ano passado, que as privatizações a realizar em 1990 incluiriam a totalidade do capital das empresas.

Faria de Oliveira, Secretário de Estado Adjunto e das Finanças, afirmou ao PÚBLICO ser "provável" que apenas três das quatro empresas que alienaram já 49 por cento do seu capital ao público (Unicer, BTA, Aliança Seguradora e Tranquilidade) privatizem os restantes 51 por cento ainda nas mãos do Estado, durante 1990. Final de Março ou princípio de Abril é a data marcada para o reinício do processo.

A Cimpor verá uma parcela do seu capital, inferior a 50 por cento, ser colocada no mercado, enquanto no caso do BPA, a privatização decorrerá em duas fases, faltando ainda definir se na primeira tranche da operação o Estado venderá a maioria das acções do banco nortenho ou se manterá o con-

trolo do banco durante mais alguns meses. Com os olhos postos nestas duas privatizações estão já alguns grupos económicos nacionais e estrangeiros. Sabe-se que o grupo Ciments Français, a Ashland e o Banesto demonstraram já interesse pela Cimpor, enquanto que a tomada de uma posição por Belmiro de Azevedo no BPA é dada como certa.

Entre os estrangeiros que poderão estar interessados em entrar no BPA contam-se o grupo francês AXA-Midi, que manteve no último ano conversações com o banco do norte e a Sonae com vista a entrar no mercado financeiro português.

Contactado pelo PÚBLICO, Belmiro de Azevedo considerou ser "ainda cedo para tomar uma posição". Mas, o seu interesse é implícito ao acrescentar que "tudo dependia do produto em causa, bem como do calendário da privatização". O abandono da corrida apenas será certo no caso da privatização ser inferior a 50 por cento.

Sobre a ligação do grupo Sonae aos franceses do AXA-Midi, Belmiro de Azevedo reconhece existirem contactos privilegiados entre os dois grupos.

De notar que o valor a que chegaram os avaliadores do BPA e da Cimpor são elevados, apontando-se para um montante próximo, nos dois

casos, dos 140 milhões de contos.

Relativamente à Centralcer, a primeira a colocar na iniciativa privada a totalidade das acções, o grupo belga Unibra, que se encontra associado aos portugueses das Carnes Nobre, está disposto a entrar na corrida. Outros interessados são as cervejeiras brasileiras Brahma e Antártida, a Carlsberg, a Heineken e Luis Vinhas da Parfil, "holding" que controlava o capital da Sociedade Central de Cervejas antes das nacionalizações.

A Sociedade Nacional dos Armadores de Bacalhau será também privatizada totalmente. O valor base de cada acção deverá variar entre 1500 e 1600 escudos, segundo fontes ligadas ao processo de avaliação que está a ser conduzido pela ESSI e BPI.

BTA no segundo semestre

Quanto aos 51 por cento do capital do Banco Totta e Açores que ainda pertencem ao Estado, prevê-se a sua alienação para o início do segundo semestre. A OPV deverá ser o processo escolhido, e o grupo José Roquette/Banesto é um dos concorrentes certos à conquista de uma posição maioritária no banco.

Também a Unicer será privatizada em 90. A alienação refere-se aos restantes 51 por cento do capital, ainda detido

pelo Estado e terá como pretendentes os actuais accionistas da empresa, os colombianos da Bavaria e o grupo Quintas & Quintas.

Ainda durante este exercício terá lugar a privatização dos restantes 51 por cento do capital de uma das duas seguradoras que foram a leilão no ano passado, sendo provável que a Aliança Seguradora seja a primeira a avançar. Entre os interessados destacam-se os franceses da Union des Assurances de Paris (UAP), que representam no Conselho de Administração um núcleo duro que controla mais de 25 por cento do capital social total da companhia.

Para nenhuma das empresas referidas se prevê o processo de alienação das acções pela via da negociação directa. A Quimigal, a Portucel, a Siderurgia Nacional, a Setenave, a Transinsular, a Rodoviária Nacional, os TLP, a Companhia das Lezírias e as Companhias Reunidas de Comércio de Bacalhau eram as restantes empresas cuja privatização estava prevista para 1990.

Em fase adiantada está o processo da Quimigal, que já autonomizou três das suas áreas de negócios. No caso da Petrogal, a prioridade na alienação foi já manifestada por Faria de Oliveira e também pelo Ministro da Indústria, Mira Amaral. O capital a alienar poderá ir até aos 49 >>

ACREDITE, SE LER NO EXPRESSO.

Mesmo quando a realidade ultrapassa a ficção, o leitor do EXPRESSO acredita no que lê: sabe que uma investigação profunda dos factos apurou exhaustivamente a sua veracidade.

É esta paixão pela realidade em permanente evolução que obriga o EXPRESSO — o mais antigo semanário português — a uma inovação permanente. Com efeito, não lhe basta ser o número 1. Depois de ter sido o primeiro semanário no país a editar uma Revista, o EXPRESSO é agora o único a oferecer aos seus leitores quatro cadernos autónomos que permitem organizar e classificar os grandes temas da Informação — Política Nacional, Internacional, Economia e Desporto — além do Cartaz (agora renovado), que oferece uma panorâmica sobre os espectáculos e acontecimentos culturais.

Quanto mais complexo se torna o mundo em que vivemos, tanto mais o EXPRESSO se transforma num mundo de informação, onde a verdade do que acontece é dada a ler e a ver, semana a semana, a centenas de milhares de leitores.



Expresso

UM JORNAL DE CONFIANÇA

Negócios a Norte

Brasileiros nos têxteis

Luisa Bessa

O sector têxtil parece ter escolhido reconverter-se pelas vendas. Um grupo estrangeiro está a tentar fechar a compra de três empresas sediadas no norte do País. A concorrência promete ser renhida em toda a Europa e Bruxelas já tem o seu lobby.



Mindelo, Lordelo e D.Ferreira mudam de mãos

Um grupo brasileiro quer comprar três empresas têxteis portuguesas: Têxtil do Mindelo, Fábrica de Lanifícios do Lordelo (no Porto) e Têxtil D. Ferreira (de Arcozelo, Vila Nova de Gaia). Segundo fontes contactadas pelo PUBLI-

CO, o negócio já está fechado no caso do Lordelo e o que se encontra em fase mais atrasada é o da D. Ferreira.

Já há bastante tempo que era conhecido o interesse de um grupo brasileiro na Textil do Mindelo, para quem, aliás, a empresa já estaria a produzir, sob contrato, tecido para

"jeans". A Textil do Mindelo fabrica, essencialmente, sarja e ganga "indigo" mas sem a qualidade que outras congéneres conseguem oferecer. A empresa encontra-se em situação económica difícil, com dívidas acumuladas à banca (em especial ao Pinto & Sotto Mayor) e aos trabalhadores. O seu administra-

tor e principal accionista Rodrigo Carvalho tem afirmado que a empresa tem condições para realizar uma facturação de cinco milhões de contos por ano, mas na realidade tem-se quedado pelos 2,5 milhões.

Mais grave é a situação da Lanifícios do Lordelo, que produz cobertores e outros tecidos de lã mas está muito envelhecida tecnologicamente (uma boa parte do seu equipamento data do início do século). É opinião generalizada que quem comprar a Lordelo tem em vista o aproveitamento das instalações para o

imobiliário, dado ocupar um vasto terreno numa zona do Porto próxima da Avenida da Boavista, e, na melhor das hipóteses, a transferência da unidade fabril para outro local. A Fábrica do Lordelo é propriedade do Banco Borges & Irmão, a cujo grupo económico pertencia antes do 25 de Abril.

A D. Ferreira, de Arcozelo, é uma tecelagem, que produz, nomeadamente, tecido para camisa. Curiosamente, já pertenceu ao mesmo grupo que detinha o Mindelo, mas hoje está na posse da banca (Pinto & Sotto Mayor), que procedeu ao saneamento financeiro, sem ter efectuado, porém, qualquer investimento.

A identidade do grupo brasileiro tem sido mantida no anonimato por todos os intervenientes no processo. O contacto efectuado pelo PÚBLICO permitem-nos garantir apenas que não se trata do grupo D. Isabel, que chegou a ser noticiado como estando interessado no Mindelo, nem da Staroup, que tem já uma fábrica a funcionar em Viana do Castelo. Staroup que está, aliás, a bater-se por uma posição de destaque no nosso mercado interno e externo, como o prova o facto de ter já garantido um dos maiores stands da Portex Outono/Inverno, que se realiza em Janeiro próximo na Exponor.

Recorde-se que um outro grupo brasileiro, liderado por um português, radicado há mais de 40 anos no Brasil, adquiriu recentemente a FIL (Fiação de Leça), que passou a adoptar o nome da casa mãe: Coind, Investimentos e Consultoria.

Riopele seduzida

A RIOPELE foi a única empresa convidada para pertencer ao "clube das grandes empresas" têxteis europeias, com sede em Bruxelas.

O convite à Riopele foi dirigido ao administrador José da Costa Oliveira, que ainda não decidiu sobre a resposta a dar ao "clube dos ricos". A empresa pretende, segundo apurámos, conhecer melhor os objectivos da nova associação, cujo principal impulsionador é o francês Julien Charlier, da DMC.

Os promotores da iniciativa pretendem reunir as mais poderosas empresas europeias do sector, de preferência com facturação superior a 60 milhões de contos, muito longe portanto dos 13 milhões da Riopele (números de 1988).

Refira-se apenas que os objectivos da associação são, essencialmente, a constituição de um "lobby" de pressão política com influência em Bruxelas. Não será por acaso que pretendem ter como "cabeça de cartaz" uma figura influente como Raymond Barre.

PUBLICIDADE

meios para atingir fins

ARTE

JÁ VIU ALGUÉM SUBIR UM ESCADOTE PARA REPARAR UM SATÉLITE?... CLARO QUE NÃO!

ELE NÃO PODE AVARIAR!

NÓS FABRICAMOS OS SATÉLITES E UTILIZAMOS ESSA TECNOLOGIA NAS NOSSAS CENTRAIS TELEFÓNICAS

BELCOM-DT DIGITAL

Directamente do Japão, para si!...
A Central Telefónica mais avançada do Mundo

5 ANOS GARANTIA

VANTAGENS:

- N.º de telefones ilimitados (memórias) faz todas as chamadas por si (até 40 ordens em simultâneo).
- Completa gestão financeira (software empresas, hotéis e particulares com a informação dos custos tratada).
- Atenda uma chamada recebida pela central BELCOM-DT em qualquer parte do mundo.
- Actualização e revalorização (hibrido-celular programável a novas funções).
- Robot electrónico, multi-sistema com scanning, I.S.B.D.I.N. voz e dados.
- Modular, capacidades pequenas, médias e grande porte (de 2 a 10.000 extensões).
- Economia mensal em cerca de 30% em relação a sistemas convencionais.

APROVADO C.T.T./T.L.P. DECRETO LEI N.º 432/88

E EM MAIS DE 150 PAÍSES NOS CINCO CONTINENTES.

CONTACTE-NOS SEM COMPROMISSO: *a Beltrónica*

LISBOA: R. DR. JOSÉ BATISTA DE SOUSA, 27 — 1500 LISBOA • TELEF.: 714 25 11 (15 LINHAS) • FAX 714 20 95 • TELEX 15824
PORTO: TELEF.: 69 87 79/69 88 59 • LEIRIA: TELEF.: 3 58 86/3 58 97 • COVILHÃ: TELEF.: 3 32 24/3 31 74

Contas difíceis para 1992

1992 NÃO é só o "ano mágico" para a Europa. Para Portugal essa magia também traz dores de cabeça. Na contagem final para assumir a presidência das Comunidades Europeias, Portugal tem contas de milhões a fazer para garantir o funcionamento de uma complexa estrutura a montar: 2000 funcionários a formar e um custo que vai já em mais de 16 milhões de contos.

A dois anos da presidência das Comunidades Europeias, os responsáveis pela construção do Centro Cultural de Belém admitem já um atraso de dois meses face ao "timing" inicialmente previsto, o "recrutamento" da vasta equipa de técnicos de apoio à presidência vai agora começar, mas o Secretário de Estado da Integração Europeia mostra-se confiante quanto aos prazos a cumprir.

Em declarações ao PÚBLICO, Victor Martins afirmou estar "convicto" de que o Centro Cultural de Belém estará concluído no final de 1991, de modo a que Portugal assuma a presidência no primeiro semestre do ano seguinte. "A vontade de quem o está a construir é de que no final de 1991 o edifício esteja pronto", afirma Victor Martins.

A empresa responsável pela construção do edifício, que adoptou a mesma designação de Centro Cultural de Belém, SGII, SA, calcula actualmente que o atraso já verificado face a obstáculos imprevistos, como o tipo de solo onde foram colocadas as fundações, ronda os dois meses. O Centro Cultural, que é hoje o projecto de maior envergadura em construção no país - em custos, só é ultrapassado pela nova sede da Caixa Geral de Depósitos, que já passou largamente a estimativa de 25 milhões de contos - não tem uma vida fácil face ao mapa de prazos a cumprir e às verbas a aplicar.

País em conselho

Depois de uma tentativa falhada de apoio socilitado à Comunidade este ano (no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional-PDR), a única solução de financiamento ficou no Orçamento de Estado. É através dele que são concedidas as verbas e, embora o tempo de construção seja o mais curto de sempre para uma obra com as dimensões previstas, os seus custos não param de crescer. Inicialmente estimado em 12 milhões de contos, o Centro já vai nos 13,5 milhões e caminha para os 16 milhões, após o reforço de verba aprovado na discussão do OE para 1990.

A leitura que o Executivo faz hoje desse apoio financeiro

recusado está longe das expectativas que levou até Bruxelas, quando apresentou o projecto. Segundo Victor Martins, "não era uma prioridade absoluta e tratando-se de uma coisa do nosso património histórico e cultural, mal seria se nós tivéssemos de depender do sim ou do não de Bruxelas nessa matéria. Isso é assunto para tomarmos nas nossas mãos".

Apesar do Centro Cultural de Belém se apresentar como a "expressão física mais importante da presidência", o Governo não tenciona, contudo, concentrar neste local os cerca de 15 Conselhos de Ministros informais a realizar durante o primeiro semestre. A ideia é "disseminá-los pelo país, aproveitando as infraestruturas já criadas nas principais cidades", ficando reservado para Lisboa o Conselho Europeu e "mais um ou dois Conselhos".

Formação "presidencial"

Quanto à equipa de pessoal de apoio à presidência, os últimos números oficiais rondam os dois mil. Deste total, cerca de 1700 iniciam cursos de formação específica já no decurso deste ano. Neste grupo incluem-se 200 pessoas que "deverão estar prontas para liderar os comités e grupos de trabalho", e cujo trabalho de formação deverá ser ministrado pelo Instituto Europeu da Administração Pública, sediado em Maestricht, na Holanda, especialmente vocacionado para dar cursos de formação em assuntos comunitários. Quanto aos restantes 1500, de quem se espera "estar plenamente a par de todos os assuntos comunitários", frequentarão cursos de formação no Instituto Nacional de Administração (INA).

Para a formação deste contingente, as verbas até agora reservadas cifram-se numa dotação orçamental que não ultrapassa os 150 mil contos e inscrita no Orçamento do próximo ano. Estão, todavia, previstas verbas provenientes do Fundo Social Europeu para apoio a estas acções, apesar do "esforço financeiro essencial saia do OE".

A estratégia a seguir para a formação profissional terá como base de trabalho um relatório realizado há cerca de três meses no Ministério dos Negócios Estrangeiros e um outro que deverá ficar concluído até ao final desta semana, coordenado pela Direcção-Geral das Comunidades Europeias. Para coordenar este processo, será nomeada, em breve, uma equipa de cinco elementos, liderada pelo embaixador Hall Themido. ■

Lurdas Ferreira

Previsão anual

Novas no comércio externo

O DÉFICE comercial português atingiu em 1989 os 810 milhões de contos (o que se traduz num agravamento de dez por cento face ao valor de 1988) e reflecte um abrandamento face à tendência registada nos dois últimos anos em que o défice, avaliado em escudos, e segundo os últimos dados do INE, sofreu agravamentos de 81 e 50 por cento. A estimativa destes valores é oficial e consta de um estudo interno do Governo a que o Público teve acesso.

Apesar do comportamento desfavorável da balança comer-

cial em 1988 (que fazia antever um ainda maior agravamento das contas externas em 1989) os dados finais do comércio externo acabam por apontar um cenário mais positivo do que o que chegou a estar previsto. As exportações aumentaram 6,5 por cento cumprindo o objectivo da versão revista do Plano de Correção Estrutural do Déficit Externo (PCEDED) e as importações cresceram 8,5 por cento, o que significa menos meio ponto do que se admitia como provável nessa versão e menos um ponto do que chegou a estar

previsto pelo Conselho Nacional do Plano.

O excelente comportamento das exportações, que em volume cresceram 20 por cento, conjugado com o abrandamento do crescimento das importações (apenas 12,6 por cento) é reflectido pelo acréscimo da taxa de cobertura das importações de 68,3 por cento para 71,4.

Apesar disso o agravamento do défice comercial foi muito superior ao registado no primeiro semestre do ano (escassos dois por cento) o que faz antever uma deterioração do sal-

do das Transacções Correntes - que o Banco de Portugal estima ser ao longo do primeiro semestre de 24 por cento - bastante superior ao previsto uma vez que nem as remessas de emigrantes nem as receitas do turismo apresentaram grande variação face ao ano anterior.

Não se antevê, contudo, qualquer deterioração da balança de pagamentos, uma vez que os maus resultados das transacções correntes são mais do que compensados pela forte dinâmica da balança de capitais cujo superhavit não parou de crescer. Este resultado é possível em virtude do aumento do investimento directo estrangeiro, do acréscimo das ajudas comunitárias e do crescente afluxo de capitais externos atraídos pelas altas taxas de juro. ■

Graça Franco

Fazemos o Mercado à sua Medida

Com uma experiência de 42 anos, no sector da informação para a Gestão, e uma Base de Dados de mais de 300 000 empresas, oferecemos-lhe um conjunto de NOVOS SERVIÇOS para apoiar as suas estratégias de marketing, de que destacamos:

- Assessoria comercial
- Definição e implementação de estratégias de DIRECT-MARKETING
- Estudos sectoriais
- Selecção de empresas e mercados

Contacte a Direcção de Estudos Económicos, para mais informações



MOPE

DIRECÇÃO DE ESTUDOS ECONÓMICOS

LISBOA - RUA DE SANTA MARTA, 43 E/F - 4.º • 1100 LISBOA • TEL. 52 29 96 BA • TELEX 64060 MOPE • TELEFAX 52 98 67
PORTO - RUA GONÇALO CRISTÓVÃO, 183 • 4000 PORTO • TEL. 284 68 BA • TELEX 27053 MOPEP • TELEFAX 32 50 59

Aquarius garante Torralta...

A AQUARIUS, que deverá ficar com a maioria da Torralta a partir da sua próxima Assembleia Geral, não terá 50 por cento do seu capital nas mãos de estrangeiros, porque o Governo a isso se opôs. A Socifa, que lidera o processo que pretende recuperar o grupo turístico, chegou mesmo a reunir com o ministro do Comércio e Turismo, Ferreira do Amaral.

A pressão do executivo e ainda a morte de António Vasconcelos, em Agosto do ano passado, no naufrágio de um ferry-boat no Tamisa, acabaram por determinar que a Aquarius fosse totalmente constituída por capitais portu-

gueses. António Vasconcelos era um português radicado em Londres muito ligado a fundos internacionais, nomeadamente árabes e espanhóis. Colaborador regular da Socifa, aquele economista foi encarregado de encontrar um grupo de financiadores para o projecto Torralta, o que conseguiu. Após o acidente, o dados ficaram alterados e a Socifa virou-se para Portugal para formar a Aquarius.

O interesse da Socifa pela Torralta começou em Junho. Para Albino Moutinho "o turismo é o sector que mais pode subir no nosso país nos próximos anos". O plano de viabili-

zação da empresa tinha um ponto fundamental: a negociação da dívida com a banca, que atingia mais de seis milhões de contos. Este ponto era particularmente importante porque permitia a libertação do património da empresa, preso por uma "hipoteca global". A tomada de participações no capital da Torralta por parte da Aquarius era também considerada indispensável.

Antes disso, foi necessário chegar a acordo com a Seguranga Social, para uma moratória na liquidação dos 4,5 milhões de contos em débito. Esse acordo foi possível, tendo a Torralta liquidado mais de 650 mil contos

a pronto e conseguido um prazo de 10 anos para pagar o resto. O financiamento para esta operação foi conseguido com a venda de 13,5 dos 37,2 por cento de capital que a Torralta detia na Sointal - proprietária dos três casinos do Algarve - à Aquarius. Esta empresa, entretanto, adquiriu mais 33 por cento do capital da empresa de jogo, pelo que, em conjunto com a Torralta, pode vir a controlar mais de 70 por cento do jogo algarvio. O negócio previa uma cláusula de opção de recompra por parte da Torralta, se a operação falhasse. Salvor, Delfinus e CHT foram também participadas pela Aquarius.

Até 15 de Novembro, desenvolveram-se os esforços de acordo com a banca comercial, liderada pelo BNU, e ainda com a CGD. A Aquarius acabou por chegar a uma solução, adquirindo os créditos de mais de seis milhões de contos por pouco mais de 3,5 milhões. A Aquarius passa assim a ser a grande credora da Torralta. Em simultâneo comprava lotes de acções da Torralta, vindo a conseguir reunir mais de 19 por cento do seu capital, operação que ultrapassou os 1,5 milhões de contos.

Foi a altura de substituir o capital estrangeiro por nacionais. A Aquarius ficou então constituída por cinco grandes accionistas: grupo Lacto, José da Silva Domingues, Fernando Cunha Barros, Manuel Barroso (todos com 12,5 por cento) e a

Real Seguros, com 10 por cento. O resto do capital está disperso por vários accionistas, como a Longa Vida e a Polimaia.

Na próxima assembleia da Torralta, a Aquarius vai apresentar-se como accionista e propor um aumento do capital da empresa de oito para 13 milhões, por incorporação de parte dos créditos de que é possuidor, o que lhe dará mais de 50 por cento das acções.

Controlado a maior parte do passivo, faltará regularizar os débitos para com os pequenos investidores e os fornecedores, para o que Albino Moutinho promete "encontrar critérios equilibrados e prioridades", mas sem deixar de afirmar que "a recuperação da empresa exige alguns sacrifícios a todos". ■

Rogério Gomes



ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUENSE

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

INTER-EMPRESAS (1º trimestre)

GESTÃO E ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

- GEE4 - ANÁLISE CONCORRENCIAL
- GEE7 - PRIVATIZAÇÕES
- GEE8 - JOINT-VENTURES
- GEE11- RELAÇÕES ECONÓMICAS PORTUGAL-ESPAÑA
- GEE12- RELAÇÕES ECONÓMICAS PORT.-AMÉRICA DO NORTE
- GEE14- RELAÇÕES ECONÓMICAS PORTUGAL-ÁSIA
- GEE18- CORPORATE TURNAROUND
- GEE19- GESTÃO DE EMPRESAS

FINANÇAS EMPRESARIAIS

- FE2 - LEGISLAÇÃO DO MERCADO DE CAPITAIS
- FE6 - FUTUROS DE MERCADORIAS E OPÇÕES
- FE11 - FISCALIDADE PARA NÃO ESPECIALISTAS
- FE15 - CONTABILIDADE INTERNACIONAL
- FE17 - CONTABILIDADE GERAL PARA NÃO ESPECIALISTAS

QUALIDADE

- Q5 - AUDITORIA DA QUALIDADE

COMERCIAL / MARKETING

- CM7 - GESTÃO COMERCIAL
- CM9 - GESTÃO DE CLIENTES
- CM10 - GESTÃO DO COMÉRCIO RETALHISTA
- CM12 - MERCHANDISING
- CM13 - FRANCHISING
- CM14 - AUMENTAR EFICÁCIA DA FORÇA DE VENDAS
- CM20 - PSICOLOGIA E TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO
- CM24 - SUCCESSFUL EXHIBITIONS

PRODUÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS

- PNT7 - LEGISLAÇÃO COMUNITÁRIA EMPRESARIAL
- PNT11- PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS EM EMP. INDUSTRIAIS
- PNT13- CONTROLO POR COMPUTADOR DE PROCESSOS INDUST.

RECURSOS HUMANOS / DESENVOLVIMENTO PESSOAL

- RH7 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
- RH9 - TÉCNICAS DE ENTREVISTA
- RH12 - GESTÃO ADMINISTRATIVA/JURÍDICA DE ACIDENTES DE TRABALHO
- DP18 - FALAR EM PÚBLICO
- DP20 - TÉCNICAS DE ATENDIMENTO

SECRETARIADO

- S5 - A SECRETÁRIA E AS FINANÇAS EMPRESARIAIS
- S6 - A SECRETÁRIA E OS RECURSOS HUMANOS
- S7 - A SECRETÁRIA E O MARKETING

DATA	DURAÇÃO
MAR	8H
FEV	8H
MAR	8H
JAN	8H
FEV	8H
MAR	8H
MAR	8H

MAR	10H
MAR	10H
MAR	30H
FEV	8H
FEV	30H

MAR	20H
-----	-----

JAN	10H
FEV	8H
MAR	10H
JAN	10H
JAN	10H
MAR	30H
MAR	20H
FEV	8H

MAR	10H
FEV	10H
JAN	150H

FEV	20H
FEV	8H

JAN	10H
MAR	20H
JAN	20H

MAR	20H
FEV	20H
FEV	20H

122 - normagem

INFORMAÇÕES

DIVISÃO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
Associação Industrial Portuense
EXPONOR - Parque de Exposições do Norte
LEÇA DA PALMEIRA - 4450 MATOSINHOS
TELEF. 9958337 / 9958387 / 9958382 - TELEX: 29182 AIPFOR P

...pequenos accionistas reúnem amanhã

OS REPRESENTANTES do Grupo do Norte, que reúne os pequenos accionistas da Torralta, vão ser recebidos amanhã em Lisboa pelo presidente do conselho de administração, Agostinho da Silva, com o objectivo de discutir o acordo de viabilização da empresa celebrado com a Socifa.

No caso de os pequenos accionistas serem completamente afastados deste acordo, "a Socifa e os associados terão feito um mau negócio", isto no entender de Fernando Augusto Morais, um dos líderes do Grupo do norte. Se as negociações de amanhã não trouxerem resultados concretos, "pediremos a convocação de uma Assembleia Geral e assumiremos o controlo da administração da Torralta, porque temos poderes para isso, com 36 por cento de capital social nas mãos somos nós que mandamos na empresa.

Acordo à vista

Augusto Morais mostra-se confiante num acordo com a administração da Torralta na reunião de amanhã, "porque a própria Socifa tem interesse nisso". Se não houver acordo, o Grupo pode assumir o controlo da empresa ou então "vender as suas acções a uma grande sociedade financeira que está muito interessada. Neste caso será o comprador da nossa posição que irá convocar uma Assembleia Geral e entrar na administração." A partir daqui a guerra será entre o novo accionista e a Socifa. A hipótese de convocação de uma assembleia com o objectivo de dissolver a Torralta e fazer a partilha dos bens entre os accionistas é outra das hipóteses adiantada, caso "não haja diálogo".

A Socifa detém já 17,8 por cento da Torralta através da compra de 2 por cento a Agostinho da Silva e da parti-

cipação da Albar, Sociedade Imobiliária do Barlavento Algarvio. Está assim em posição de assumir o controlo da empresa e poderá atingi-lo se os créditos que comprou forem transformados em capital social.

Os dirigentes do Grupo do Norte dizem que o aumento de capital de 8 para 13 milhões de contos através da conversão dos créditos já adquiridos não se pode realizar sem o acordo dos restantes accionistas. "O artigo 6 dos estatutos só permite elevações de capital de 3 milhões de contos sem o acordo geral. A actual administração já está autorizada no âmbito das negociações com a Socifa, a elevar o capital social da Torralta para 13 milhões de contos e mais tarde para 20, mas não o poderá fazer. Para já só pode aumentar para 11 milhões".

Augusto Morais considera que os negócios acordados entre a Socifa e Agostinho da Silva, a verificar-se o aumento de capital de 8 para 13 milhões de contos, permitiriam o controlo de 51 por cento da Torralta (6,5 milhões de acções), 80 por cento da Salvor, 71 da Sointal, 100 por cento da Soberana, 51 da Delfinus, 82 dos Casinos Hotel Tróia, 96 da Anglopor, 68 da Hotelcar, 99 por cento da Indeur e 71 por cento das acções da Retur.

"Segundo uma avaliação da Socifa, a Torralta teria um valor patrimonial de 120 milhões de contos," diz-nos Augusto Morais. "Mas como é possível comprar uma empresa de 120 milhões de contos, com 13 milhões de contos que é a verba envolvida no acordo que prevê o aumento do capital social de 8 para 20 milhões a médio prazo? Se a Socifa comprou créditos detidos pela banca, não fez mais do que assumir a posição contratual desses credores". ■

José Gomes Ferreira

O TEMPO



Hoje

No Continente:

Regiões do Norte: céu muito nublado, com abertas durante a tarde; vento geralmente fraco do quadrante Oeste; aguaceiros fracos, em especial durante a manhã, e chuviscos, no litoral, para o fim do dia.

Regiões do Centro e Sul: céu muito nublado, diminuindo de nebulosidade para a tarde; vento geralmente fraco do quadrante Oeste; aguaceiros fracos, em especial durante a manhã.

Estado do mar: na costa Ocidental, mar de peque-

na vaga; ondulação noroeste, de dois a três metros. Na costa Sul: mar de pequena vaga; ondulação inferior a um metro.

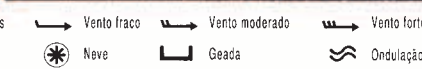
Nos Açores:

Em todos os grupos: céu geralmente muito nublado; vento noroeste moderado, soprando por vezes forte; aguaceiros.

Estado do mar: cavado, com ondulação noroeste de quatro a cinco metros.

Na Madeira:

Períodos de céu muito nublado; vento geralmente fraco do quadrante Norte; aguaceiros fracos.



Estado do mar: na costa Norte, mar de pequena vaga; ondulação sudoeste de um metro. Funchal: períodos de céu muito nublado; vento geralmente fraco.

Amanhã

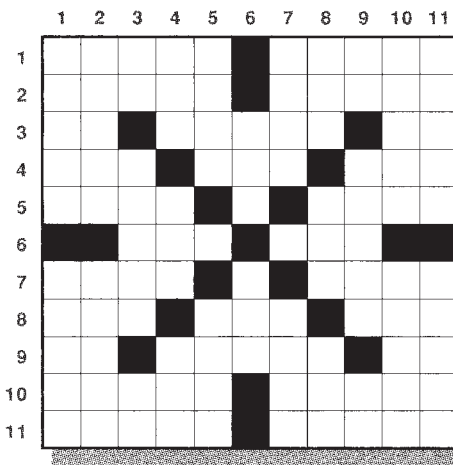
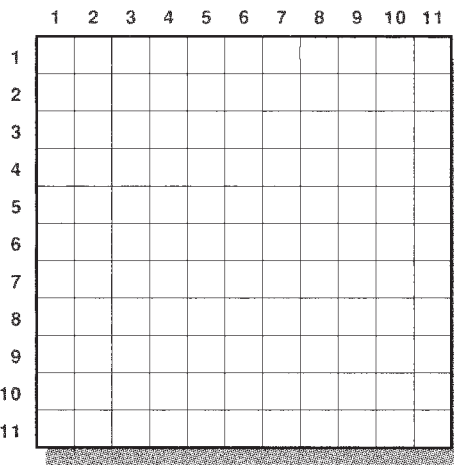
Regiões do Norte: céu muito nublado; vento sul, fraco ou moderado; períodos de chuva, em especial no litoral.

Regiões do Centro e Sul: céu pouco nublado, tornando-se muito nublado, a partir da manhã; vento do quadrante Sul fraco ou moderado; períodos de chuva fraca.



Isóbaras Anticiclone Depressão
Frente quente Frente fria Frente oclusa

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS 1 — Elite; cavalo de pelo branco com malhas escuras e redondas. 2 — Losango; coe. 3 — S. q. do ruténio; bloco de barro amassado com areia em forma de tijolo e seco ao sol; duas consoantes. 4 — Base área nacional; origem; abrev. de catálogo. 5 — Grupo alegre de homens e mulheres que, na época própria, se dirige para o Alto Douro, onde procede às vindimas; metamorfose. 6 — Pequeno círculo; maior. 7 — Cidade santa dos muçulmanos; pau de urze com a respectiva raiz (prov.). 8 — Segure; pedra (bras.); solitários. 9 — Planta liliácea oriunda da China; aguce; s. q. do rádio. 10 — Órgão rudimentar da visão que existe em certos animais; inventar. 11 — Moradia de família nobre; celibatário.

VERTICAIS 1 — Erro; brenhas. 2 — Mata de castanheiros; relativo à moral. 3 — S. q. do cúrio; título do imperador da Etiópia; artigo antigo. 4 — Grande vaso de barro usado pelos romanos para a mistura dos vinhos; pedra benta sobre a qual o sacerdote põe o cálix e a hóstia; flanco. 5 — Lama; líquido que corre de certas úlceras. 6 — Ovário de peixes; joieira. 7 — Pequena pedra; baú. 8 — Gaste; embocadura; unidade de trabalho no sistema CGS. 9 — Antes de Cristo (abrev.); de preços elevados; seguia. 10 — Novidades; malogram. 11 — Poente; planta rasteira, cultivada nas hortas e nos jardins.

SOLUÇÃO

Horizontais: 1 — Escol; ruano. 2 — Rombo; escoe. 3 — Ru; adobe; VS. 4 — Ota; ovo; cat. 5 — Roga; fase. 6 — Aro; mor. 7 — Meca; Zoga. 8 — Ate; ita; sóis. 9 — Ti; acere; Ra. 10 — Ocelo; criar. 11 — Solar; agamo.
Verticais: 1 — Erro; matos. 2 — Souto; ético. 3 — Cm; agace; el. 4 — Oba; ara; ala. 5 — Lodo; ioor. 6 — Ova; ute. 7 — Rebo; arca. 8 — Use; foz; erg. 9 — AC; caros; ia. 10 — Novas; goram. 11 — Oeste; asaro.

HORIZONTAIS 1 — Encobriram; 2 — Fruto da videira; vai pelos ares. 3 — Prefixo de repetição; suf. de agente; estar prestes; aragem. 4 — Corcovo; pref. de ar; textualmente. 5 — Planta do pé; assunto. 6 — Conjunto de filamentos radiantes que circundam o centrossoma, nas células. 7 — Vereador; porção de terra rodeada de água. 8 — Ion; ânimo; ar (fr.). 9 — Letra grega; composição; abrev. das palavras latinas Anno Domini; a primeira corda do violino. 10 — Debaixo de; búfalo de Angola. 11 — Confessas.

VERTICAIS 1 — Intrigantes. 2 — Árvore do arquipélago da Malásia, de cuja resina se extrai um veneno; afluente do Rio Mondego. 3 — S.Q. do Lutécio; o mais; satélite de Júpiter; S.Q. do Escândio. 4 — Nome prop. masc.; árvore com cuja casca se aromatiza o vinho; mágoa. 5 — Estaciona; chefe de tribo, na África. 6 — Cheio de amor divino. 7 — Fazer concordar; percebe. 8 — Grande quantidade; pref. de três; uma das doze tribos de Israel. 9 — Progredia; condição; além; nome antigo da nota musical dó. 10 — Lamentos; voz onomatopéica que traduz o relincho da mula ou do macho. 11 — Soldados que, por dinheiro, combatiam em exércitos estrangeiros.

SOLUÇÃO

Horizontais: 1 — Eclipsarim. 2 — Uva; voa; 3 — Bi; or; ir. 4 — Upa; aer; sic. 5 — Sola; te-se. 6 — Aster. 7 — Edil; ilha. 8 — Ião; sus; air. 9 — Ro; do; ad; mi. 10 — Sob; bau. 11 — Sacramentos.
Verticais: 1 — Embusteiros. 2 — Ipo; Dão. 3 — Lu; Al; lo; Sc. 4 — Ivo; aal; dor. 5 — Para; so-ba. 6 — Enteu. 7 — Avir; sabe. 8 — Ror; tri; Dan. 9 — Ia; se; lá; ut. 10 — Ais; him. 11 — Mercenários.

BRIDGE

Charles Goren e Omar

UMA SABIA UTILIZAÇÃO DAS ENTRADAS
Ambos vulneráveis.
Dador: Norte.

NORTE
♠ K 9 6 3
♥ 8 5 2
♦ 8 6 4
♣ K 10 4

OESTE
♠ 5
♥ K J 7 4
♦ K J 9 3
♣ A 7 3

ESTE
♠ 4
♥ Q 10 9
♦ A Q 10 7 5
♣ K 10 4

SUL
♠ 5
♥ K J 7 4
♦ K J 9 3
♣ A 7 3

As Vozes:
Norte Este Sul Oeste
passa passa 4 ♠ passa
passa passa

Carta de saída: 5 de Espadas

HA DUAS formas de se cumprir o contrato de hoje. Uma consiste num palpite feliz sobre a passagem a Valete de Paus; a outra exige que se anulem todos os elementos aleatórios e, neste caso, o carteador será bem sucedido, independentemente de quem possuir o Valete de Paus.

A voz de abertura de Sul em quatro Espadas só é aceitável à terceira ou quarta posições. À primeira ou à segunda, o leitor deve abrir-se em uma Espada, evitando fazer uma abertura ao nível 4 num maior com uma mão que contenha dois Ases.

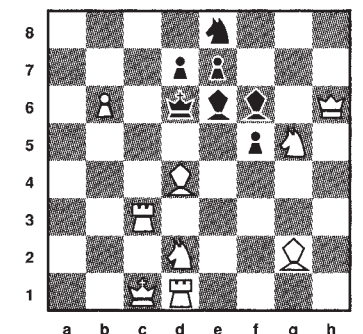
Uma vez que não lhe agradou sair a qualquer dos naipes com boas pegadas, Oeste seleccionou a única carta de trunfo para iniciar uma saída segura — o que, embora não seja relevante, foi, em nossa opinião, uma fraca escolha. O Carteador, avaliando o jogo, verifica haver três óbvias vazas perdentes — duas em Copas e uma em Paus. O segredo do sucesso reside em não perder mais que uma vaza no naipe de Paus. O declarante terá encontrado uma forma de atingir o seu objectivo, independentemente do adver-

sário que tenha o Valete.

Ganhou a primeira vaza com o Rei do morto "mergulhando" a Dama da mão. A seguir Ouro cortado por figura, seguida do oito de trunfo coberto com o nove do morto e nova carta de Ouros, também ela cortada com trunfo alto. O declarante preservou cuidadosamente o dois de trunfo, que lhe serve de outra entrada no morto, para cortar o último Ouro, eliminando o naipe e ficando assim preparado o terreno para um final bem sucedido. Sul, depois de fazer o Ás de Copas, entregou a mão em Copas, recostando-se confortavelmente para gozar os frutos do seu trabalho. Os adversários podem tirar uma segunda vaza de Copas, mas é aí que termina a sua acção.

Qualquer que fosse o ataque seguinte, a escolha só incidiria sobre vazas perdentes. Uma volta a Paus teria obviado ao declarante a necessidade de adivinhar a localização do Valete. Uma volta nos naipes encarnados permitir-lhe-ia "corte e balda", descartando um pau perdente. Em qualquer dos casos, o As de Paus seria a terceira e última vaza da defesa.

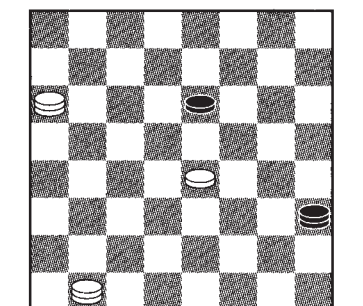
XADREZ



M. Kovacevic
"The Problemist" 1981
(2º Prémio)
Branças jogam e ganham em doislances.

Solução: 1. Tel (2.Bc5++)

DAMAS



Como é tradicional, compete às brancas retomar a partida e vencer.

Solução: 14-18, 22-13, 4-18, 13-10, (A), 24-31, 9-22, 31-3, ganhando (A), se 9-2, 18-9 ganham.



GEC PLESSEY

... **connosco comuniquemos com o futuro**



Temos a central telefónica do futuro... digital!

Temos assistência técnica pronta, em qualquer ponto do país.
Você pode ter um sistema telefónico digital totalmente compatível
com as redes actuais e futuras dos CTT/TLP.

Para além disso, adquirir um sistema telefónico digital é usufruir de
condições especiais no acto de compra.

Bom... agora só lhe falta marcar o (01)-54 75 11 de Lisboa ou (02)-31 11 32
do Porto entrar em contacto connosco e comunicar com o futuro.



TELPOR, LDA.

Av. Duque de Loulé, 47-7.º - 1000 LISBOA • Tel.: (01) 547511 • Fax: (01) 548502

PORTO

R. Fonseca Cardoso, 39-5.º - 4000 PORTO • Tel.: (02) 311132 • Fax: (02) 319293

NÚMERO VERDE: 500 12 20

BRAGA

Rua Prof. Machado Vilela, 120-1.º - Sala 22 - 4700 BRAGA • Tel.: 29992 • Fax: 612720